

Brasilagro - Companhia
Brasileira de Propriedades Agrícolas
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
30 de junho de 2026

BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 07.628.528/0001-59 | NIRE 35.300.326.237

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício social encerrado em 30 de junho de 2026

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos o ano-safra 2025/2026 com avanços importantes na operação agrícola, apesar de um ambiente ainda marcado por juros elevados e volatilidade nos preços das commodities e no câmbio. A Receita Líquida Operacional alcançou R\$ 891,7 milhões, crescimento de 2% em relação ao exercício anterior, enquanto o EBITDA Ajustado Operacional atingiu R\$ 97,3 milhões, avanço de 11%, com expansão de um ponto percentual na margem.

Esse desempenho foi sustentado principalmente pela evolução de soja e milho. A combinação de ganhos de produtividade e redução dos custos unitários elevou as margens brutas dessas culturas para 20% e 21%, respectivamente. A receita de grãos cresceu 27%, acompanhada por um aumento de 34% no volume comercializado. Esses avanços compensaram parcialmente a menor contribuição da cana-de-açúcar e do algodão e reforçam os resultados das iniciativas de eficiência operacional e disciplina de custos adotadas ao longo da safra.

O resultado consolidado, por outro lado, refletiu a menor contribuição do segmento imobiliário em comparação ao exercício anterior e o maior custo da dívida em um cenário de juros elevados. Encerramos o exercício com Prejuízo Líquido de R\$ 90,0 milhões e EBITDA Ajustado Total de R\$ 99,3 milhões. A diferença em relação a 2025 deve ser analisada também à luz da natureza do nosso modelo de negócios: a monetização das propriedades ocorre de forma seletiva e não linear entre os exercícios, à medida que identificamos oportunidades adequadas de captura de valor.

No segmento imobiliário, mantivemos nossa estratégia de gestão ativa do portfólio. Durante o exercício, realizamos a venda de uma parcela da Fazenda Morotí, no Paraguai, transação com TIR estimada de 23,2% em reais. Ao mesmo tempo, o valor de mercado do nosso portfólio alcançou R\$ 3,34 bilhões ao final da safra, 8,2% acima do exercício anterior, refletindo a continuidade do processo de desenvolvimento e valorização dos nossos ativos.

Para a safra 2026/2027, diante das perspectivas climáticas associadas ao El Niño e das condições esperadas para cada cultura e região, adotamos uma postura ainda mais seletiva na definição do plano agrícola. Priorizamos culturas e áreas com melhor relação risco-retorno. Mais do que ampliar a área cultivada, buscamos otimizar sua composição e a qualidade dos resultados da operação agrícola.

Este exercício também marca os 20 anos da BrasilAgro. Nossa história foi construída atravessando diferentes ciclos de commodities, clima e condições macroeconômicas, sempre a partir de decisões que combinam visão de longo prazo, disciplina na alocação de capital e capacidade de adaptação. Ao longo dessas duas décadas, mais de 320 mil hectares passaram pelo nosso portfólio, mais de 150 mil hectares foram transformados e desenvolvidos e mais de R\$ 2 bilhões foram realizados em vendas de propriedades. Por trás dessas decisões e conquistas, estão as pessoas que ajudaram a construir a BrasilAgro que somos hoje. Chegamos aos 20 anos reconhecendo a importância de todos que fizeram e fazem parte dessa trajetória e seguimos olhando para frente, com a mesma visão de longo prazo e o compromisso de continuar transformando decisões em valor.

INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES CONTROLADAS E COLIGADAS

Em atendimento ao artigo 243 da Lei nº 6.404/76, relacionamos abaixo os investimentos da Companhia em sociedades controladas e em empreendimento controlado em conjunto em 30 de junho de 2026, com o respectivo patrimônio líquido e resultado do exercício. Valores em milhares de reais.

Sociedade investida	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Imobiliária Araucária Ltda.	100%	94.008	(996)
Imobiliária Cremaq Ltda.	100%	30.759	1.480
Imobiliária Jaborandi Ltda.	100%	79.297	5.733
Imobiliária Cajueiro Ltda.	100%	299.577	16.728
Imobiliária Mogno Ltda.	100%	368.167	(2.693)
Imobiliária Ceibo Ltda.	100%	114.182	9.196
Imobiliária Flamboyant Ltda.	100%	647	(2)
Palmeiras S.A.	100%	295.772	11.993
Agropecuaria Morotí S.A.	100%	-	1.689
Agrifirma Agro Ltda.	100%	397.613	(8.937)
Agropecuaria Acres Del Sud S.A.	100%	46.972	(4.209)
Ombú Agropecuaria S.A.	100%	38.263	3.314
Yuchán Agropecuaria S.A.	100%	65.753	(3.431)
Yatay Agropecuaria S.A.	100%	-	1.590
Cresca S.A.	50%	68	(7)
Agrofy Global	1,66%	1.256	-
Total		1.832.334	31.448

Fonte: Nota Explicativa 12 às Demonstrações Financeiras. A equivalência patrimonial reconhecida pela Companhia no exercício foi de R\$ 35.112 mil, correspondente ao resultado das investidas de R\$ 31.448 mil acrescido de R\$ 3.664 mil de ajustes relativos ao CPC 06 (R2)/IFRS 16. Agropecuaria Morotí S.A. e Yatay Agropecuaria S.A. apresentam patrimônio líquido nulo em 30 de junho de 2026 em razão das incorporações descritas a seguir.

No exercício, a Companhia realizou duas reorganizações internas, com o objetivo de simplificar a estrutura societária: em 17 de abril de 2026, a Agropecuaria Morotí S.A. foi incorporada pela controlada Palmeiras S.A.; e, a partir de 1º de junho de 2026, a Yatay Agropecuaria S.A. foi incorporada pela controlada Yuchán Agropecuaria S.A. Por se tratar de combinações de negócios entre entidades sob controle comum, os ativos e passivos das entidades incorporadas foram registrados pelos seus valores contábeis históricos. Não houve, no exercício, aquisição ou alienação de participações a terceiros. A variação do saldo de investimentos, de R\$ 1.817.790 mil para R\$ 1.670.561 mil, decorre do resultado de equivalência patrimonial de R\$ 35.112 mil, de dividendos recebidos de controladas no montante de R\$ 220.882 mil, de aportes e movimentações de participações de R\$ 60.449 mil e do efeito negativo de R\$ 21.908 mil da conversão de investimentos no exterior.

POLÍTICA DE EQUIDADE

Artigo 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76, incluído pela Lei nº 15.177/2025

A BrasilAgro não possui, nesta data, política de equidade de gênero formalizada em documento específico. As informações a seguir refletem, portanto, as práticas e os indicadores de gênero apurados pela Companhia nos exercícios de 2024/2025 e 2025/2026, e são apresentadas na estrutura dos quatro incisos do artigo 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76.

I – Quantidade e proporção de mulheres contratadas, por nível hierárquico

Nível hierárquico	2024/2025 – nº	2024/2025 – %	2025/2026 – nº	2025/2026 – %
Diretoria (não estatutária)	1	33,3%	0	0%
Gerência	2	11%	2	7%
Coordenação	6	15%	11	17%
Administrativo	82	45%	78	40%
Operacional	52	9%	47	9%
Total	143	18%	138	17%

Percentuais calculados sobre o total de colaboradores de cada nível hierárquico ao final de cada exercício. A linha “Diretoria (não estatutária)” compreende os cargos de diretoria não estatutária; os membros da Diretoria estatutária são apresentados no quadro do inciso II.

II – Quantidade e proporção de mulheres em cargos de administração

Orgão da administração	2024/2025 – nº	2024/2025 – %	2025/2026 – nº	2025/2026 – %
Conselho de Administração	2	18%	2	18%
Diretoria estatutária	0	0%	0	0%
Total dos administradores	2	14%	2	13%

Consideram-se administradores, para os fins deste quadro, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, na forma do artigo 138 da Lei nº 6.404/76. Percentuais calculados sobre o total de membros de cada órgão.

III – Remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, por cargo ou função similar

O quadro abaixo apresenta a relação entre a remuneração média por pessoa de mulheres e homens, por nível hierárquico, considerando a remuneração total do exercício, composta pelas parcelas fixa, variável e eventual. Valor superior a 100% indica remuneração média feminina superior à masculina no respectivo agrupamento de cargos ou funções similaresEm 2025/2026, a relação entre a remuneração média feminina e masculina foi superior a 100% nos quatro níveis hierárquicos em que havia mulheres.

Relação entre a remuneração média das mulheres e a dos homens (%)

Cargo	2024/2025	2025/2026	Evolução (p.p.)
Diretoria (não estatutária)	75,2%	n.a.	n.a.
Gerência	132,9%	146,7%	+13,8
Coordenação	100,5%	126,2%	+25,7
Administrativo	103,1%	107,3%	+4,2
Operacional	102,5%	108,8%	+6,3

Nota: n.a. – não aplicável, em razão da inexistência de mulheres na categoria no exercício de 2025/2026. Os indicadores são apresentados por nível hierárquico, considerando agrupamentos de cargos ou funções similares. Em 30 de junho de 2026, havia 2 mulheres na Gerência, 11 na Coordenação, 78 no Administrativo e 47 no Operacional. Na Gerência, o indicador reflete a remuneração de duas colaboradoras, o que recomenda cautela na interpretação da variação. **Não** se apresenta valor consolidado porque a média agregada é afetada pela distribuição das mulheres entre os níveis hierárquicos, e não apenas pela remuneração de cada nível.

As diferenças observadas entre os níveis decorrem de fatores como tempo de casa, senioridade, escopo das posições e composição individual da remuneração, incluindo a apuração de metas e a avaliação de desempenho. A Companhia não utiliza o sexo como critério na definição da remuneração de seus colaboradores.

IV – Evolução comparativa entre o exercício findo e o exercício imediatamente anterior

Na comparação entre os exercícios de 2024/2025 e 2025/2026, a participação de mulheres no quadro total de colaboradores passou de 18% para 17%. Houve evolução positiva no nível de Coordenação, de 15% para 17%, com o número de mulheres passando de 6 para 11. A participação permaneceu estável no nível Operacional, em 9%, e no Conselho de Administração, em 18%. Houve redução no nível de Gerência, de 11% para 7%, e no quadro Administrativo, de 45% para 40%. Na Diretoria não estatutária, a participação passou de uma mulher, ou 33,3%, para nenhuma; a Diretoria estatutária não contou com mulheres em nenhum dos dois exercícios.

Na remuneração, a relação entre a média das mulheres e a dos homens evoluiu positivamente em todos os níveis em que houve mulheres nos dois exercícios, e em 2025/2026 a média feminina superou a masculina em todos eles: de 103,1% para 107,3% no quadro Administrativo, de 102,5% para 108,8% no Operacional, de 100,5% para 126,2% em Coordenação e de 132,9% para 146,7% em Gerência, neste último caso a partir de duas colaboradoras. Na Diretoria não estatutária, a relação era de 75,2% em 2024/2025 e não é apurável em 2025/2026, por não haver mulheres no nível. Considerada a massa total de remuneração do exercício, as mulheres responderam por 17,9% do valor pago, para 17% das posições do quadro.

São Paulo, 3 de setembro de 2026.

A Administração

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
COMITÊ DE AUDITORIA
2025-2026

São Paulo, 31 de agosto de 2026

Aos Srs. Conselheiros e acionistas da

BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Ref.: Relatório anual das atividades do Comitê de Auditoria

1. OBJETIVO

O presente relatório tem por finalidade fornecer um resumo das atividades realizadas pelo Comitê de Auditoria Estatuário ("**Comitê de Auditoria**") da Brasilagro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("**Brasilagro**" ou "**Companhia**") durante o período de 01 de julho de 2025 a 31 de agosto de 2026, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Regulamento do Novo Mercado, pela Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, bem como pelo Estatuto Social da Companhia e pelo Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

2. SOBRE O COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria é um órgão colegiado de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, e que exerce funções em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Companhia, de seu Regimento Interno, e com as regulamentações da CVM e B3 aplicáveis. Sua instalação foi aprovada em 27 de outubro de 2022 pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

O Comitê de Auditoria funciona de forma permanente, e é composto por 3 (três) membros, com mandato de 2 (dois) anos, permitida reeleição, nomeados e destituídos pelo Conselho de Administração, conforme os seguintes critérios: (a) ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria também deve ser membro do Conselho de Administração, (b) ao menos 1 (um) dos membros do Comitê de Auditoria não pode ser membro do Conselho de Administração; (c) ao menos 1 (um) membro do Comitê de Auditoria (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária; e (d) a maioria do Comitê de Auditoria deve ser composta por membros independentes, conforme definido pela Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, ou regulamentação que a substituir. Tendo exercido mandato por qualquer período e não sendo reeleitos, os membros do Comitê só poderão voltar a integrar tal órgão, após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos do final do mandato. Não obstante, os membros do Comitê de Auditoria não podem permanecer em seus cargos por mais de 10 (dez) anos.

Atualmente, compõe o Comitê de Auditoria o Sr. **Fabiano Nunes Ferrari**, que também atua como Coordenador do Comitê e especialista em contabilidade e

finanças; o Sr. **Isaac Selim Sutton** e o Sra. **Isabella Saboya de Albuquerque** – ambos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia – conforme eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 28 de outubro de 2025.

3. PRINCIPAIS ASSUNTOS DISCUTIDOS PELO COMITÊ DE AUDITORIA

No exercício social 2025/2026, o Comitê de Auditoria se reuniu sete vezes. As reuniões do Comitê de Auditoria também contaram com a participação, para fins de suporte, dos times de Contabilidade, Compliance e Jurídico da Companhia, assim como, da Auditoria Independente ("PwC").

Abaixo o resumo dos temas discutidos nas referidas reuniões do Comitê de Auditoria:

a. REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2025

Análise, discussão e opinião sobre:

- i. a renovação do contrato de auditoria relacionado às unidades de negócios do Paraguai; e
- ii. o Formulário 20-F.

Na presente reunião, o Comitê de Auditoria encaminhou ao Conselho de Administração a recomendação para aprovação do relatório 20-F.

b. REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025

Análise, discussão e opinião sobre:

- i. a política de uso de Inteligência Artificial da Companhia;
- ii. o relatório das denúncias recebidas no Canal de Denúncias no primeiro trimestre do exercício social 25/26;
- iii. o relatório de transações com partes relacionadas realizadas no primeiro trimestre do exercício social 25/26; e
- iv. a apresentação das informações contábeis trimestrais – ITR relativas ao primeiro trimestre do exercício social 25/26 com o parecer dos auditores independentes ("ITR 1T – 25/26").

Na presente reunião, o Comitê de Auditoria encaminhou ao Conselho de Administração a recomendação para aprovação da Política de uso de Inteligência Artificial da Companhia e do ITR 1T – 25/26.

c. REUNIÃO REALIZADA EM 02 DE FEVEREIRO DE 2026

Análise, discussão e opinião sobre:

- i. as informações contábeis trimestrais – ITR relativas ao segundo trimestre do exercício social 25/26, findo em 31 de dezembro de 2025, com o parecer dos auditores independentes (“ITR 2T – 25/26”);
- ii. o resumo das denúncias recebidas por meio do Canal de Denúncias no segundo trimestre do exercício social 25/26;
- iii. o resumo das transações com partes relacionadas realizadas no segundo trimestre do exercício social 25/26;
- iv. o acompanhamento da execução do Plano Anual de Auditoria Interna referente ao exercício social 25/26;
- v. o ajuste da agenda de temas do Comitê de Auditoria para o exercício social 25/26, bem como a validação do calendário das reuniões subsequentes;
- vi. a atualização da matriz de riscos da Companhia; e
- vii. os riscos psicossociais à luz da NR-01 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais.

Na presente reunião, o Comitê de Auditoria encaminhou ao Conselho de Administração a recomendação para aprovação do ITR 2T – 25/26.

d. REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2026

Análise, discussão e opinião sobre:

- i. as informações contábeis trimestrais – ITR relativas ao terceiro trimestre do exercício social 25/26, findo em 31 de março de 2026 (“ITR 3T – 25/26”);
- ii. o acompanhamento dos riscos financeiros, operacionais e regulatórios;
- iii. o acompanhamento da execução do Plano Anual de Auditoria Interna referente ao exercício social 25/26;
- iv. os temas de governança corporativa, incluindo o clima organizacional e o resumo das denúncias recebidas no terceiro trimestre do exercício social 25/26; e
- v. o resumo das transações com partes relacionadas realizadas no referido período.

Na presente reunião, o Comitê de Auditoria encaminhou ao Conselho de Administração a recomendação para aprovação do ITR 3T – 25/26.

e. **REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2026.**

Análise, discussão e opinião sobre:

- i. o acompanhamento da execução do Plano Anual de Auditoria Interna referente ao exercício social 25/26;
- ii. o orçamento da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria para o exercício social 26/27;
- iii. o panorama das denúncias recebidas no exercício social 25/26; e
- iv. o plano de trabalho da auditoria externa (PwC) referente ao exercício social 25/26.

Na presente reunião, o Comitê de Auditoria encaminhou ao Conselho de Administração a recomendação para aprovação do orçamento da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria para o exercício social 26/27.

f. **REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2026.**

Análise, discussão e opinião sobre:

- i. resultados do plano de trabalho da auditoria interna no exercício 25/26;
- ii. proposta de plano de trabalho da auditoria interna para o exercício 26/27;
- iii. a avaliação do auditor independente;
- iv. o relatório de atividades do Comitê de Auditoria; e
- v. as transações com partes relacionadas realizadas no quarto trimestre do exercício social 24/25.

[Na presente reunião, o Comitê de Auditoria recomendou ao Conselho de Administração a aprovação do plano de trabalho da auditoria interna para o exercício 26/27.]

g. **REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2026.**

Análise, discussão e opinião sobre:

- i. o Relatório de Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 25/26, findo em 30 de junho de 2026;
- ii. o relatório anual de atividades do Comitê de Auditoria referente ao exercício 25/26; e
- iii. a proposta do plano de trabalho do Comitê de Auditoria referente ao exercício 26/27.

[Na presente reunião, o Comitê de Auditoria recomendou ao Conselho de Administração a aprovação do Relatório de Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 25/26, findo em 30 de junho de 2026 e da proposta do plano de trabalho do Comitê de Auditoria referente ao exercício 26/27].

4. REPORTE AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia operacional e orçamento próprio no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia no que concerne ao controle sobre a qualidade das demonstrações financeiras e controles internos, visando a confiabilidade e integridade das informações. A função de seus membros é indelegável, devendo ser exercida exclusivamente pelos membros eleitos.

5. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO COMITÊ.

No exercício de 23/24, os membros do Comitê de Auditoria foram submetidos a uma avaliação conduzida pelo Presidente do Conselho de Administração, em conformidade com as diretrizes de governança corporativa da Companhia. Este processo visa garantir que o Comitê de Auditoria continue exercendo suas funções de maneira eficaz, contribuindo para a integridade dos processos financeiros e a transparência organizacional.

6. CONCLUSÕES GERAIS.

Os membros do Comitê da Auditoria desempenharam seus deveres e obrigações legais, em consequência o Comitê realizou a análise das Demonstrações Financeiras referentes ao período de 2025/2026. As análises e discussões realizadas

contaram com o embasamento das informações fornecidas pela Administração e área de auditoria interna da Companhia, bem como pela Auditoria Independente.

Após as análises e discussões cabíveis, o Comitê de Auditoria chegou à conclusão de que as informações e documentos apresentados são precisos, íntegros e completos. Estes elementos fornecem razoável conforto que, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia é adequada.

Adicionalmente, o Comitê de Auditoria chegou às seguintes conclusões:

- i) O ambiente de controles internos da Companhia é eficaz para resguardar os seus ativos e garantir a integridade das suas informações financeiras;
- ii) A natureza e tratamento dado às transações entre partes relacionadas no período é adequado e aderente à Política de Transações entre Partes Relacionadas da Companhia; e
- iii) A apuração e o tratamento dado pelo Comitê de Ética às denúncias recebidas pela Companhia no período são adequados e foram realizados em conformidade com o Código de Conduta da Companhia.

Membros do Comitê de Auditoria:

Fabiano Nunes Ferrari

Isaac Selim Sutton

Isabella Saboya de Albuquerque

* * *

BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 07.628.528/0001-59

NIRE 35.300.326.237

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. Os membros do Comitê de Auditoria da BrasilAgro – Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, eleitos em reunião de Conselho de Administração, realizada em 28 de outubro de 2025, com mandato de 2 (dois) anos, no exercício de suas funções e cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 25/26, findo em 30 de junho de 2026 (“**Demonstrações Financeiras de 25/26**”).

2. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da *PricewaterhouseCoopers* (“**PwC**”), emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Comitê de Auditoria concluíram que, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2026, (i) as Demonstrações Financeiras Individuais de 25/26 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas 25/26 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“**IFRS**”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“**IASB**”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil; estando todos os seus aspectos relevantes adequados, sendo, portanto, recomendada sua aprovação ao Conselho de Administração para submissão à Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, prevista para 21 de outubro de 2026.

3. Sendo o que nos cabia até o presente momento, nossos votos de estima e consideração.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.

Fabiano Nunes Ferrari
Coordenador do Comitê de
Auditoria

Isaac Selim Sutton
Membro do Comitê de Auditoria

**Isabella Saboya de
Albuquerque**
Membro do Comitê de Auditoria

BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF 07.628.528/0001-59

NIRE 35.300.326.237

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Os membros do Conselho Fiscal da BrasilAgro – Companhia Brasileira De Propriedades Agrícolas, eleitos na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2025, com mandato de 1 (um) ano, no exercício de suas funções e cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social 2025/2026, findo em 30 de junho de 2026 (“**Demonstrações Financeiras de 2025/2026**”).

2. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da *PricewaterhouseCoopers* (“**PwC**”), emitido nesta data, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração, os membros do Conselho Fiscal concluíram que, referente ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2026, (i) as Demonstrações Financeiras Individuais de 25/26 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (ii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas 2025/2026 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“**IFRS**”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“**IASB**”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil; estando todos os seus aspectos relevantes adequados, devendo, portanto, ser encaminhados à aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a realizar-se em 21 de outubro de 2026.

3. Sendo o que nos cabia até o presente momento, nossos votos de estima e consideração.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.

Ivan Luvisotto Alexandre
Presidente do Conselho Fiscal

Geraldo Affonso Ferreira
Membro do Conselho Fiscal

Marcos Paulo Passoni
Membro do Conselho Fiscal



BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
30 de junho de 2026
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
BrasilAgro - Companhia Brasileira de
Propriedades Agrícolas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

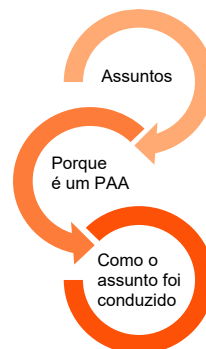
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



BrasilAgro - Companhia Brasileira de
Propriedades Agrícolas

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Estimativa do valor justo das propriedades para investimento para fins de divulgação Em 30 de junho de 2026, o saldo de propriedades para investimento, representado pelas terras e respectivas infraestruturas de fazendas, mensuradas ao custo, líquido das depreciações acumuladas, totalizava R\$ 1.337.422 mil no Consolidado, cujo respectivo valor justo correspondia a R\$ 3.231.177 mil, conforme divulgado na Nota 11. O processo de estimativa do valor justo pela Companhia, para fins de divulgação, requer o envolvimento de especialistas e o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como localização das fazendas, tipo de solo, clima da região, área total, percentual de abertura e cálculo das benfeitorias. Assim como no exercício anterior, este assunto permaneceu como um dos principais assuntos de auditoria em função da representatividade desse ativo, bem como o fato de utilizar premissas subjetivas para definição do valor justo dos ativos, o que envolve grau elevado de julgamento da Companhia.	Aspectos relevantes das nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: (a) Obtenção do entendimento e teste dos principais controles internos relacionados aos processos de avaliação e determinação do valor justo. (b) Avaliação da razoabilidade das principais premissas, entendimento das principais variações do período e revisão retrospectiva das projeções. Também efetuamos teste da metodologia e modelo de avaliação utilizado para mensuração do valor justo, bem como em sua coerência geral lógica e aritmética. (c) Análise da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relacionadas a esse assunto. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo das propriedades para investimento, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos.



BrasilAgro - Companhia Brasileira de
Propriedades Agrícolas

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração ao valor justo dos ativos biológicos Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava saldo de R\$ 140.943 mil na Controladora, e de R\$ 291.041 mil no Consolidado, na rubrica "Ativos biológicos", classificados entre ativo circulante e ativo não circulante, conforme estimativa de prazo de safra/corte dos produtos agrícolas. Conforme descrito nas Notas 3.9, 4(b) e 10, os ativos biológicos correspondem às culturas de grãos, algodão, cana-de-açúcar e gado e são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da Companhia com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à: (i) área plantada, (ii) produtividade, (iii) quantidade, (iv) preço futuro de mercado ativo, (v) custos de plantio e produção e (vi) taxa de juros para desconto dos fluxos de caixa. Mantivemos este assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função dos riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento pela Companhia e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, na posição patrimonial e no resultado do exercício.	Aspectos relevantes das nossas respostas de auditoria envolveram os seguintes principais procedimentos: (a) Entendimento e testes dos principais controles internos estabelecidos pela Companhia para a mensuração desses ativos (b) Efetuamos testes da metodologia utilizada no modelo matemático, bem como da consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante comparação com indicadores-chave de monitoramento, dados internos da Companhia aprovados pela administração e dados externos públicos relacionados ao setor. (c) Comparação dos dados das avaliações feitas com as respectivas contabilizações, dentre elas a classificação entre ativos circulante e não circulante, e divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo dos ativos biológicos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para determinação do valor justo dos ativos biológicos, bem como as divulgações em notas explicativas, são consistentes com as evidências que obtivemos.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas



BrasilAgro - Companhia Brasileira de
Propriedades Agrícolas

demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o "Release de Resultados 4T26" ("Relatório da Administração").

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo



BrasilAgro - Companhia Brasileira de
Propriedades Agrícolas

nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do



BrasilAgro - Companhia Brasileira de
Propriedades Agrícolas

trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e,
consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de setembro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Emerson Lima de Macedo
Signed By: EMERSON LIMA DE MACEDO 4974702953
CPF: 4874702953
Signing Time: 03 September 2026 | 19:36 BRT
O: CP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5
F10236A410124DE...

Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1

BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF 07.628.528/0001-59

NIRE 35.300.326.237

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Em conformidade às disposições constantes no artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 03 de setembro de 2026

Andre Guillaumon

CEO

Gustavo Javier Lopez

CFO e Diretor de Relações com Investidores

BRASILAGRO – COMPANHIA BRASILEIRA DE PROPRIEDADES AGRÍCOLAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF 07.628.528/0001-59

NIRE 35.300.326.237

**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE**

Em conformidade às disposições constantes no artigo 31 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre e ano encerrados em 30 de junho de 2026.

São Paulo, 03 de setembro de 2026

Andre Guillaumon

CEO

Gustavo Javier Lopez

CFO e Diretor de Relações com Investidores

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	103.354	30.400	168.499	142.908
Títulos e valores mobiliários	6.2	-	-	16.353	16.908
Operações com derivativos	7	15.163	29.609	15.163	29.609
Contas a receber e outros créditos	8	78.837	117.748	341.808	429.465
Estoques	9	217.722	240.777	272.257	293.518
Ativos biológicos	10	127.176	127.587	277.274	265.440
Partes relacionadas	30	-	100.123	-	-
		<u>542.252</u>	<u>646.244</u>	<u>1.091.354</u>	<u>1.177.848</u>
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	6.2	8.322	-	18.394	-
Operações com derivativos	7	21.123	10.973	21.123	10.973
Contas a receber e outros créditos	8	75.105	49.214	472.337	603.843
Ativos biológicos	10	13.767	32.345	13.767	32.345
Tributos diferidos	18.1	178.107	122.480	229.292	166.145
Propriedades para investimento	11	299.558	310.541	1.337.422	1.323.834
Partes relacionadas	30	19.050	3.646	3.293	2.822
Investimentos	12	1.670.561	1.820.066	1.324	1.335
Imobilizado	13	150.135	115.624	277.967	232.669
Intangível		4.974	5.047	5.021	5.095
Direitos de uso	14	<u>249.327</u>	<u>303.220</u>	<u>235.544</u>	<u>280.093</u>
		<u>2.690.029</u>	<u>2.773.156</u>	<u>2.615.484</u>	<u>2.659.154</u>
Total do ativo		<u><u>3.232.281</u></u>	<u><u>3.419.400</u></u>	<u><u>3.706.838</u></u>	<u><u>3.837.002</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2026	2025	2026	2025
Circulante					
Contas a pagar e outras obrigações	16	61.187	98.849	110.115	176.029
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	264.320	154.532	475.018	355.841
Obrigações trabalhistas		16.167	16.101	22.486	21.481
Operações com derivativos	7	9.456	15.402	9.456	15.492
Aquisições a pagar	19	6.895	5.777	6.895	7.082
Arrendamentos a pagar e obrigações correlatas	15	111.324	114.341	83.613	82.330
		469.349	405.002	707.583	658.255
Não circulante					
Contas a pagar e outras obrigações	16	-	-	23.882	46.819
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	431.023	502.165	549.282	529.678
Operações com derivativos	7	18.636	16.073	19.618	17.632
Tributos diferidos	18.1	-	-	32.231	36.880
Perdas com investimento	12	-	2.276	-	-
Partes relacionadas	30	3.359	3.450	10.226	8.401
Aquisições a pagar	19	11.184	17.363	11.184	17.363
Arrendamentos a pagar e obrigações correlatas	15	270.685	294.571	323.952	343.454
Provisão para demandas judiciais	28	2.736	772	3.571	792
		737.623	836.670	973.946	1.001.019
Total do passivo		1.206.972	1.241.672	1.681.529	1.659.274
Patrimônio líquido					
Capital social	20.a	1.587.988	1.587.988	1.587.988	1.587.988
Gastos com emissão de ações		(11.343)	(11.343)	(11.343)	(11.343)
Reserva de capital	20.b	(6.475)	(8.193)	(6.475)	(8.193)
Ações em tesouraria	20.f	(43.648)	(43.648)	(43.648)	(43.648)
Reservas de lucro		379.771	499.780	379.771	499.780
Dividendos adicionais propostos	20.d	30.000	42.220	30.000	42.220
Ajuste de avaliação patrimonial	20.e	89.016	110.924	89.016	110.924
Total do patrimônio líquido		2.025.309	2.177.728	2.025.309	2.177.728
Total do passivo e patrimônio líquido		3.232.281	3.419.400	3.706.838	3.837.002

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2026</u>	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>Consolidado</u> <u>2025</u>
Receita líquida	22.a	571.802	526.144	891.652	877.443
Ganho com venda de fazenda	22.b	-	-	2.078	180.086
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	10.e	31.905	71.124	32.080	122.671
Custo das vendas	23	(556.362)	(530.752)	(828.422)	(833.910)
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	9.1	(1.551)	(7.236)	(1.074)	(8.069)
Lucro bruto		<u>45.794</u>	<u>59.280</u>	<u>96.314</u>	<u>338.221</u>
Despesas com vendas	23	(56.686)	(43.671)	(72.546)	(59.512)
Despesas gerais e administrativas	23	(55.389)	(54.260)	(67.953)	(67.488)
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(6.650)	(7.259)	(8.732)	(4.753)
Equivalência patrimonial	12.a	35.112	237.880	-	-
Resultado operacional		<u>(37.819)</u>	<u>191.970</u>	<u>(52.917)</u>	<u>206.468</u>
Equivalência patrimonial	12.a	-	-	(7)	(1.424)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		<u>(37.819)</u>	<u>191.970</u>	<u>(52.924)</u>	<u>205.044</u>
Receitas financeiras	26	172.354	209.874	496.200	337.510
Despesas financeiras	26	(280.171)	(308.923)	(590.578)	(417.906)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(145.636)</u>	<u>92.921</u>	<u>(147.302)</u>	<u>124.648</u>
Imposto de renda e contribuição social	18.2	55.627	45.098	57.293	13.371
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>(90.009)</u>	<u>138.019</u>	<u>(90.009)</u>	<u>138.019</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação - em reais	27	<u>(0,9036)</u>	<u>1,3855</u>	<u>(0,9036)</u>	<u>1,3855</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação - em reais	27	<u>(0,9036)</u>	<u>1,3780</u>	<u>(0,9036)</u>	<u>1,3780</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 30 de junho

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
		<u>2026</u>	<u>2025</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(90.009)	138.019
Efeito na conversão de investimentos no exterior	20.e	(21.908)	(7.463)
Total do resultado abrangente		<u>(111.917)</u>	<u>130.556</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 30 de junho

(Em milhares de reais)

	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital			Ações em tesouraria	Reservas de lucro		Dividendos adicionais propostos	Resultados abrangentes	Prejuízo/Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Ágio na emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Transações de capital entre sócios		Reserva legal	Reserva de investimento e expansão				
Saldo em 30 de junho de 2024	1.587.988	(11.343)	1.622	(176)	(11.031)	(43.648)	98.192	338.569	101.119	118.387	-	2.179.679
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	138.019	138.019
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(101.119)	-	-	(101.119)
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	42.220	-	(42.220)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.780)	(32.780)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	6.901	-	-	-	(6.901)	-
Constituição de reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	-	-	56.118	-	-	(56.118)	-
Plano de remuneração em ações	-	-	-	1.392	-	-	-	-	-	-	-	1.392
Efeito na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.463)	-	(7.463)
Saldo em 30 de junho de 2025	1.587.988	(11.343)	1.622	1.216	(11.031)	(43.648)	105.093	394.687	42.220	110.924	-	2.177.728
Saldo em 30 de junho de 2025	1.587.988	(11.343)	1.622	1.216	(11.031)	(43.648)	105.093	394.687	42.220	110.924	-	2.177.728
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.009)	(90.009)
Pagamento de dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.220)	-	-	(42.220)
Desbloqueio de ações em acordo de combinação de negócios	-	-	610	-	-	-	-	-	-	-	-	610
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-	(30.000)	30.000	-	-	-
Plano de remuneração em ações	-	-	-	1.108	-	-	-	-	-	-	-	1.108
Absorção de prejuízo por reserva de investimento e expansão	-	-	-	-	-	-	-	(90.009)	-	-	90.009	-
Efeito na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.908)	-	(21.908)
Saldo em 30 de junho de 2026	1.587.988	(11.343)	2.232	2.324	(11.031)	(43.648)	105.093	274.678	30.000	89.016	-	2.025.309

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2026	2025	2026	2025
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(90.009)	138.019	(90.009)	138.019
Ajustes para conciliação do lucro do exercício					
Depreciação e amortização	23	44.952	37.659	79.540	74.953
Ganho com venda de fazenda		-	-	(2.078)	(180.086)
Valor residual de ativo imobilizado e intangível alienados		2.967	1.727	4.001	11.552
Baixas de propriedades para investimento		2.195	24.798	1.780	466
Equivalência patrimonial	12	(35.112)	(237.880)	7	1.424
Resultado não realizado com derivativos, líquidos	26	(571)	(65.367)	(1.238)	(63.718)
Rendimentos de aplicações financeiras, variação cambial e monetária e demais encargos financeiros, líquidos		128.109	118.681	115.660	111.975
Variação no valor justo do contas a receber pela venda de fazendas e outros passivos financeiros		-	-	(5.099)	(15.709)
Plano de remuneração em ações		1.108	1.392	1.108	1.392
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	(55.627)	(45.098)	(67.796)	(32.686)
Valor justo dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas não realizados	10	(31.905)	(71.124)	(32.080)	(122.671)
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	9.1	1.551	7.236	1.074	8.069
Provisão de perdas esperadas com recebíveis	23	-	-	7	(203)
Provisão para demandas judiciais	28	2.012	239	2.899	331
Resultado na baixa de arrendamento		(304)	(43)	(529)	(144)
		(30.634)	(89.761)	7.247	(67.036)
Variação nos ativos e passivos					
Contas a receber		38.225	(23.538)	46.773	(35.896)
Estoques		(47.350)	(113.342)	(55.833)	(137.377)
Ativos biológicos		111.246	132.058	88.427	133.289
Impostos a recuperar		(27.335)	(6.898)	(56.611)	(10.418)
Operações com derivativos		1.484	7.667	1.484	7.667
Outros créditos		2.130	9.182	8.226	11.027
Fornecedores		(14.697)	11.366	(12.520)	4.619
Partes relacionadas		84.628	(94.067)	2.904	(169)
Tributos a pagar		(1.509)	(923)	(2.470)	14.015
Obrigações trabalhistas		66	1.206	1.067	812
Adiantamento de clientes		19.672	(13.308)	17.059	(17.516)
Arrendamentos a pagar		(35.542)	(35.628)	(12.840)	(8.937)
Outras obrigações		(6.130)	(8.298)	(9.643)	(5.677)
Pagamentos de demandas judiciais	28	(48)	(120)	(120)	(238)
Recebimentos de vendas de fazendas		-	-	179.273	269.802
Adições às propriedades para investimento (i)		(40.036)	(61.789)	(55.398)	(67.772)
Aquisições de fazendas		-	-	-	(4.852)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		54.170	(286.193)	147.025	85.343
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(26.204)	(13.808)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		54.170	(286.193)	120.821	71.535
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições ao imobilizado e intangível		(34.565)	(36.981)	(63.912)	(79.973)
Resgate em títulos e valores mobiliários, líquido		2.366	8.841	5.864	41.050
Dividendos recebidos		220.882	291.188	-	-
Redução (Aumento) de investimento e participações	12.a	(60.449)	84.988	-	-
Caixa adquirido em combinações de negócios		-	-	-	12
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		128.234	348.036	(58.048)	(38.911)
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	17	266.012	226.931	616.614	443.601
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(56.492)	(42.198)	(82.147)	(63.886)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(244.090)	(85.949)	(496.559)	(284.429)
Dividendos pagos		(74.990)	(155.983)	(74.990)	(155.983)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(109.560)	(57.199)	(37.082)	(60.697)
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa		72.844	4.644	25.691	(28.073)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.1	30.400	25.636	142.908	170.953
Efeito da variação cambial nas disponibilidades		110	120	(100)	28
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.1	103.354	30.400	168.499	142.908

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, o que implica que algumas transações envolvendo ativos e passivos não afetam o caixa.

(i) A rescisão do contrato de venda da Fazenda Rio do Meio I envolveu transferências entre clientes e propriedades para investimento no montante de R\$47.133 que não afetaram caixa.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 30 de junho
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
Receitas	611.082	595.105	946.561	1.191.868
Receita operacional bruta	587.378	538.476	922.216	901.730
Ganho com venda de fazenda	-	-	2.078	180.086
Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas	31.905	71.124	32.080	122.671
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	(1.551)	(7.236)	(1.074)	(8.069)
Outras despesas	(6.650)	(7.259)	(8.732)	(4.753)
(Provisão) reversão de perdas esperadas com recebíveis	-	-	(7)	203
Insumos adquiridos de terceiros	(550.726)	(514.191)	(786.671)	(784.790)
Custo das vendas	(468.735)	(456.462)	(682.677)	(707.853)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(81.991)	(57.729)	(103.994)	(76.937)
Valor adicionado bruto	60.356	80.914	159.890	407.078
Depreciação e amortização	(44.952)	(37.659)	(79.540)	(74.953)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	15.404	43.255	80.350	332.125
Valor adicionado recebido em transferência	207.466	447.754	496.193	336.086
Equivalência patrimonial	35.112	237.880	(7)	(1.424)
Receitas financeiras	172.354	209.874	496.200	337.510
Valor adicionado total a distribuir	222.870	491.009	576.543	668.211
Distribuição do valor adicionado	222.870	491.009	576.543	668.211
Pessoal e encargos	79.342	72.286	108.981	92.041
Remuneração direta	73.483	66.563	102.316	85.517
Benefícios	5.075	4.955	5.745	5.662
FGTS	784	768	920	862
Impostos, taxas e contribuições	(46.110)	(28.486)	(33.793)	19.538
Federais (inclui IRPJ e CSLL diferidos)	(47.601)	(33.785)	(36.297)	12.420
Estaduais	1.242	4.960	1.717	6.111
Municipais	249	339	787	1.007
Financiadores	279.647	309.190	591.364	418.613
Despesas financeiras (i)	279.495	308.923	590.893	417.906
Aluguéis	152	267	471	707
Remuneração do capital próprio	(90.009)	138.019	(90.009)	138.019
Lucro líquido (prejuízo) do exercício retido	(90.009)	138.019	(90.009)	138.019

(i) Os tributos sobre receita financeira estão apresentados na rubrica "Federais".

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas ("BrasilAgro"), ("Companhia") ou ("Controladora"), foi constituída em 23 de setembro de 2005 e possui sede na Avenida Rebouças, 2942, em São Paulo e filiais no Brasil nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão, Piauí, Tocantins e São Paulo, assim como no Paraguai e Bolívia. A Companhia é controladora direta e indireta de empresas de capital fechado e tem como objeto social: (i) a exploração, importação e exportação de atividades e insumos agrícolas, pecuárias e florestal; (ii) compra, venda e locação de imóveis rurais/urbanos; e (iii) intermediação de natureza imobiliária de quaisquer tipos e administração de bens próprios e de terceiros.

A Companhia e suas subsidiárias ("Grupo") operam em 21 fazendas com área total de 257.141 hectares (249.846 hectares em 30 de junho de 2025), sendo 187.056 hectares próprios e 70.085 hectares arrendados (173.253 hectares próprios e 76.593 hectares arrendados em 30 de junho de 2025). Em 30 de junho de 2026 e de 2025, são 18 (dezoito) fazendas no Brasil distribuídas em 6 estados, 1 (uma) fazenda no Paraguai e 2 (duas) fazendas na Bolívia.

2. Principais eventos ocorridos

2.1 Vendas de fazendas

2.1.1 Venda de fazendas realizadas no exercício anterior

Fazenda Rio do Meio II

Em 30 de setembro de 2024 a subsidiária Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda., transferiu aos compradores 190 hectares (178 hectares úteis) referente à venda da Fazenda Rio do Meio II, propriedade rural localizada no município de Correntina-Bahia. O valor a ser pago foi definido em 54.053 sacas de soja, equivalentes a R\$ 7.128 na data da transação e pago durante o exercício. Em 23 de maio de 2025, foram transferidos 660 hectares (243 hectares úteis) da mesma propriedade no valor de 75.454 sacas de soja, equivalentes a R\$ 10.064 na data da transação e será pago em parcelas anuais, com vencimentos em 31 de julho de 2027 a 2028.

O Contrato de Compra e Venda foi celebrado em 08 de novembro de 2022 e estabeleceu um cronograma de transferência de posse em quatro fases. A transação realizada em 23 de maio de 2025 corresponde à quarta e última fase desse cronograma.

Alto Taquari IV

Em 26 de setembro de 2024 a subsidiária Imobiliária Mogno, transferiu aos seus compradores o saldo remanescente de 1.157 hectares úteis sobre a venda da Fazenda Alto Taquari, propriedade rural localizada nos municípios de Alto Taquari e Araputanga – Mato Grosso, o valor a ser pago foi definido em 1.272.274 sacas de soja, equivalentes a R\$189.401 na data da transação e será pago em seis parcelas fixas anuais, com vencimentos em 31 de maio de 2025 a 2029.

Fazenda Preferência

Em 30 de junho de 2025, a Subsidiária Imobiliária Cajueiro, celebrou o contrato de venda de 17.799 hectares (12.413 hectares úteis) da Fazenda Preferência, propriedade localizada no município de Baianópolis – Bahia. O valor a ser pago foi definido em 452.342 arrobas de boi

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

equivalentes a R\$ 140.000 na data da transação. Em 30 de junho de 2025, o comprador efetuou o sinal no valor de R\$ 2.000 e em julho de 2025 o comprador efetuou o pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 40.000 equivalentes a 135.703 arrobas de boi. O saldo remanescente de 316.640 arrobas de boi será pago em 6 parcelas anuais de 52.773 arrobas, com vencimentos em 31 de outubro de 2026 a 2031.

2.1.2 Venda de fazendas realizadas no exercício corrente

Fazenda Marangatu II

Em 17 de março de 2026, a subsidiária Agropecuária Moroti S.A. celebrou o contrato de venda de 921 hectares (502 hectares úteis) da Fazenda Marangatu ("Marangatu II"), propriedade localizada no município de Mariscal Estigarribia, Boquerón – Paraguai, no montante de US\$1.492 mil (US\$ 3 mil por hectare útil).

Do valor total da transação, US\$ 590 mil, equivalentes a R\$ 3.059 na data do balanço, referem-se à venda de 372 hectares (201 hectares úteis), cujos critérios de reconhecimento contábil foram atendidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas de 31 de março de 2026. Na data da operação, o comprador efetuou o pagamento à vista de US\$ 301 mil, equivalentes a R\$ 1.583 na data do balanço, e o saldo remanescente dessa operação será pago em parcelas anuais, com vencimentos entre fevereiro de 2027 e 2029.

A parcela adicional da transação refere-se à venda de 549 hectares (301 hectares úteis), pelo valor de US\$ 903 mil, e está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas. Dessa forma, seus efeitos não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 30 de junho de 2026, a serem reconhecidos contabilmente quando atendidos os critérios aplicáveis.

2.2 Aspectos de performance

Uma parte da receita da Companhia é originada das vendas de *commodities* para clientes locais, no contexto de um mercado global que depende de uma extensa cadeia de logística e suprimentos, incluindo portos, centros de distribuição e fornecedores.

Em relação aos produtos agrícolas, fator que merece destaque é a forte demanda por exportações, fator relevante para a formação de preços e para a estratégia comercial da Companhia. No que se refere à cadeia logística, existe uma preocupação com relação ao comportamento dos custos de frete, especialmente diante da volatilidade dos preços dos combustíveis e das condições de escoamento da produção. Não foram identificadas, no período, rupturas relevantes nas operações e logística de exportação, tampouco nas operações de recebimento de insumos, os quais já se encontram, em grande parte, adquiridos e vêm sendo entregues conforme a calendarização necessária para o uso.

A respeito dos compromissos de venda para clientes, a Companhia não identificou alterações relevantes em sua composição ou em seu cumprimento, considerando a forma como as negociações são realizadas e a seleção de parceiros comerciais. Até o momento, não foram identificadas questões relevantes relacionadas a estes compromissos.

A liquidez de curto e longo prazo permanece preservada e eventuais alterações em embarques e recebimentos vêm sendo acompanhadas, sem impacto relevante identificado na posição

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeira da Companhia. A BrasilAgro não identificou riscos relevantes em relação à sua capacidade de continuar operando e que impactassem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 30 de junho de 2026.

2.3 Combinação de negócios realizada no exercício anterior

Aquisição Companhia Agrícola Novo Horizonte

Em 06 de agosto de 2024, a subsidiária Agrifirma Agro Ltda. adquiriu 100% das ações da Nova Horizonte Agrícola Ltda., assumindo seu controle integral. A aquisição teve como objetivo ampliar a atuação da Companhia no setor agrícola, por meio da incorporação de operações de produção de grãos no estado do Mato Grosso, incluindo contrato de arrendamento de 4.767 hectares com prazo de 16 anos. O valor da contraprestação foi de R\$ 6.157, dos quais R\$ 4.852 foram pagos à vista. O saldo remanescente de R\$ 1.305, existente em 30 de junho de 2025 e vinculado à restituição de créditos tributários adquiridos na transação, foi integralmente liquidado durante o exercício corrente, não havendo saldo a pagar em 30 de junho de 2026. Após a conclusão da alocação do preço de compra, foi reconhecido ganho por compra vantajosa de R\$ 348, correspondente à diferença entre a contraprestação transferida e os ativos líquidos adquiridos a valor justo, em conformidade com o CPC 15 (R1) / IFRS 3. Não houve alterações relevantes nas premissas ou valores reconhecidos após a conclusão da mensuração da aquisição.

2.4 Riscos atrelados às mudanças climáticas

A Companhia está exposta a riscos decorrentes de mudanças climáticas, os quais podem afetar o desempenho de suas operações agrícolas, a produtividade das culturas, os custos operacionais, a cadeia de suprimentos, a valorização de seus ativos e determinadas estimativas contábeis.

Esses riscos incluem, entre outros, a ocorrência de eventos climáticos adversos ou extremos, tais como períodos prolongados de estiagem, excesso de precipitação, geadas, ondas de calor e variações atípicas de temperatura, que podem impactar o desenvolvimento das lavouras, a qualidade dos produtos, o cronograma das operações agrícolas e os custos de produção.

Ao longo do exercício, o cenário climático foi marcado pela transição dos efeitos residuais de um evento de La Niña para condições predominantemente neutras do fenômeno El Niño. Esse padrão climático pode resultar em maior previsibilidade nas ocorrências de chuva e variações de temperaturas, embora com heterogeneidade entre as regiões produtoras, com efeitos distintos sobre culturas e ciclos produtivos.

As operações da Companhia no Brasil, Paraguai e Bolívia estão sujeitas a essas variações climáticas regionais, podendo demandar ajustes operacionais e influenciar estimativas e julgamentos contábeis, incluindo, mas não se limitando a mensuração do valor justo de ativos biológicos, avaliação de recuperabilidade de ativos, a análise de perdas em estoques, as estimativas de produtividade e reconhecimento de ativos fiscais diferidos.

A Companhia mantém processos contínuos de monitoramento das condições climáticas e de seus potenciais impactos sobre as operações e estimativas contábeis, considerando informações técnicas, históricas e prospectivas disponíveis à data de elaboração das demonstrações financeiras. Até o momento, não foram identificados efeitos que demandassem revisões relevantes nas principais premissas utilizadas.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o próximo exercício, a Companhia prevê maior irregularidade climática, possivelmente associada ao El Niño, com risco de chuvas concentradas, veranicos e temperaturas elevadas. Os impactos devem variar por região, exigindo cautela no início do plantio e acompanhamento das janelas climáticas. Para mitigar esses riscos, a Companhia adotará gestão regionalizada, flexibilidade operacional, escalonamento do plantio, priorização de áreas com melhor retenção de água e uso de tecnologias de monitoramento climático e de umidade do solo.

Não há garantia de que condições climáticas futuras, inclusive aquelas associadas a mudanças climáticas de longo prazo, não possam afetar adversamente os resultados operacionais, a posição patrimonial e o fluxo de caixa da Companhia em períodos futuros.

2.5 Políticas comerciais internacionais e tarifas – Análise de impacto

A Companhia acompanha continuamente alterações em políticas comerciais internacionais, incluindo medidas tarifárias, barreiras comerciais, restrições de importação e exportação e demais instrumentos que possam afetar os fluxos globais de commodities agrícolas.

As políticas tarifárias adotadas pelos Estados Unidos sobre produtos agrícolas passaram por ajustes recentes, incluindo alterações nas condições aplicáveis a determinados produtos e países. Embora algumas medidas possam representar mudanças em relação a cenários anteriores mais restritivos, o ambiente de política internacional permanece sujeito a incertezas, com potenciais reflexos na volatilidade das commodities, nos fluxos globais de comércio e no câmbio.

A Companhia segue monitorando, de forma contínua, as políticas comerciais dos Estados Unidos e seus desdobramentos nos mercados globais. O foco permanece na gestão estratégica de riscos e na identificação de oportunidades para preservar a competitividade dos produtos, assegurando a sustentabilidade das operações e a estabilidade dos resultados mesmo em contextos adversos. Não foram identificadas alterações que impactassem de forma relevante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 30 de junho de 2026.

2.6 Reforma Tributária

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada na criação de um IVA repartido: a CBS de competência federal, que substituirá o PIS e a COFINS, e o IBS de competência subnacional, que substituirá o ICMS e o ISS. Também foi criado o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, aplicável a produtos e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que tratou de aspectos relevantes da regulamentação da Reforma Tributária, incluindo regras gerais aplicáveis à CBS, ao IBS e ao Imposto Seletivo. Ao longo de 2026, vêm sendo publicados atos normativos, orientações operacionais e regulamentações complementares necessários à implementação do novo sistema tributário.

A transição entre os sistemas antigo e novo ocorrerá de forma gradual, com início em 2026 em fase de testes, motivo pelo qual não há impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 30 de junho de 2026.

A Companhia continua acompanhando a evolução da regulamentação e dos requisitos operacionais associados à Reforma Tributária, avaliando continuamente os potenciais impactos

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sobre suas operações, sistemas, processos, controles internos, créditos tributários, custos e fluxos de caixa.

2.7 Riscos atrelados a cenários geopolíticos

O cenário geopolítico internacional permanece sujeito a elevados níveis de incerteza, incluindo conflitos regionais, restrições comerciais, sanções econômicas, interrupções em rotas logísticas relevantes e volatilidade nos preços de energia, fretes e insumos agrícolas.

As tensões no Oriente Médio e as restrições ao tráfego em rotas marítimas estratégicas, como o Estreito de Ormuz, podem afetar a cadeia global de suprimentos, com potenciais reflexos sobre os preços e a disponibilidade de petróleo, fertilizantes, agroquímicos e fretes marítimos. Tais fatores podem aumentar a volatilidade dos custos de produção e impactar, direta ou indiretamente, as operações agrícolas da Companhia.

No curto prazo, a exposição concentra-se principalmente nos insumos destinados à produção de cana-de-açúcar e nos agroquímicos. Para os demais fertilizantes, o risco é parcialmente mitigado por meio de planejamento antecipado de compras, diversificação de fornecedores, acompanhamento de estoques e gestão contínua da cadeia de suprimentos, reduzindo o impacto sobre custos e margens.

A Companhia segue monitorando a evolução do cenário geopolítico e seus possíveis efeitos sobre a cadeia de suprimentos, custos logísticos e disponibilidade de insumos. Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos relevantes que demandassem ajustes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 30 de junho de 2026.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo em disposição em contrário.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("*International Accounting Standards Board*" – "IASB"), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem as normas emanadas da legislação societária brasileira, bem como os Pronunciamentos Contábeis, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 03 de setembro de 2026, o Conselho de Administração aprovou as demonstrações

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras e autorizaram sua divulgação.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico e no curso normal dos negócios, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas. Também exige que a administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota explicativa nº 4.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações financeiras, tais como volume de vendas, área total plantada e arrendada, número de fazendas e meio ambiente, não são informações financeiras históricas e, portanto, não foram examinados pelos auditores independentes.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, em 30 de junho de 2026 e 2025. Abaixo é apresentado o percentual de participação direta e indireta da Companhia nas demais empresas que compõem o grupo.

Controladas (%)	País	30/06/2026	30/06/2025
Imobiliária Jaborandi Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Cremaq Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Araucária Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Mogno Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Cajueiro Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Ceibo Ltda.	Brasil	100	100
Imobiliária Flamboyant Ltda.	Brasil	100	100
Agrifirma Agro Ltda.	Brasil	100	100
Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda. (i)	Brasil	100	100
Companhia Agrícola Novo Horizonte (i)	Brasil	100	100
Palmeiras S.A.	Paraguai	100	100
Agropecuaria Morotí S.A. (ii)	Paraguai	-	100
Agropecuaria Acres Del Sud S.A.	Bolívia	100	100
Ombú Agropecuaria S.A.	Bolívia	100	100
Yuchán Agropecuaria S.A.	Bolívia	100	100
Yatay Agropecuaria S.A. (iii)	Bolívia	-	100

(i) Subsidiárias da Agrifirma Agro (controle indireto).

(ii) Agropecuaria Morotí S.A. foi incorporada pela controlada Palmeiras S.A. assumindo seus ativos e passivos a partir da data de 17 de abril de 2026.

(iii) Yatay Agropecuaria S.A. foi incorporada pela controlada Yuchán Agropecuaria S.A. assumindo seus ativos e passivos a partir da data de 01 de junho de 2026.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de obtenção de controle, sendo consolidadas até a data em que o controle deixar de existir. O investidor controla a investida quando está exposto, ou tem direitos sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que o da Companhia, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas são eliminados por completo nas demonstrações financeiras consolidadas. Portanto, o conjunto de empresas é denominado como “Grupo BrasilAgro”.

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária e promover maior eficiência na gestão dos negócios, o Grupo realizou duas reorganizações internas no exercício findo em 30 de junho de 2026. A primeira ocorreu em 17 de abril de 2026, com a incorporação da Agropecuária Morotí S.A. pela Palmeiras S.A.. A segunda foi aprovada em 11 de maio de 2026, com a incorporação da Yatay Agropecuária S.A. pela Yuchán Agropecuária S.A. a partir da data de 01 de junho de 2026. Por se tratar de combinação de negócios entre entidades sob controle comum, houve adoção da prática contábil dos valores contábeis preexistentes (*predecessor accounting method*), em que os ativos e passivos das entidades transferidas são registrados pelos seus valores contábeis históricos (*book values*) existentes antes da transação, sem qualquer remensuração.

3.2. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas sediadas no Brasil são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que essas empresas atuam (“a moeda funcional”). Para as controladas sediadas no Paraguai, a moeda funcional é o dólar norte americano e para as controladas sediadas na Bolívia a moeda funcional é o Boliviano. Com isso, a moeda funcional das entidades sediadas no Brasil, bem como a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do grupo é o real (“R\$”).

b) Transações e saldos em moedas estrangeiras

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”.

c) Empresas do grupo no exterior

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das empresas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é o dólar norte americano e o Boliviano, são convertidas para reais como segue: a) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial, à taxa de câmbio de encerramento do balanço; b) Patrimônio Líquido de cada balanço patrimonial, à taxa de câmbio histórica; e c) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). Os efeitos das variações da taxa de câmbio resultantes dessas conversões são apresentados na Demonstração

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do Resultado Abrangente e incorporados nas Demonstrações da Muta  o do Patrimônio Líquido sob a rubrica "Ajuste de avalia  o patrimonial".

3.3. Investimentos em controladas e em *joint venture*

Nas demonstra  es financeiras individuais, os investimentos em controladas e em *joint venture*, são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo.

Nas demonstra  es financeiras consolidadas, os investimentos em controladas são consolidados e os investimentos em *joint venture*, são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Após a aplica  o do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se    necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua controlada ou *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na controlada ou *joint venture* sofreu perda por redu  o ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redu  o ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada ou *joint venture* e o valor contábil, e reconhece a perda em "Equivalência patrimonial", na demonstra  o do resultado. No exercício findo em 30 de junho de 2026 não foram reconhecidas perdas sobre o valor recuperável.

A *joint venture*    oriunda de um acordo em que as partes têm o controle em conjunto e direitos aos ativos líquidos da investida. Controle conjunto    o compartilhamento contratual acordado, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e aplica  es financeiras de curto prazo com alta liquidez, para os quais não existem multas ou quaisquer outras restri  es para seu resgate imediato junto ao emissor do instrumento.

Os títulos e valores mobiliários incluem as aplica  es financeiras dadas em garantia de empréstimos e financiamentos registrados no ativo não circulante com base nos vencimentos dos empréstimos e financiamentos a que se referem.

Certos acordos de d  vida exigem que a Companhia mantenha títulos e valores mobiliários como garantia para os saldos em aberto. Tais aplica  es são vinculadas enquanto mantidas em garantia. A Companhia contabiliza as compras e as vendas de tais aplica  es como atividades de investimentos na demonstra  o de fluxos de caixa.

Os equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são mensurados a valor justo por meio do resultado.

As aplica  es financeiras e opera  es compromissadas podem ter prazos de vencimento superior a 90 dias da data de contrata  o, e podem ter garantia de recompra fornecida contratualmente pela institui  o financeira emissora do título, permitindo o resgate dos títulos ao valor investido originalmente mais os juros decorridos sem qualquer penalidade. Esses títulos são

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

classificados como equivalentes de caixa. As aplicações em certificados de depósitos que não reúnem condições de resgates sem penalidade são mantidas em títulos e valores mobiliários.

Os investimentos de renda fixa têm como objetivo a manutenção do valor das disponibilidades detidos pela Companhia e ainda não alocados na atividade rural, sendo os mesmos guiados por uma política aprovada pelo Conselho de Administração.

3.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto.

Para atender o modelo de negócios da Companhia os ativos financeiros são administrados e gerenciados para gerar fluxos de caixas. O modelo de negócios determina, se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que da Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em:

i. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. A Companhia designa certos ativos financeiros no reconhecimento inicial pelo valor justo por meio do resultado. Esta designação não pode ser alterada posteriormente. Estes ativos são representados, principalmente, por títulos e valores mobiliários, derivativos e por recebíveis pela venda de fazendas, que consistem em instrumentos de dívidas reconhecidos no balanço dentro

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de "Contas a receber".

Variações de valor justo relativos aos créditos com a venda de fazendas designados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos em "Receita/Despesa na atualização dos recebíveis de fazenda" dentro de "Resultado financeiro".

ii. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumento de dívida).

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
- Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.
- Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e títulos e valores mobiliários dados em garantia dos empréstimos e financiamentos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- contas a receber de clientes por vendas de produtos agrícolas, pecuária e venda de fazendas;
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9, a perda por redução ao valor recuperável nesses ativos não é material.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma estimativa para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

As contas a receber de clientes e os ativos de contratos são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 90 dias.

As perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Todos os investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são considerados de baixo risco de crédito e a estimativa para perdas reconhecida durante o exercício ficou, portanto, limitada às perdas de crédito esperadas em 12 meses. A administração considera "baixo risco de crédito" para títulos negociados no mercado como sendo uma classificação de crédito de investimento com, no mínimo, uma importante agência de classificação. Outros instrumentos são considerados como tendo baixo risco de crédito quando eles apresentam um risco baixo de inadimplência e o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo.

A estimativa para perdas com investimentos em títulos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes é reconhecida no resultado e reduz a perda do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes. O resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem títulos que não pagam juros e títulos privados listados (anteriormente mantidos até o vencimento), empréstimos a partes relacionadas, e demais contas a receber. A estimativa para perdas com outros ativos financeiros ao custo amortizado é reconhecida no resultado do exercício.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, serão acrescidos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48/IFRS 9.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros que atenderem os critérios do CPC 48/IFRS 9 são designados ao valor justo por meio do resultado na data de reconhecimento inicial.

(ii) Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota explicativa 17.

3.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros e contratos a termo de *commodities*, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de *commodities*, respectivamente. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. A Companhia não designou qualquer derivativo para *hedge accounting*. A Companhia não opera com instrumentos derivativos para fins especulativos.

Quaisquer ganhos e perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultado (Nota explicativa 26).

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota explicativa 7.

3.7. Contas a receber e outros créditos

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias e fazendas no decurso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber não relacionadas à venda de fazendas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a mensuração de perda de crédito esperada, se necessária.

Contas a receber de clientes relacionadas à venda de fazendas, para as quais o valor a receber é contratualmente determinado em quantidades de sacas de soja ou arrobas de gado, equivalente a uma quantia em reais inicialmente classificadas como ativos financeiros e mensuradas a valor justo por meio de resultado. Nesses casos o valor das contas a receber é posteriormente remensurado em cada data de balanço, aplicando a quantidade de sacas de soja ou arrobas de gado à cotação para entrega futura na data de vencimento de cada parcela (ou com base em estimativas e cotações de corretores quando não há cotação para entrega futura em uma data específica de vencimento) e multiplicando o valor resultante em dólares pela taxa de câmbio de USD para R\$ para entrega futura também na mesma data de vencimento (considerando-se que as cotações futuras de soja e arroba são denominadas em dólares) e o montante em reais resultante é mensurado a valor justo mediante ao cálculo de fluxo de caixa descontado. O ganho (perda) na remensuração dos recebíveis é reconhecido no resultado financeiro em "Receita/Despesa na atualização dos recebíveis de fazenda" no "Resultado financeiro" (Nota explicativa 26).

3.8. Estoques

Os produtos agrícolas provenientes dos ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no ponto da colheita, quando são transferidos do grupo de ativo biológico para o grupo de estoques. Após colhidos, são mensurados pelo valor realizável líquido, conforme pronunciamento Técnico CPC 16 / IAS 2 – Estoques.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e necessários para efetuar a venda.

Quando existem contratos de venda firmados com clientes, os preços de venda definidos nos contratos são utilizados como premissa do cálculo valor realizável; para as quantidades em estoques para as quais não há contratos de venda firmado com clientes, a Companhia se utiliza de preços de mercado para cálculo do valor realizável. O ajuste ao valor realizável é reconhecido na demonstração do resultado do exercício a que se refere, na rubrica de provisão do valor recuperável de produtos agrícolas.

Os estoques de sementes, adubos, fertilizantes, defensivos agrícolas, combustíveis, lubrificantes, almoxarifado e materiais diversos foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

Conforme práticas adotadas pela Companhia, quando da identificação de perda de qualidade dos produtos que comprometam sua venda (sejam estas perdas motivadas por armazenamento, carregamento, transporte e outros eventos relacionados a operação) é feita uma apuração e

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

segregação física da quantidade destes produtos. Neste momento é iniciado um processo interno de registro, aprovação, baixa do estoque e destinação desta quantidade por meio de aprovações dos gestores responsáveis devidamente formalizados no sistema de gestão da Companhia.

3.9. Ativo não circulante mantido para venda

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 31/IFRS 5, a entidade classifica determinados ativos não circulantes como "mantidos para venda" quando há intenção firme de venda e esta é considerada altamente provável dentro de um prazo de até 12 meses. Esses ativos são reclassificados para o ativo circulante e mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

A partir da data de classificação, a entidade interrompe a depreciação ou amortização dos ativos e realiza testes de recuperabilidade. Os ativos e passivos diretamente relacionados à operação descontinuada são apresentados separadamente nas demonstrações contábeis, conforme exigido pelo pronunciamento.

3.10. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia e suas controladas correspondem, substancialmente, às culturas de grãos (soja, milho e feijão), algodão, cana-de-açúcar e gado (ou criação de gado) e são mensurados pelo valor justo menos as despesas de venda.

Atividade Agrícola

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e em cada data de balanço. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é determinado pela diferença entre o valor justo e os custos incorridos com o plantio e tratos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, sendo registrado no resultado do exercício na rubrica "Movimentação de valor justo de ativos biológicos e produtos agrícolas". Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproximam do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando apenas uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material. Os ativos biológicos continuam registrados pelo seu valor justo.

As lavouras de cana-de-açúcar possuem ciclo produtivo médio de cinco anos, sendo que, para que um novo ciclo se inicie depende da finalização de seu ciclo precedente. Deste modo, o ciclo atual é classificado como ativo biológico no curto prazo, e o valor de constituição da sua soqueira (portadora dos demais ciclos) são classificadas como planta portadora no imobilizado. A metodologia de cálculo utilizada para estimar o valor do ativo biológico "cana" foi o fluxo de caixa descontado a uma taxa compatível com o risco e o prazo das operações. Para tanto projeta-se os fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado para cada corte, levando-se em consideração a vida útil estimada de cada área, os preços do Açúcar Total Recuperável (ATR), as produtividades estimadas e os correspondentes custos estimados de produção, inclusive o custo da terra e os custos relacionados à colheita, carregamento e transporte para cada hectare plantado.

As lavouras de soja, milho, algodão e feijão são culturas temporárias, nas quais o produto agrícola é colhido após um período que varia de 90 a 240 dias após a data do plantio,

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dependendo da cultura, variedade, localização geográfica e condições climáticas. A metodologia de cálculo utilizada para estimar o valor do ativo biológico dos grãos foi o fluxo de caixa descontado a uma taxa compatível com o risco e o prazo das operações. Para tanto, projeta-se os fluxos de caixa futuros levando-se em consideração a produtividade estimada, os custos a serem realizados com base no orçamento da Companhia ou com base em novas estimativas internas e os preços de mercado. Esses preços, para as *commodities* que apresentam mercados futuros, foram obtidos a partir das cotações das seguintes bolsas de negociação: *Chicago Board of Trade (CBOT)*, Brasil, Bolsa, Balcão (B3), *New York Board of Trade (NYBOT)*. Para os produtos agrícolas que não apresentam esse tipo de mercado, utilizamos os preços obtidos por meio de pesquisas diretas de mercado ou divulgados por empresas especializadas, a partir dos preços de mercado realizamos os descontos logísticos e tributários correspondentes a fim de encontrar os preços de cada um desses produtos em cada unidade de produção da Companhia.

Conforme citado acima, o valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial foi determinado utilizando técnicas de avaliação do método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os custos para colocar o produto a venda como, por exemplo, preço, produtividade e custo de produção. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos ativos biológicos.

Atividade Pecuária

A Companhia atua na produção e venda de bezerras de corte após o desmame, caracterizando-se como atividade de cria, entretanto no Paraguai a atividade principal é engorda.

Para fins de segregação, quando aplicável, classificamos o rebanho bovino em: gado consumível (considerado como circulante), que é aquele passível de ser vendido para produção de carne, e gado para reprodução (considerado não circulante), que é utilizado na condução das operações da fazenda com a finalidade de contribuir para a geração de outros ativos biológicos. Na data de fechamento destas demonstrações financeiras, a Companhia possuía gado para produção de carne cria e recria; bezerras, novilhas, novilhas prenhas, vacas prenhas, vacas cria, bezerras, novilhos e touros.

O valor justo do gado é calculado através do valor de mercado com base em fontes de consultorias especializadas de cada localidade, em virtude da existência de mercado ativo. O ganho ou perda, na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido no resultado no período em que ocorre. A Companhia considerou os preços praticados no mercado de gado na região da Bahia e Boqueron (Paraguai), considerado o mercado principal, e através das métricas utilizadas no mercado.

Dessa forma, tanto para o gado consumível, quando aplicável, quanto para o gado para produção, a mensuração é baseada na arroba e faixa etária dos animais.

3.11. Propriedades para investimento

A estratégia de negócios da Companhia tem como pilar fundamental aquisição, desenvolvimento, exploração e comercialização de propriedades rurais com aptidão agropecuária. A Companhia adquire propriedades rurais que acredita ter significativo potencial de geração de valor por meio da manutenção do ativo e do desenvolvimento de atividades de agronegócios rentáveis. A partir

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da aquisição das propriedades rurais, a Companhia busca implementar culturas de maior valor agregado e transformar essas propriedades rurais com investimentos em infraestrutura e tecnologia, além de celebrar contratos de arrendamentos com terceiros. De acordo com essa estratégia, quando a Companhia julga que as propriedades rurais atingiram um valor rentável, vende tais propriedades rurais para realizar ganhos de capital e são registrados na rubrica "Ganho com venda de fazenda" na Demonstração do Resultado.

As terras de imóveis rurais compradas pela Companhia são registradas ao custo de aquisição, que não supera seu valor líquido de realização, e estão sendo apresentadas no ativo não circulante. O valor justo de cada propriedade está divulgado na Nota explicativa 11.

Edifícios, benfeitorias e aberturas de áreas em propriedades para investimento são avaliados pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada de acordo com os mesmos critérios descritos para o ativo imobilizado na Nota explicativa 3.12.

3.12. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item flua para a Companhia e que o custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros custos de reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada por especialistas do grupo, exceto para as culturas permanentes que dependem do volume produzido no período. As taxas anuais de depreciação linear estão descritas a seguir:

Taxa anual de depreciação %

	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Edifícios e benfeitorias	3	3
Equipamentos e instalações	7	7
Veículos e máquinas agrícolas	7	7
Móveis e utensílios	10	10
Aberturas de áreas	5	5
Soqueira	5	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.13. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos por licença de *software* e amortizados durante sua vida útil estimada de 5 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

3.14. *Impairment* de ativos não financeiros

De acordo com as disposições do CPC 01/IAS 36 – Redução ao Valor recuperável de ativos, incluindo propriedades para investimento, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado.

Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo montante em que o custo contábil do ativo excede seu valor recuperável.

Em 30 de junho de 2026 e 2025 não foram identificados indicadores de *impairment* sobre esses ativos.

3.15. Contas a pagar e outras obrigações

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano e mensurados pelo custo amortizado. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são desreconhecidos quando a obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. Os juros pagos sobre empréstimos são reconhecidos na demonstração do resultado no grupo de “empréstimos e financiamentos”.

As taxas pagas na obtenção de linhas de crédito são reconhecidas como custos da transação na medida em que seja provável que uma parte ou toda a linha seja utilizada. Nesse caso, as taxas são diferidas até que o desembolso ocorra. Quando houver evidências da probabilidade de desembolso de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 1 ano ou mais após a data do balanço.

As cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que o Grupo é obrigado a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que o Grupo é obrigado a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras.

3.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Os passivos contingentes decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais, contratuais, operacionais e de pleitos administrativos e judiciais, são provisionados pelo seu valor estimado quando a probabilidade de perda é considerada provável (Nota explicativa 4.a).

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real anual, exceto para a atividade rural que é de até 100% do lucro real anual. Não há prazo de prescrição para o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Conforme facultado pela legislação tributária no Brasil, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais respectivamente, no qual não se aplica imposto diferido.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda diferido é reconhecido pelo efeito futuro estimado das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. É reconhecido um passivo de imposto de renda diferido para todas as diferenças tributárias temporárias, enquanto o imposto

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de renda diferido ativo é reconhecido apenas na extensão em que seja provável que exista lucro tributável contra o qual a diferença temporária possa ser utilizada. Os ativos e passivos tributários diferidos são classificados como de longo prazo. O imposto de renda relativo a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no exercício em curso ou em exercício anterior são reconhecidos diretamente na mesma conta. Os montantes reconhecidos são revisados periodicamente e revertidos quando não há mais expectativa de realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para a determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável (Nota explicativa 18).

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.19. Benefícios a empregados

a) Remuneração com base em ações

A Companhia possui planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido da Companhia.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

As despesas ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício.

Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

b) Participação nos lucros

A Companhia oferece aos colaboradores um programa de participação nos resultados, nos termos do qual todos os colaboradores têm o direito de receber bônus anuais com base nos resultados financeiros e operacionais consolidados da Companhia e sobre os objetivos pessoais definidos para cada colaborador individualmente.

3.20. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

3.21. Receita de contratos com clientes

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, quando aplicável, bem como das eliminações das vendas entre subsidiárias da Companhia.

A Companhia aplica o modelo do CPC 47/IFRS 15 para mensurar e contabilizar a receita proveniente de contratos com clientes, o que estabelece que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a Companhia espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. O modelo é baseado em cinco passos: i) identificação dos contratos com clientes; ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; iii) determinação de preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

a) Venda de produtos

A receita por venda de grãos e por venda de cana-de-açúcar é reconhecida quando a Companhia cumpre com suas obrigações de desempenho previstas nos contratos com seus clientes, geralmente quando os produtos são entregues ao comprador no local determinado, conforme os termos de venda acordados.

No caso dos grãos, a Companhia geralmente realiza contratos de venda para entrega futura que determinam que o preço pode ser fixado pela Companhia, para o volume total ou parcial vendido, até o momento da entrega, de acordo com fórmulas estabelecidas contratualmente.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em certos casos, a fórmula estabelecida contratualmente determina um preço fixado em dólares americanos. O valor em reais é determinado, também contratualmente, com base na taxa de câmbio vigente alguns dias antes da data de liquidação financeira. O preço também pode ser ajustado por outros fatores tais como umidade e outras características técnicas dos grãos. Quanto à venda de cana-de-açúcar, a Companhia geralmente realiza contratos de venda para entrega futura, os dados como volume e ATR mínimo são pré-fixados. A precificação da cana-de-açúcar leva em consideração a quantidade de ATR por tonelada de cana entregue, e o valor do ATR, divulgado mensalmente pelo Consecana.

Quando os grãos são entregues, a receita é reconhecida com base no preço fixado com cada comprador considerando a taxa de câmbio em vigor na data da entrega. Após a entrega dos grãos ao destinatário, avalia-se a qualidade e o peso final, determinando assim o preço final da operação, e ajustando-se os valores contratuais por tais fatores assim como pela variação na taxa de câmbio até a data da liquidação.

b) Receita com venda de fazendas

Vendas de fazendas não são reconhecidas no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determine que o pagamento por parte do comprador seja provável, (iii) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável, e (iv) a Companhia tenha transferido ao comprador o controle que coincide com a transferência de posse.

O valor do resultado com venda da fazenda é apresentado na demonstração do resultado como “Ganho com venda de fazenda” pela diferença entre o valor da contraprestação pela venda e o valor contábil da fazenda vendida.

c) Receita de pecuária

A receita de pecuária por venda de gado é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gado são transferidos para o comprador, geralmente quando os animais são entregues ao comprador no local determinado, conforme os termos de venda acordados.

Quanto à venda de gado, a operação da empresa no Brasil consiste tipicamente em um projeto de produção e venda de bezerros de corte após o desmame (denominado recria), contudo, alguns animais que se mostrarem incapazes de procriar podem ser vendidos a frigoríficos para abate. Já na operação no Paraguai o projeto consiste na engorda e venda desses animais para abate. A precificação das vendas para recria é feita através do preço da arroba do boi gordo para a praça em questão (valor da arroba essa verificada na data da transação), pelo peso do animal, mais ágio referente à categoria. Já as vendas para abate nas operações do Brasil e Paraguai levam em consideração a arroba do boi gordo ou novilha/vaca na data da venda, para a praça em questão, aplicada sobre o rendimento da carcaça.

3.22. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de contratos de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a receber de fazendas, clientes, variação monetária e cambial ativa e passiva, ganhos e perdas pela mensuração ao valor justo de derivativos e contas a receber pela venda de fazendas, assim como descontos obtidos de fornecedores pelo pagamento antecipado de duplicatas.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.23. Arrendamentos

A Companhia efetua arrendamentos de terras e parcerias agrícolas, não obstante disso a Companhia também efetua contratos de prestação de serviços, como tomadora do serviço. Desta forma, a Companhia avalia, na data de início de todos seus contratos pactuados, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Além disso, a Companhia avalia os elementos que possam influenciar economicamente a decisão de utilizar opções de prorrogações e opções de rescisões. Fatores como benefícios financeiros, condições de mercado e estratégias operacionais são analisados para determinar se há uma expectativa razoável de que o arrendamento será prorrogado ou mantido até o fim do prazo acordado. A inclusão de períodos adicionais, decorrentes de opções de prorrogação ou da não utilização de cláusulas de rescisão, só ocorre quando há evidências suficientes de que essas decisões refletem a intenção real da entidade.

Companhia como arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A taxa de empréstimo incremental (nominal) seria a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.

Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice, taxa ou preços usados para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Companhia como arrendador

Arrendamentos para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período do arrendamento, e é incluída na receita na demonstração do resultado, devido à sua natureza operacional. Custos diretos iniciais incorridos na negociação de arrendamentos operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo locado e reconhecidos ao longo do prazo do arrendamento com base semelhante à receita de aluguel. Aluguéis contingentes são reconhecidos como receita ao longo do tempo em que eles são auferidos.

3.24. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é identificado na demonstração das mutações do patrimônio líquido e somente é transferido para o passivo circulante na data em que são aprovados em Assembleia Geral, conforme proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

3.25. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo, quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores estimativas, quanto ao valor do dinheiro no tempo.

A taxa utilizada de desconto varia de acordo com as características do ativo ou passivo em questão, ou seja, ela dependerá do risco, prazo, especificidade do referido item e tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Companhia, líquidas do efeito inflacionário.

3.26. Resultado por ação básico e diluído

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que às ações em circulação é adicionado o número de ações adicionais que estaria em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e bônus de subscrição tivessem sido emitidas durante os respectivos exercícios, utilizando o preço médio ponderado das ações.

3.27. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo CPC. As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo CPC. As IFRS® *Accounting Standards* não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS® *Accounting Standards*, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Os juros pagos e os dividendos recebidos de controladas são classificados como fluxo de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimentos, respectivamente, pois são custos de obtenção de recursos financeiros e retorno sobre os investimentos, e não são considerados atividades operacionais para a Companhia.

3.28. Obrigação não financeira

Na ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação que seja aplicável à situação específica de obrigações de entregar quantidades fixas de soja como contraprestação da compra de propriedade para investimento pelo CPC 28/IAS 40, a Administração exerceu seu julgamento para resultar em informação que seja:

- relevante para tomada de decisão econômica por parte dos usuários; e
- confiável, de tal modo que as demonstrações contábeis:
 - (i) representem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade;
 - (ii) reflitam a essência econômica de transações, outros eventos e condições e, não, meramente a forma legal;

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) sejam prudentes; e

(iv) sejam completas em todos os aspectos materiais.

A BrasilAgro entende que quando o custo de aquisição de propriedades para investimento sujeitas ao CPC 28/IAS 40 inclui a obrigação de entregar produtos agrícolas em datas futura essa obrigação é medida inicialmente pelo seu valor justo na data o reconhecimento da propriedade.

A Companhia adota o critério de remensurar a obrigação de entrega de produtos agrícolas para a compra de propriedades ao seu valor justo na data de cada balanço registrado no passivo contra resultado. O ganho (perda) na remensuração dessa obrigação é reconhecida no resultado financeiro.

3.29. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (ativos biológicos) ao valor justo em cada data de fechamento.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o ativo ocorrerá:

- No mercado principal; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o mercado em seu melhor uso.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração de valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Grupo não alterou quaisquer técnicas de avaliação na determinação dos valores justos de Nível 2 e Nível 3.

3.30. Novas normas, alterações e interpretações de normas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 30 junho de 2026. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 19 – Subsidiárias Sem Responsabilidade Pública: O IASB emitiu uma nova Norma de Contabilidade, a IFRS 19, que tem como objetivo simplificar e reduzir os custos na preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, ao permitir que as suas divulgações sejam padronizadas as Normas Contábeis reportadas, de forma que atendam as necessidades da controladora assim como dos usuários da informação. A Norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.
- IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:
 - Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.
 - Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.
 - O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 30 de junho de 2027 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As referidas alterações têm vigência para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.
- Melhorias Anuais às IFRS® *Accounting Standards* - Volume 11: as melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis. As alterações referem-se às seguintes normas:
 - IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
 - IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
 - IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
 - IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
 - IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa"

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS® *Accounting Standards* ou interpretações IFRIC® *Interpretations* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

A Companhia faz estimativas para o futuro com base em premissas. Por definição, as estimativas contábeis raramente são iguais aos respectivos resultados reais, mas são tão próximas que não são esperados ajustes relevantes. As estimativas e premissas que possuem maior grau de estimativa estão contempladas abaixo:

a) Demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 28. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento passado e provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a opinião dos consultores jurídicos internos e externos. A administração acredita que essas

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

demandas judiciais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

b) Ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos apresentados no balanço patrimonial (Nota explicativa 10) foi determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e/ou cotação no mercado ativo, quando aplicável. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, sempre que possível, e quando isso não for viável, determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo, considerando a subjetividade de algumas premissas que compõe o cálculo de valor para este tipo de ativo. O julgamento inclui considerações sobre os dados como, por exemplo, preço, produtividade, custo de plantio e custo de produção.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo reconhecidos para ativos biológicos.

Em relação ao gado, a Companhia valoriza o seu plantel pelo seu valor justo com base em preços de mercado para a região.

c) Contas a receber – Recebíveis de venda de fazendas

A Companhia realiza vendas de fazendas a longo prazo, cujo valor está atrelado ao preço da saca de soja. As vendas são contabilizadas a valor presente e, posteriormente, mensuradas pelo valor justo, em contrapartida ao resultado financeiro. O preço da saca de soja leva em consideração as seguintes premissas: preço da soja CBOT (*Chicago Board of Trade*), *basis*, custos portuários, logística, taxa de câmbio e CDI. A Companhia adotava cotações do *basis* disponíveis em até um ano para parcelas de curto e longo prazo, pois não há valor de referência disponível no longo prazo. A partir do exercício anterior, para as cotações de *basis*, a Administração utilizou a seguinte premissa: as parcelas de curto prazo continuarão sendo atualizadas com base nas cotações disponíveis, enquanto para as parcelas de longo prazo será utilizada a média dos últimos quatro anos. A Companhia acredita que a nova estimativa reflete melhor a liquidez das parcelas de longo prazo.

d) Contraprestação variável

Para as vendas que possuem a obrigação de medição oficial ao longo ou no fim do contrato, a Companhia adota o conceito de contraprestação variável, previsto no CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, e não reconhece 2,3% da venda até o momento da medição. Esse percentual, calculado com base no maior desvio histórico acrescido de margem de segurança, representa o risco de reversão proporcional no reconhecimento da venda, caso haja diferença entre a área negociada e a área entregue. A parcela não reconhecida da receita (2,3%) deverá ser contabilizada ao fim do processo.

e) Propriedades para investimentos

O valor justo das propriedades para investimento divulgados em notas explicativas das demonstrações financeiras foi obtido através da avaliação das fazendas, elaborado pelos especialistas da Companhia. A avaliação foi efetuada por meio de normas praticadas pelo mercado considerando a caracterização, localização, tipo de solo, clima da região, cálculo das benfeitorias, apresentação dos elementos e cálculo de valores de terrenos, que podem sofrer

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

variações relacionadas a essas variáveis.

Metodologia utilizada

Em 30 de junho de 2026, foi realizada a avaliação das propriedades para investimentos, para a metodologia aplicada foi considerada a análise comparativa ajustada pelas suas respectivas características:

- (i) O trabalho de avaliação utilizou como base, entre outras, as seguintes informações: (i) Informações históricas, (ii) localização das fazendas, (iii) área total e seus respectivos percentuais de abertura e utilização;
- (ii) O valor de mercado apresentado para a fazenda corresponde à parcela de terra nua, para pagamento à vista, não incluindo máquinas, equipamentos, implementos agrícolas, culturas. O fator de correção do solo (preparação da terra para plantio) foi considerado na ponderação dos preços;
- (iii) O valor das terras destinadas à agricultura, na região pesquisada, tem como referência o preço da saca de soja para as unidades brasileiras, e em Dólar por hectare para as unidades no Paraguai e Bolívia. Os valores unitários das fazendas à venda (pesquisas de mercado) foram obtidos em sacas de soja por hectare ou USD por hectare. Sendo assim, o valor em reais (R\$) da propriedade varia diretamente em razão da variação do preço da soja e variação do Dólar.

f) Imposto de renda diferido

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos, conforme descrito na Nota explicativa 18, com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica elaborado pela Companhia.

g) Arrendamentos

A Companhia analisa seus contratos de acordo com os requisitos da CPC 06 (R2)/IFRS 16 e reconhece o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento para as operações de arrendamento as quais os contratos se enquadram no escopo da norma. A Companhia avalia fatores econômicos e estratégicos para decidir se irá exercer opções de prorrogação ou evitar a rescisão de contratos de arrendamento. A inclusão de períodos adicionais só ocorre quando há evidências suficientes de que essas decisões refletem a intenção real da Companhia. A Administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto as quais se apresentam dentro de um intervalo de 7,04% a 21,69% (7,04% a 16,76% em 30 de junho de 2025).

Nos casos em que os pagamentos são indexados a saca de soja, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data base da adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, e ajustados ao preço corrente na data do balanço. Já para os pagamentos

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

indexados ao Consecana, os pagamentos são fixados em toneladas de cana e convertidos para moeda nacional através do Consecana vigente à época. Os pagamentos efetuados em produtos (sacas de soja) são reconhecidos na demonstração de fluxo no grupo operacional.

h) Mensuração ao valor justo de instrumentos derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado, como variações cambiais, de juros e de preços de commodities, e utiliza derivativos para proteção. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

i) Pagamento baseado em ações

O Plano ILPA, aprovado em 2 de outubro de 2017, é um programa de remuneração de longo prazo baseado em ações, condicionado à permanência dos participantes na empresa e ao atingimento de indicadores-chave de desempenho (KPIs). O Conselho de Administração tem autonomia para sua implementação, respeitando o limite de 2% das ações da companhia. A valorização da ação AGRO3 é o principal KPI. Caso não atinja o mínimo exigido, não há concessão de ações. Se atingido, o número de ações é ajustado conforme outros KPIs, como rentabilidade operacional, vendas de fazendas e capitalização, além dos dividendos distribuídos.

5. Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo principalmente caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e créditos diversos, transações entre partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores, contas a pagar pela compra de fazendas, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos.

Determinadas operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, taxas de juros e de variações de preços das commodities agrícolas. Em função disso, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos utilizados como proteção de safra ou componentes de balanço, dependendo da natureza da operação.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

5.2 Políticas aprovadas pelo Conselho de Administração para a utilização de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

A Companhia possui as seguintes políticas que orientam suas operações em relação aos instrumentos financeiros, as quais estão aprovadas pelo Conselho de Administração: (i) política de investimento que orienta as aplicações do caixa da Companhia, observando riscos das

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

contrapartes, dos instrumentos de crédito e de liquidez, entre outros; (ii) política de instrumentos financeiros derivativos que orienta a administração das exposições da Companhia aos riscos de moedas, taxas de juros e índices e de valor de *commodities* agrícolas, sempre relacionando os instrumentos financeiros derivativos a um ativo ou passivo gerador da exposição; e (iii) política de risco, que contempla itens não endereçados na política de investimento ou na política de instrumentos financeiros derivativos ou ainda relacionado à proteção do fluxo de caixa futuro tais como comercialização da produção futura de *commodities*.

- a) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e créditos diversos, empréstimos com partes relacionadas e contas a pagar. Os valores contabilizados aproximam-se do valor justo estimado.
- b) Empréstimos e financiamentos. O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas fixas ou atreladas à variação do IPCA e CDI e aproxima-se do valor justo. A Diretoria-Executiva reporta as operações contratadas nas reuniões do Conselho de Administração.

5.3 Análise de exposição a riscos de ativos e passivos financeiros

a) Riscos com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais aplicados de ativos ou aumentam os valores devidos de passivos. Esse risco também decorre dos compromissos de venda de produtos existentes em estoque ou ainda em formação com preços a serem fixados, preços esses que variam dependendo da taxa de câmbio.

b) Riscos com taxa de juros e índices

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou índices que aumentem as despesas financeiras relativas aos contratos de aquisições de terras e financiamentos para custeio da atividade agrícola, indexados pelo IPCA e CDI.

c) Riscos com *commodities*

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido à oscilação nos preços de mercado dos produtos agrícolas.

A Companhia avalia a sua exposição dos riscos acima e com o objetivo de mitigá-los efetua a contratação de instrumentos financeiros com base na avaliação criteriosa da tesouraria e comercial.

5.4 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos e de utilização de instrumentos derivativos

A gestão de riscos financeiros é de responsabilidade da Diretoria-Executiva, a qual avalia a exposição aos riscos de taxa de câmbio, taxa de juros e índices e de valor de *commodities* agrícolas existentes nos ativos, passivos e operações previstas da Companhia. Perante a exposição a tais riscos, a Administração da Companhia avalia a conveniência, custo e

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

disponibilidade no mercado de instrumentos financeiros derivativos que permitam reduzir a exposição a tais riscos. Efetuada tal avaliação, a contratação de instrumentos financeiros derivativos é decidida pela Diretoria dentro dos parâmetros previamente aprovados nas políticas antes referidas e reportada ao Conselho de Administração em suas reuniões.

5.5 Riscos associados a cada estratégia de atuação

O uso de instrumentos derivativos tem como objetivo reduzir os riscos de alterações nos fluxos de caixa decorrentes das variações cambiais, riscos de taxas de juros, de índices de preços e variações do preço das *commodities* agrícolas.

Entretanto, a mudança no valor justo do instrumento financeiro derivativo pode ser diferente da mudança nos fluxos de caixa ou no valor justo dos ativos, passivos ou transações previstas que estão sendo cobertas, como resultado de diferentes fatores, tais como, entre outros, as diferenças entre as datas de contratação, as datas de vencimento e liquidação, ou diferenças de *spreads* sobre os ativos e passivos financeiros a serem cobertos e os *spreads* correspondentes às diferenças entre as datas das operações de *swap*.

No caso da estratégia de instrumentos financeiros derivativos para cobrir ativos e passivos reconhecidos, a administração acredita que os instrumentos financeiros derivativos apresentam elevado grau de proteção no que diz respeito à evolução dos ativos e passivos cobertos.

No caso da estratégia de instrumentos financeiros derivativos para cobrir vendas previstas de soja ou para cobrir contas a pagar/receber, que tem seu valor sujeito a mudanças com base em *commodities*, pode haver diferenças decorrentes de fatores adicionais, tais como as diferenças entre o volume de soja estimado e real a ser colhido, ou diferenças entre o preço cotado de soja nos mercados internacionais, onde os instrumentos financeiros derivativos são cotados, e o preço da soja nos mercados em que a soja é fisicamente entregue/recebida pela Companhia. Se o volume de soja colhido efetivamente for inferior ao montante para o qual foram contratados instrumentos financeiros, a Companhia estará exposta negativamente a variações positivas no preço das *commodities* pelo volume coberto em excesso e vice-versa, se o volume de soja colhido efetivamente for maior do que o volume coberto.

No caso da exposição a taxa de câmbio, existe o risco de o volume vendido de dólares por meio de contratos futuros ou *forward* se tornar superior ao volume que a Companhia está exposta. Nesse caso, o risco cambial continua existindo na mesma proporção do descasamento, o qual pode ser gerado por uma redução na produtividade esperada de determinada *commodity* ou redução dos preços em moeda estrangeira.

5.6 Controles sobre utilização de instrumentos derivativos

Além disso, a Companhia está sujeita ao risco de crédito com relação à contraparte do instrumento financeiro derivativo. A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos, cotados em bolsas de valores ou de instituições financeiras de primeira linha ou empresas de *trading*. A Companhia entende que na data do balanço não há indicações de risco de cobrança no que diz respeito aos montantes reconhecidos como ativos em relação aos instrumentos financeiros derivativos.

Os principais controles estabelecidos sobre a utilização de instrumentos derivativos são:

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Existência de políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- Restrição da contratação de operações com derivativos que não seja definida pela Diretoria-Executiva;
- Manutenção de um inventário centralizado de contratos derivativos em aberto de responsabilidade da Diretoria;
- Reportes semanais de um relatório de riscos e reuniões quinzenais realizadas entre a Diretoria e o comitê de riscos que avaliam a posição consolidada da Companhia;
- Monitoramento mensal pela Diretoria-Executiva dos valores justos reportados pelas contrapartes e os valores estimados pela administração;
- O valor justo dos derivativos contratados é obtido de acordo com o mercado onde os mesmos foram contratados e também onde os instrumentos encontram-se inseridos.

5.7 Impacto dos instrumentos derivativos no resultado

Os ganhos e perdas por mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na demonstração de resultados separadamente entre os resultados realizados (correspondentes aos instrumentos financeiros derivativos que já foram liquidados) e os resultados não realizados (correspondentes aos instrumentos financeiros derivativos ainda não liquidados).

5.8 Estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos derivativos cotados em bolsas organizadas (B3 e *Chicago Board of Trade*) são determinados com base nas cotações vigentes na data do balanço. Para estimar o valor justo de derivativos não negociados em bolsas organizadas são utilizadas cotações de instrumentos similares ou informações públicas disponíveis no mercado financeiro e metodologias de avaliação geralmente aceitas e praticadas pelas contrapartes. As estimativas não garantem, necessariamente, que tais operações possam ser realizadas no mercado aos valores indicados. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação pode ter um efeito relevante no montante do valor justo estimado.

Metodologias específicas utilizadas para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia:

- Instrumentos financeiros derivativos de *commodities* agrícolas - o valor justo é obtido por meio de várias fontes de mercado, incluindo cotações fornecidas por corretoras internacionais, bancos internacionais e disponíveis na Bolsa de Chicago (*CBOT*).
- Instrumentos financeiros derivativos de moedas estrangeiras - o valor justo é determinado com base nas informações obtidas de fontes de mercado diversas, incluindo, conforme o caso, B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, os bancos locais, além de informações enviadas pela contraparte.

a) Análise de sensibilidade

A Administração identificou para cada tipo de instrumento financeiro a situação de variação nas taxas de câmbio, taxa de juros ou preços de *commodities* que podem gerar perda no ativo e/ou passivo.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados abaixo, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Essa análise contempla a realização de 5 distintos cenários que diferem entre si pela intensidade de variação em relação ao mercado atual. Em 30 de junho de 2026, foram considerados como referência para os cenários provável para os próximos 12 meses, I, II, III, IV e V uma variação em relação ao mercado atual de 0%, -25%, -50%, +25%, +50%, respectivamente.

Adicionalmente, apresentamos no quadro abaixo o resumo dos possíveis cenários para os próximos 12 meses dos instrumentos financeiros da Companhia. Utilizamos fontes confiáveis de divulgação de índices para as taxas utilizadas no "Cenário provável".

(*) taxas médias anuais		Consolidado			Cenário I - Provável		Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto		Cenário IV - Possível		Cenário V - Remoto	
		Em 30 de junho de 2026					Queda -25%		Queda -50%		Aumento 25%		Aumento 50%	
Operação	Risco	Saldo (R\$)	Notional/ Posição	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa	Saldo (R\$)	Taxa
Aplicações financeiras	CDI	153.901	-	14,15%	(200)	14,02%	(5.409)	10,52%	(10.788)	7,01%	5.409	17,53%	10.788	21,03%
Títulos e valores mobiliários	SELIC	16.353	-	14,25%	(38)	14,02%	(575)	10,52%	(1.145)	7,01%	575	17,53%	1.145	21,03%
Caixa e títulos - USD	USD	11.848	2.289	5,18	(925)	5,58	(3.193)	4,19	(6.386)	2,79	3.193	6,98	6.386	8,37
Total Caixa e equivalentes de caixa		182.102	2.289		(1.163)		(9.177)		(18.319)		9.177		18.319	
Financiamento no Paraguai	USD	(35.431)	(6.844)	5,18	(14.293)	5,58	49.426	4,19	98.852	2,79	(49.426)	6,98	(98.852)	8,37
Financiamentos no Brasil	USD	(9.885)	-	5,18	(3.988)	5,58	13.790	4,19	27.579	2,79	(13.790)	6,98	(27.579)	8,37
Financiamentos no Brasil	CDI	(72.639)	-	14,15%	94	14,02%	2.550	10,52%	5.092	7,01%	(2.550)	17,53%	(5.092)	21,03%
Financiamento/Debêntures	IPCA	(326.766)	-	4,52%	(18.234)	10,10%	8.237	7,57%	16.481	5,05%	(8.237)	12,62%	(16.481)	15,14%
Total Financiamentos (b)		(444.721)	(6.844)		(36.421)		74.003		148.004		(74.003)		(148.004)	
Araucária VI	Sacas de Soja	1.683	15.695	118,15	-	118,15	(421)	88,61	(842)	59,07	421	147,68	842	177,22
Araucária VII	Sacas de Soja	89.962	855.000	122,58	-	122,58	(22.491)	91,93	(44.981)	61,29	22.491	153,22	44.981	183,86
Jatobá V	Sacas de Soja	7.482	59.534	127,59	-	127,59	(1.871)	95,69	(3.741)	63,80	1.871	159,49	3.741	191,39
Jatobá VI	Sacas de Soja	11.897	99.442	128,67	-	128,67	(2.974)	96,50	(5.949)	64,33	2.974	160,83	5.949	193,00
Jatobá VII	Sacas de Soja	54.556	506.688	132,79	-	132,79	(13.639)	99,59	(27.278)	66,39	13.639	165,98	27.278	199,18
Alto Taquari IV	Sacas de Soja	106.371	11.703	108,00	-	108,00	(26.593)	81,00	(53.186)	54,00	26.593	135,00	53.186	162,00
Chaparral I	Sacas de Soja	196.304	1.899.898	139,61	-	139,61	(49.076)	104,71	(98.152)	69,81	49.076	174,52	98.152	209,42
Preferência I	Gado (@)	70.873	316.640	314,99	-	314,99	(17.718)	236,24	(35.437)	157,50	17.718	393,74	35.437	472,49
Marangatu	USD	1.465	-	-	-	-	(366)	-	(733)	-	366	-	733	-
Total Recebíveis de fazenda		540.593	3.764.600		-	-	(135.149)		(270.299)		135.149		270.299	
Operações com derivativos	Grãos (scs)	892	(3.001.275)	(a)	2.200	(a)	51.043	(a)	102.458	(a)	(60.368)	(a)	(121.042)	(a)
Operações com derivativos	USD	8.717	(54.374)	(a)	15.989	(a)	98.436	(a)	196.806	(a)	(98.300)	(a)	(196.672)	(a)
Operações com derivativos	Gado (@)	-	(31.680)	(a)	-	(a)	108	(a)	239	(a)	(154)	(a)	(284)	(a)
Operações com derivativos	Algodão (lbs.)	(1.692)	(5.250.000)	(a)	3.192	(a)	9.206	(a)	19.395	(a)	(18.083)	(a)	(38.750)	(a)
Operações com derivativos	Etanol (m³)	(2.066)	(22.800)	(a)	(7.178)	(a)	40.686	(a)	81.371	(a)	(40.686)	(a)	(81.371)	(a)
Operações com derivativos	Swap (BRL)	1.513	-	(a)	(10.906)	(a)	25.841	(a)	54.497	(a)	(23.469)	(a)	(44.918)	(a)
Operações com derivativos	Caná (Kg)	903	(6.000.000)	(a)	14	(a)	8.998	(a)	17.995	(a)	(8.998)	(a)	(17.995)	(a)
Margem BM&F	SELIC	(1.055)	-	14,25%	2	14,02%	37	10,52%	74	7,01%	(37)	17,53%	(74)	21,03%
Total Derivativos (a)		7.212	(14.360.129)		3.313		234.355		472.835		(250.095)		(501.106)	
Cresca, líquida	USD	(1.343)	(259)	5,18	(102)	5,58	361	4,19	723	2,79	(361)	6,98	(723)	8,37
Cresud, líquida	USD	(7.174)	(1.386)	5,18	(560)	5,58	1.933	4,19	3.867	2,79	(1.933)	6,98	(3.867)	8,37
Total Partes relacionadas		(8.517)	(1.645)		(662)		2.294		4.590		(2.294)		(4.590)	

(*) FONTE Riscos: Bloomberg

(a) Para as análises de sensibilidade das posições de Derivativos, foram utilizadas as taxas *forward* e preços de cada vencimento de operação, conforme quadro anterior.

(b) Para as análises de sensibilidade dos financiamentos e recebíveis de fazenda não foram considerados aqueles com taxa fixa.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O risco ao qual a Companhia está exposta decorre da possibilidade de não recuperar os valores a receber por venda de cana, venda de grãos, arrendamento de áreas e recebíveis de fazendas.

Para reduzir o risco de crédito presente nas operações comerciais, a Companhia adota a prática de definir limites de créditos considerando fatores como: tempo de abertura da empresa, histórico de negócios com a Companhia, referências comerciais e Serasa. A Companhia também realiza o acompanhamento constante dos saldos devedores.

Após a realização da venda, a Companhia adota critérios cuidadosos para o acompanhamento. Esse processo inclui, entre outros aspectos, a análise de atrasos, o descumprimento de cláusulas contratuais e a avaliação de informações relevantes sobre os compradores, considerando fatores jurídicos, comerciais e de negócios, abrangendo tanto o histórico quanto a situação atual. Além

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

disso, em função do baixo nível de inadimplência no setor agropecuário, a Companhia utiliza uma matriz de risco simplificada. Essa matriz é utilizada para estimar potenciais perdas com base no seu histórico, mesmo quando nenhum aspecto foi identificado na análise prévia.

Atualmente, a administração não espera perdas significativas em virtude de inadimplemento de suas contrapartes superiores aos valores provisionados e as exposições da Companhia estão dentro dos limites vigentes de crédito.

c) Risco de liquidez

A tabela a seguir demonstra os principais passivos financeiros da Companhia por grupo de vencimento com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual. A Companhia e suas subsidiárias monitoram constantemente os fluxos de caixa para não haver um descasamento entre contas a receber e a pagar. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais descontados, exceto as rubricas “Empréstimos, financiamentos e debêntures e Arrendamentos a pagar”, além dos derivativos por montantes líquidos, cujo valor justo é divulgado.

Passivos financeiros consolidados	Nota	Valor contábil	Valor contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2026								
Operações com derivativos	7	29.074	29.074	9.456	19.618	-	-	29.074
Arrendamentos a pagar	15	334.615	605.101	126.223	246.837	145.040	87.001	605.101
Fornecedores	16	64.678	64.678	64.678	-	-	-	64.678
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.024.300	1.110.176	524.947	400.539	171.960	12.730	1.110.176
Aquisições a pagar	19	18.079	18.079	6.895	11.184	-	-	18.079
Partes relacionadas	30	10.226	10.226	-	10.226	-	-	10.226
Em 30 de junho de 2025								
Operações com derivativos	7	33.124	33.124	15.492	17.632	-	-	33.124
Arrendamentos a pagar	15	352.539	635.192	88.397	144.367	248.148	154.280	635.192
Fornecedores	16	103.658	103.658	103.658	-	-	-	103.658
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	885.519	1.058.791	402.928	262.410	329.643	63.810	1.058.791
Aquisições a pagar	19	24.445	24.445	7.082	17.363	-	-	24.445
Partes relacionadas	30	8.401	8.401	-	8.401	-	-	8.401

5.9 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia na gestão de seu capital são preservar sua capacidade de continuidade operacional, proporcionar retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas, bem como manter uma estrutura de capital compatível com sua estratégia de negócios, buscando a otimização de seu custo de capital.

Para manter ou ajustar sua estrutura de capital, a Companhia pode adotar diferentes medidas, incluindo a revisão do montante de dividendos a serem distribuídos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou a alienação de ativos, inclusive com o objetivo de reduzir seu nível de endividamento.

Em linha com práticas adotadas por companhias do setor, a Companhia monitora sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira, calculado pela relação entre dívida líquida e patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures, aquisições a pagar e derivativos, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta a seguir a dívida líquida financeira e o índice de alavancagem:

			Consolidado
	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Operações com derivativos	7	(7.212)	(7.458)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.024.300	885.519
Aquisições a pagar	19	18.079	24.445
		1.035.167	902.506
Menos:			
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	(168.499)	(142.908)
Títulos e valores mobiliários	6.2	(34.747)	(16.908)
		(203.246)	(159.816)
Exposição líquida		831.921	742.690
Total do patrimônio líquido		2.025.309	2.177.729
Índice de alavancagem		41,08%	34,10%

5.10 Hierarquia do valor justo

Consideramos que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos *impairment*, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis) (Nível 3).

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta a categoria dos principais ativos e passivos da Companhia, bem como o nível de hierarquia do valor justo:

				30/06/2026		
Consolidado – R\$ mil	Nota	Valor contábil	Valor Justo	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	135.507	135.507	135.507	-	-
Clientes, líquidos	8.1	100.281	100.281	-	100.281	-
Não circulante						
Títulos e valores mobiliários	6.2	18.394	18.394	-	18.394	-
Transações com partes relacionadas	30	3.293	3.293	-	3.293	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Circulante						
Títulos e valores mobiliários	6.2	16.353	16.353	16.353	-	-
Créditos por venda de fazenda, líquido	8.1	191.235	191.235	-	191.235	-
Operações com derivativos (b)	7	6.459	6.459	6.459	-	-
Operações com derivativos (b)	7	8.704	8.704	-	8.704	-
Não circulante						
Créditos por venda de fazenda, líquido	8.1	349.358	349.358	-	349.358	-
Operações com derivativos (b)	7	21.123	21.123	-	21.123	-
Ativos não financeiros mensurados ao valor justo						
Circulante						
Ativos biológicos	10	39.751	39.751	-	39.751	-
Ativos biológicos	10	237.523	237.523	-	-	237.523
Não circulante						
Ativos biológicos	10	13.767	13.767	-	13.767	-
Ativos não financeiros mensurados ao custo						
Não circulante						
Propriedades para investimento	11	1.337.422	3.231.177	-	-	3.231.177
Total		2.479.170	4.372.925	158.319	745.906	3.468.700
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Circulante						
Fornecedores	16	64.678	64.678	-	64.678	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	17	475.018	524.947	-	524.947	-
Não circulante						
Transações com partes relacionadas	30	10.226	10.226	-	10.226	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	17	549.282	585.229	-	585.229	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Circulante						
Arrendamentos a pagar	15	83.613	126.223	-	126.223	-
Operações com derivativos (b)	7	9.456	9.456	9.456	-	-
Contas a pagar por aquisição de fazenda	19	6.895	6.895	-	6.895	-
Não circulante						
Arrendamentos a pagar	15	323.953	478.878	-	478.878	-
Operações com derivativos (b)	7	569	569	569	-	-
Operações com derivativos (b)	7	19.049	19.049	-	19.049	-
Contas a pagar por aquisição de fazenda	19	11.184	11.184	-	11.184	-
Total		1.553.923	1.837.334	10.025	1.827.309	-

a) O valor contábil dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados nas demonstrações financeiras, aproxima-se do valor justo uma vez que, as taxas destes instrumentos são substancialmente subsidiadas e não há intenção de liquidação antecipada;

(b) As operações com derivativos negociadas em mercado ativo, são mensuradas ao valor justo no Nível 1, as operações negociadas em balcão são mensuradas ao Nível 2, conforme apresentado no quadro acima.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado – R\$ mil	Nota	Valor contábil	Valor Justo	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	30/06/2025	
					Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	6.1	125.614	125.614	125.614	-	-
Clientes, líquidos	8.1	149.639	149.639	-	149.639	-
Não circulante						
Transações com partes relacionadas	30	2.822	2.822	-	2.822	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Circulante						
Títulos e valores mobiliários	6.2	16.908	16.908	16.908	-	-
Créditos por venda de fazenda, líquido	8.1	235.419	235.419	-	235.419	-
Operações com derivativos (b)	7	13.813	13.813	13.813	-	-
Operações com derivativos (b)	7	15.796	15.796	-	15.796	-
Não circulante						
Crédito por venda de fazenda, líquido	8.1	521.210	521.210	-	521.210	-
Operações com derivativos (b)	7	10.973	10.973	-	10.973	-
Ativos não financeiros mensurados ao valor justo						
Circulante						
Ativos biológicos	10	26.859	26.859	-	26.859	-
Ativos biológicos	10	238.581	238.581	-	-	238.581
Não circulante						
Ativos biológicos	10	32.345	32.345	-	32.345	-
Ativos não financeiros mensurados ao custo						
Não circulante						
Propriedades para investimento	11	1.323.834	3.615.837	-	-	3.615.837
Total		2.713.813	5.005.816	156.335	995.063	3.854.418
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Circulante						
Fornecedores	16	103.659	103.659	-	103.659	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	17	355.841	355.841	-	355.841	-
Contas a pagar por aquisição de fazenda	19	1.305	1.305	-	1.305	-
Não circulante						
Transações com partes relacionadas	30	8.401	8.401	-	8.401	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	17	529.678	529.678	-	529.678	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado						
Circulante						
Arrendamentos a pagar	15	82.330	82.330	-	82.330	-
Operações com derivativos (b)	7	13.520	13.520	13.520	-	-
Operações com derivativos (b)	7	1.972	1.972	-	1.972	-
Contas a pagar por aquisição de fazenda	19	5.777	5.777	-	5.777	-
Não circulante						
Arrendamentos a pagar	15	343.454	343.454	-	343.454	-
Operações com derivativos (b)	7	202	202	202	-	-
Operações com derivativos (b)	7	17.430	17.430	-	17.430	-
Contas a pagar por aquisição de fazenda	19	17.363	17.363	-	17.363	-
Total		1.480.932	1.480.932	13.722	1.467.210	-

a) O valor contábil dos empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados nas demonstrações financeiras, aproxima-se do valor justo uma vez que, as taxas destes instrumentos são substancialmente subsidiadas e não há intenção de liquidação antecipada;

(b) As operações com derivativos negociadas em mercado ativo, são mensuradas ao valor justo no Nível 1, as operações negociadas em balcão são mensuradas ao Nível 2, conforme apresentado no quadro acima.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os *inputs* significativos não observáveis utilizados na mensuração do valor justo dos créditos por venda de fazenda classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 30 de junho de 2026, são demonstrados abaixo.

Descrição	Método de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Variação de inputs não observáveis	Sensibilidade dos inputs ao valor justo
Créditos por venda de fazenda	Fluxo de caixa descontado	Prêmio (ou <i>Basis</i>)	0,43 – 0,70 USD/bu	O aumento ou redução de 0,20 USD/bu no prêmio (ou <i>basis</i>) pago pela soja resultaria no impacto de R\$17.282 Um aumento ou redução de 3,21% nos recebíveis de fazenda.

Os inputs significativos não observáveis utilizados na mensuração do valor justo do ativo biológico e das propriedades para investimento estão divulgados nas notas explicativas 10 e 11, respectivamente.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Caixa e Bancos (a)		14.510	5.337	32.992	17.294
Certificado de Depósito Bancário	CDI - 98% a 102,5%	33.625	9.727	39.724	91.868
Compromissada	CDI - 70% a 99%	55.219	15.336	95.783	33.746
		<u>103.354</u>	<u>30.400</u>	<u>168.499</u>	<u>142.908</u>

(a) Do saldo apresentado, a Companhia possui valores em moeda estrangeira, sendo R\$11.848 (R\$3.430 em 30 de junho de 2025) na Controladora e R\$13.814 (R\$14.023 em 30 de junho de 2025) no Consolidado.

6.2 Títulos e valores mobiliários

	Remuneração	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Letra Financeira	Selic - 100% a 178%	-	-	16.353	16.908
Total circulante		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.353</u>	<u>16.908</u>
Certificado de Depósito Bancário (a)	CDI - 98% a 100,25%	8.322	-	18.394	-
Total não circulante		<u>8.322</u>	<u>-</u>	<u>18.394</u>	<u>-</u>

(a) Essas aplicações em CDB e títulos dados em garantia são mantidos para pagamento dos financiamentos contratados junto ao BNB.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Operações com derivativos

30/06/2026 Controladora				30/06/2026 Consolidado						
Valor Contábil				Valor Contábil			Volume / Posição			Unidade
Instrumentos derivativos	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido	
NDF	9.072	(1.028)	8.044	9.072	(1.028)	8.044	1.918	(47.492)	(45.574)	US\$
Dólar - Acumulador	1.058	(385)	673	1.058	(385)	673	-	(8.800)	(8.800)	US\$
Soja - Opções Call	-	(1.575)	(1.575)	-	(1.575)	(1.575)	-	(362.857)	(362.857)	scs.
Soja - Futuros	2.636	(1.525)	1.111	2.636	(1.525)	1.111	666.750	(2.420.937)	(1.754.187)	scs.
Soja - Acumulador	92	-	92	92	-	92	-	(83.911)	(83.911)	scs.
Milho - Futuros	922	-	922	922	-	922	-	(212.947)	(212.947)	scs.
Milho - Acumulador	342	-	342	342	-	342	-	(587.373)	(587.373)	scs.
Algodão - Opções Call	-	(179)	(179)	-	(179)	(179)	-	(2.150.000)	(2.150.000)	lbs.
Algodão - Opções Put	140	-	140	140	-	140	2.150.000	-	2.150.000	lbs.
Algodão - Futuros	380	(2.033)	(1.653)	380	(2.033)	(1.653)	2.150.000	(7.400.000)	(5.250.000)	lbs.
Boi Gordo - Futuros	-	-	-	-	-	-	-	(31.680)	(31.680)	@
Etanol - Opções Call	-	(1.826)	(1.826)	-	(1.826)	(1.826)	-	(6.600)	(6.600)	m³
Etanol - Futuros	7	(247)	(240)	7	(247)	(240)	-	(16.200)	(16.200)	m³
ATR - Futuro	903	-	903	903	-	903	-	(6.000.000)	(6.000.000)	kg
Swap	20.561	(18.066)	2.495	20.561	(19.048)	1.513	415.433	(415.433)	-	R\$
Margem depositada	173	(1.228)	(1.055)	173	(1.228)	(1.055)	-	-	-	-
Total Riscos Derivativos	36.286	(28.092)	8.194	36.286	(29.074)	7.212				
Total Circulante	15.163	9.456		15.163	(9.456)					
Total Não Circulante	21.123	18.636		21.123	(19.618)					
Resultado em 30 de junho de 2026 (Nota 26)										
Realizado	103.247	(84.281)		103.247	(90.008)					
Não realizado	30.194	(29.623)		30.861	(29.623)					
	133.441	(113.904)		134.108	(119.631)					

30/06/2025 Controladora				30/06/2025 Consolidado						
Valor Contábil				Valor Contábil			Volume / Posição			Unidade
Instrumentos derivativos	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido	
Opções	652	(720)	(68)	652	(720)	(68)	3.800	(7.600)	(3.800)	US\$
NDF	17.692	(1.565)	16.127	17.692	(1.565)	16.127	-	(74.615)	(74.615)	US\$
Soja - Futuros	1.224	(1.906)	(682)	1.224	(1.906)	(682)	1.463.970	(2.829.650)	(1.365.680)	scs.
Soja - Acumulador	-	(810)	(810)	-	(810)	(810)	-	(560.161)	(560.161)	scs.
Basis - Futuros	-	(876)	(876)	-	(876)	(876)	-	(233.589)	(233.589)	scs.
Milho - Opções Put	3.623	-	3.623	3.623	-	3.623	216.354	-	216.354	scs.
Milho - Futuros	3.978	-	3.978	3.978	-	3.978	-	(607.050)	(607.050)	scs.
Milho - Acumulador	591	-	591	591	-	591	-	(88.446)	(88.446)	scs.
Algodão - Acumulador	1.050	-	1.050	1.050	-	1.050	-	(10.330.050)	(10.330.050)	lbs.
Algodão - Opções Call	-	(11)	(11)	-	(11)	(11)	-	(6.350.000)	(6.350.000)	lbs.
Algodão - Futuros	2.293	(141)	2.152	2.293	(141)	2.152	-	(10.922.350)	(10.922.350)	lbs.
Boi Gordo - Futuros	23	-	23	23	-	23	-	(1.650)	(1.650)	@
Etanol - Futuros	4	(7.181)	(7.177)	4	(7.181)	(7.177)	-	(58.800)	(58.800)	M³
ATR - Futuro	526	(512)	14	526	(512)	14	-	(30.336.000)	(30.336.000)	kg
Swap	8.496	(17.753)	(9.257)	8.496	(19.402)	(10.906)	531.742	(531.742)	-	R\$
Margem depositada	430	-	430	430	-	430	-	-	-	-
Total Riscos Derivativos	40.582	(31.475)	9.107	40.582	(33.124)	7.458				
Total Circulante	29.609	(15.402)		29.609	(15.492)					
Total Não Circulante	10.973	(16.073)		10.973	(17.632)					
Resultado em 30 de junho de 2025 (Nota 26)										
Realizado	69.737	(112.456)		69.737	(112.456)					
Não realizado	108.915	(43.548)		110.798	(47.080)					
	178.652	(156.004)		180.535	(159.536)					

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição de derivativos por vencimento:

Vencimento	30/06/2026		30/06/2025	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2025	-	-	8.836	8.836
2026	6.073	6.073	7.575	7.485
2027	(239)	(1.221)	-	(1.559)
2028	20.426	20.426	8.450	8.450
2029	(649)	(649)	-	-
2030	(17.417)	(17.417)	(15.754)	(15.754)
	8.194	7.212	9.107	7.458

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e contratos a termo de commodities para proteção contra risco de variação das taxas de câmbio e dos preços de commodities, respectivamente.

Os depósitos de margens em operações com derivativos se referem às chamadas de margens por contrapartes em operações de instrumentos derivativos.

O valor justo total de um derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante se o período remanescente para o vencimento do instrumento derivativo for superior a um ano e, como ativo ou passivo circulante, se o período remanescente para o vencimento do instrumento derivativo for inferior a um ano.

8. Contas a receber e outros créditos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Cientes	8.1	54.847	93.072	291.516	385.058
Impostos a recuperar	8.2	4.965	2.199	25.641	15.648
Adiantamentos a fornecedores		8.419	15.384	13.478	19.813
Outros créditos		10.606	7.093	11.173	8.946
Total circulante		78.837	117.748	341.808	429.465
Cientes	8.1	-	-	349.358	521.210
Impostos a recuperar	8.2	73.236	48.667	115.494	76.089
Depósitos judiciais	28	-	547	5.616	6.544
Consórcios		1.869	-	1.869	-
Total não circulante		75.105	49.214	472.337	603.843

8.1 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Venda de cana-de-açúcar	17.517	20.991	27.387	45.800
Venda de grãos	31.764	63.099	49.152	73.869
Venda de algodão	1.701	3.974	1.487	3.946
Venda pecuária	-	2.226	529	2.226
Arrendamentos e aluguéis	4.652	419	19.379	15.357
Outras vendas	64	3.214	5.827	12.218
Venda de fazendas	-	-	191.235	235.419
	55.698	93.923	294.996	388.835
Perdas esperadas	(851)	(851)	(3.480)	(3.777)
Total circulante	54.847	93.072	291.516	385.058
Venda de fazendas	-	-	349.358	521.210
Total não circulante	-	-	349.358	521.210

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação de clientes agrícolas e pecuária:

	Controladora				Consolidado			
	Grãos	Algodão	Pecuária	Cana	Grãos	Algodão	Pecuária	Cana
Saldo em 30 de junho de 2025	63.099	3.974	2.226	20.991	73.869	3.946	2.226	45.800
Vendas no exercício	408.785	79.964	31.264	56.867	563.828	99.146	40.591	199.605
Recebimentos	(440.120)	(82.237)	(33.490)	(60.341)	(588.248)	(101.605)	(42.288)	(218.018)
(-) Perdas esperadas	-	-	-	-	(297)	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2026	31.764	1.701	-	17.517	49.152	1.487	529	27.387

b) Movimentação das perdas de crédito esperadas:

	Controladora	Consolidado
Em 30 de junho de 2025	851	3.777
Constituição da provisão	-	(140)
Variação cambial	-	(157)
Em 30 de junho de 2026	851	3.480

c) Composição do contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
A vencer:				
Até 30 dias	32.559	70.500	76.943	112.576
De 31 a 90 dias	8.269	7.306	54.943	82.070
De 91 a 180 dias	462	7.723	20.693	42.594
De 181 a 360 dias	13.552	3.285	138.837	143.437
Acima de 360 dias	-	-	349.358	521.210
Vencidos:				
Até 30 dias	5	3.898	93	3.995
De 31 a 90 dias	-	26	-	26
De 91 a 180 dias	-	-	7	-
De 181 a 360 dias	-	334	-	360
Acima de 360 dias	851	851	3.480	3.777
	55.698	93.923	644.354	910.045

d) Venda de cana-de-açúcar

As principais receitas oriundas de cana-de-açúcar estão concentradas em três contratos. O risco de crédito associado a esses contratos é avaliado de acordo com a política interna da Companhia, conforme apresentada na Nota explicativa 5.8.b.

Todos os riscos foram cobertos durante o período encerrado em 30 de junho de 2026, e não houve histórico de inadimplência até a data de divulgação destas demonstrações financeiras.

e) Composição dos créditos por venda de fazenda

Os totais vendidos, os valores recebidos e valores a receber por venda de fazenda são como segue:

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2025	Constituição	Recebimentos	Atualização do valor justo (*)	Variação Cambial	Baixas	30/06/2026	Circulante	Não circulante
Araucária VI	2.952	-	(1.275)	6	-	-	1.683	1.683	-
Araucária VII	134.893	-	(43.870)	(1.061)	-	-	89.962	46.047	43.915
Jatobá II	9.423	-	(9.969)	546	-	-	-	-	-
Jatobá III	3.685	-	(3.796)	111	-	-	-	-	-
Jatobá V	8.981	-	(2.266)	767	-	-	7.482	4.938	2.544
Jatobá VI	13.002	-	(1.893)	788	-	-	11.897	11.479	418
Jatobá VII	57.297	-	(4.822)	2.081	-	-	54.556	18.329	36.227
Alto Taquari IV	149.582	-	(36.224)	(6.987)	-	-	106.371	34.863	71.508
Chaparral I	219.792	-	(25.702)	2.214	-	-	196.304	56.108	140.196
Preferência	101.620	-	(40.000)	9.253	-	-	70.873	17.283	53.590
Fon Fon I	555	-	(209)	(328)	(18)	-	-	-	-
Rio do Meio I	49.571	-	-	(2.438)	-	(47.133)	-	-	-
Rio do Meio II	5.276	1.005	(7.664)	1.383	-	-	-	-	-
Marangatú	-	3.059	(1.583)	(81)	70	-	1.465	505	960
	756.629	4.064	(179.273)	6.254	52	(47.133)	540.593	191.235	349.358

* A movimentação negativa registrada no período devido a redução da cotação do dólar, uma das premissas utilizadas na metodologia de cálculo aplicada.

	30/06/2024	Constituição	Recebimentos	Atualização do valor justo	Variação Cambial	30/06/2025	Circulante	Não circulante
Araucária VI	5.538	-	(2.676)	90	-	2.952	1.307	1.645
Araucária VII	177.549	-	(43.249)	593	-	134.893	46.569	88.324
Jatobá II	61.288	-	(52.105)	240	-	9.423	9.423	-
Jatobá III	23.809	-	(19.839)	(285)	-	3.685	2.402	1.283
Jatobá IV	3.792	-	(3.529)	(263)	-	-	149	(149)
Jatobá V	20.684	-	(11.844)	141	-	8.981	8.419	562
Jatobá VI	22.577	-	(9.892)	317	-	13.002	7.103	5.899
Jatobá VII	79.736	-	(25.202)	2.763	-	57.297	7.618	49.679
Alto Taquari III	2.312	-	(2.055)	(257)	-	-	-	-
Alto Taquari IV	57.764	123.274	(32.706)	1.250	-	149.582	37.517	112.065
Chaparral I	254.985	-	(46.717)	11.524	-	219.792	34.823	184.969
Preferência	-	104.238	(2.000)	(618)	-	101.620	39.496	62.124
Fon Fon I	564	-	-	-	(9)	555	555	-
San Cayetano	168	-	(170)	-	2	-	-	-
Rio do Meio I	56.626	-	(6.308)	(747)	-	49.571	40.038	9.533
Rio do Meio II	-	13.787	(8.747)	236	-	5.276	-	5.276
Marangatú	2.693	-	(2.763)	73	(3)	-	-	-
	770.085	241.299	(269.802)	15.057	(10)	756.629	235.419	521.210

A Companhia celebrou acordo para a rescisão integral do contrato de compra e venda de parte da Fazenda Rio do Meio, em Correntina (BA), em razão do inadimplemento do comprador, atualmente em recuperação judicial, de forma consensual.

Com a implementação do acordo, a Companhia baixou os recebíveis registrados na rubrica “Rio do Meio I” e reincorporou 2.218,5 hectares úteis como propriedades para investimento, reconhecidos pelo seu valor justo, no montante de R\$47.133.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
IRRF sobre aplicações financeiras a compensar	3.153	2.111	3.945	4.077
ICMS a recuperar	-	-	-	17
PIS e COFINS a compensar	-	10	26	1.315
Imposto sobre valor agregado - IVA (Paraguai/Bolívia)	-	-	9.478	8.224
Outros impostos a recuperar	1.812	78	517	81
IRPJ/CSLL Estimativa	-	-	11.675	1.934
Total circulante	4.965	2.199	25.641	15.648
ICMS a recuperar	7.838	7.406	11.784	10.649
PIS e COFINS a compensar	65.398	41.261	77.743	45.757
IRRF sobre aplicações financeiras a compensar	-	-	1.079	1.367
Imposto sobre valor agregado - IVA (Paraguai/Bolívia)	-	-	24.887	18.160
Outros impostos a recuperar	-	-	1	156
Total não circulante	73.236	48.667	115.494	76.089

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Soja	80.083	104.136	98.086	120.562
Milho	44.256	12.812	47.491	15.156
Feijão	10.338	18.934	10.779	18.934
Algodão	4.327	22.956	4.783	23.638
Outros cultivos	224	440	1.328	909
Produtos agrícolas - custos de formação	139.228	159.278	162.467	179.199
Produtos agrícolas - valor justo	20.385	34.402	27.051	48.202
Produtos agrícolas - ajuste a valor recuperável	(1.141)	(4.542)	(1.267)	(5.288)
Insumos	59.250	51.639	84.006	71.405
	217.722	240.777	272.257	293.518

9.1 Ajuste a valor recuperável dos estoques de produtos

	Controladora	Consolidado
Em 30 de junho de 2025	(4.542)	(5.288)
Provisão do valor recuperável de produtos agrícolas, líquida	(1.551)	(1.074)
Baixas para custos das vendas	4.952	5.095
Em 30 de junho de 2026	(1.141)	(1.267)

10. Ativos biológicos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Gado consumível	5.681	8.710	39.751	26.859
Gado para produção	13.767	32.345	13.767	32.345
Plantação de grãos	31.132	27.209	45.474	38.186
Plantação de algodão	41.830	61.531	42.612	77.933
Plantação de cana	48.533	30.137	149.437	122.462
Total	140.943	159.932	291.041	297.785
Circulante	127.176	127.587	277.274	265.440
Não circulante	13.767	32.345	13.767	32.345

Gastos com plantio e tratos culturais estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação das safras tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciação e mão-de-obra aplicada nas culturas.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A área a ser colhida correspondente aos ativos biológicos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Área plantada (hectares)		Área plantada (hectares)	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Grãos	6.372	6.940	10.430	9.985
Algodão	1.293	4.730	1.873	7.766
Cana	9.836	9.240	27.160	26.224
	17.501	20.910	39.463	43.975

a) Movimentação da atividade agrícola (Circulante)

	Controladora			Consolidado		
	Grãos	Algodão	Cana	Grãos	Algodão	Cana
Saldo em 30 de junho de 2024	17.170	60.826	39.621	22.138	61.896	111.636
Aumentos decorrentes de plantio	346.674	90.467	-	448.427	111.954	-
Aumentos decorrentes de tratos	-	-	108.864	-	-	300.016
Variação no valor justo	58.969	(3.484)	1.134	68.552	(5.421)	41.812
Reduções decorrentes da colheita	(395.604)	(86.278)	(119.482)	(500.253)	(90.094)	(330.782)
Variação cambial	-	-	-	(678)	(402)	(220)
Saldo em 30 de junho de 2025	27.209	61.531	30.137	38.186	77.933	122.462
Aumentos decorrentes de plantio	375.716	52.078	-	483.615	60.315	-
Aumentos decorrentes de tratos	-	-	94.876	-	-	265.269
Variação no valor justo	44.584	(10.076)	194	69.754	(15.446)	(23.062)
Reduções decorrentes da colheita	(416.377)	(61.703)	(76.674)	(544.730)	(80.105)	(215.197)
Variação cambial	-	-	-	(1.351)	(85)	(35)
Saldo em 30 de junho de 2026	31.132	41.830	48.533	45.474	42.612	149.437
Composto por:						
Custo histórico	27.965	37.163	36.590	40.336	38.963	117.776
Valor justo	3.167	4.667	11.942	5.138	3.649	31.661
Saldo em 30 de junho de 2026	31.132	41.830	48.532	45.474	42.612	149.437

b) Movimentação da atividade pecuária

	Controladora	
	Cabeças de Gado (em quantidade)	Gado (\$)
Em 30 de junho de 2024	13.899	29.255
Gastos com aquisição/nascimento	4.525	2.012
Gastos com manejo	-	12.509
Vendas	(5.441)	(16.273)
Mortes	(388)	(953)
Variação no valor justo	-	14.505
Em 30 de junho de 2025	12.595	41.055
Gastos com aquisição/nascimento	2.157	1.750
Gastos com manejo	-	10.403
Vendas	(8.929)	(30.445)
Mortes	(151)	(518)
Variação no valor justo	-	(2.797)
Em 30 de junho de 2026	5.672	19.448
Circulante	1.383	5.681
Não circulante	4.289	13.767

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Cabeças de Gado (em quantidade)	Consolidado Gado (\$)
Em 30 de junho de 2024	17.624	41.595
Gastos com aquisição/nascimento	8.501	10.263
Gastos com manejo	-	16.431
Vendas	(7.429)	(24.184)
Mortes	(488)	(1.384)
Consumo	(34)	(139)
Variação cambial	-	(1.106)
Variação no valor justo	-	17.728
Em 30 de junho de 2025	18.174	59.204
Gastos com aquisição/nascimento	5.444	11.300
Gastos com manejo	-	17.361
Vendas	(10.494)	(39.132)
Mortes	(226)	(840)
Consumo	(52)	(265)
Variação cambial	-	5.056
Variação no valor justo	-	834
Em 30 de junho de 2026	12.846	53.518
Circulante	8.557	39.751
Não circulante	4.289	13.767

c) Dados quantitativos da atividade pecuária, expressos em cabeças de gado

	Gado consumível	Gado para produção	Controladora Total
Em 30 de junho de 2025	2.236	10.359	12.595
Em 30 de junho de 2026	1.383	4.289	5.672

	Gado consumível	Gado para produção	Consolidado Total
Em 30 de junho de 2025	3.500	14.674	18.174
Em 30 de junho de 2026	4.409	8.437	12.846

d) Hierarquia do valor justo em 30 de junho de 2026

	Controladora Valor	Consolidado Valor	Valor Justo
Cana	48.533	149.437	Nível 3
Gado	19.448	53.518	Nível 2
Grãos	31.132	45.474	Nível 3
Algodão	41.830	42.612	Nível 3

Os inputs significativos não observáveis utilizados na mensuração do valor justo da cana-de-açúcar, grãos e algodão classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 30 de junho de 2026, são demonstrados abaixo:

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Método de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Taxa %	Variação de inputs não observáveis	Aumento nos inputs	Redução nos inputs
Ativo biológico - Cana	Fluxo de caixa descontado	- Produtividade	11,79%	Produtividade média: 71,46 toneladas por hectares	Um aumento na produtividade gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução na produtividade gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.
		- ATR (Kg de açúcar por ton de cana)	11,79%	Açúcar total recuperável: ATR 115 a 140 por toneladas de cana.	Um aumento no ATR gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução no ATR gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.
Milho	Fluxo de caixa descontado	- Produtividade	11,79%	Produtividade: Média 93,85 sacas por hectares	Um aumento na produtividade gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução na produtividade gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.
Algodão	Fluxo de caixa descontado	- Produtividade	11,79%	Produtividade: Média 3,73 Toneladas por hectares	Um aumento na produtividade gera um resultado positivo no valor justo dos ativos biológicos.	Uma redução na produtividade gera um resultado negativo no valor justo dos ativos biológicos.

Um aumento ou redução de 1% na produtividade esperada da cana-de-açúcar e dos grãos/algodão resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$2.460 e um aumento ou redução de 1% no preço da cana e dos grãos/algodão resultaria num aumento ou redução no valor do ativo biológico de R\$3.349.

e) Variação do valor justo no resultado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Grãos	44.584	58.969	69.754	68.552
Algodão	(10.076)	(3.484)	(15.446)	(5.421)
Cana	194	1.134	(23.062)	41.812
Gado	(2.797)	14.505	834	17.728
	<u>31.905</u>	<u>71.124</u>	<u>32.080</u>	<u>122.671</u>

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Propriedades para investimento (PPI)

	Controladora					
	Terra – Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Abertura de área	Total em operação	Obras em andamento	Total
Saldo em 30 de junho de 2024	23.266	66.700	161.447	251.413	50.132	301.545
Aquisições	-	1.563	789	2.352	59.437	61.789
Baixas	-	(6.412)	(17.938)	(24.350)	(448)	(24.798)
Transferências	-	31.118	42.416	73.534	(73.534)	-
Transferências entre imobilizado x PPI	-	(33)	-	(33)	(89)	(122)
(-) Depreciação / Amortização	-	(4.409)	(23.464)	(27.873)	-	(27.873)
Saldo em 30 de junho de 2025	23.266	88.527	163.250	275.043	35.498	310.541
Aquisições	-	1.448	2.382	3.830	36.206	40.036
Baixas	-	(898)	(266)	(1.164)	-	(1.164)
Transferências	-	202	32.674	32.876	(32.876)	-
Transferências entre imobilizado x PPI	-	-	-	-	(19.486)	(19.486)
(-) Depreciação / Amortização	-	(3.973)	(26.396)	(30.369)	-	(30.369)
Saldo em 30 de junho de 2026	23.266	85.306	171.644	280.216	19.342	299.558
Custo total	23.266	93.519	274.241	391.026	19.342	410.368
Depreciação acumulada	-	(8.213)	(102.597)	(110.810)	-	(110.810)
Saldo contábil, líquido	23.266	85.306	171.644	280.216	19.342	299.558
Taxas anuais de depreciação (média ponderada) - %		4-20	5-20			-

	Consolidado					
	Terra – Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Abertura de área	Total em operação	Obras em andamento	Total
Saldo em 30 de junho de 2024	939.087	106.373	231.020	1.276.480	57.060	1.333.540
Aquisições	86	1.563	787	2.436	65.337	67.773
Aquisições - combinação de negócios (Nota 2.3)	-	2.689	-	2.689	577	3.266
Baixas	(12.782)	(6.412)	(17.938)	(37.132)	(448)	(37.580)
Transferências	-	32.657	44.705	77.362	(77.362)	-
Transferências entre imobilizado x PPI	-	(33)	-	(33)	11	(22)
(-) Depreciação / Amortização	-	(6.809)	(29.171)	(35.980)	-	(35.980)
Efeito de conversão	(5.575)	(476)	(979)	(7.030)	(133)	(7.163)
Saldo em 30 de junho de 2025	920.816	129.552	228.424	1.278.792	45.042	1.323.834
Aquisições (*)	47.133	2.919	2.478	52.530	50.001	102.531
Baixas	(1.420)	(953)	(632)	(3.005)	-	(3.005)
Transferências	-	6.680	33.902	40.582	(40.582)	-
Transferências entre imobilizado x PPI	-	-	-	-	(23.081)	(23.081)
(-) Depreciação / Amortização	-	(9.136)	(32.766)	(41.902)	-	(41.902)
Efeito de conversão	(16.061)	(1.459)	(2.861)	(20.381)	(574)	(20.955)
Saldo em 30 de junho de 2026	950.468	127.603	228.545	1.306.616	30.806	1.337.422
Custo total	950.468	148.106	373.725	1.472.299	30.806	1.503.105
Depreciação acumulada	-	(20.503)	(145.180)	(165.683)	-	(165.683)
Saldo contábil, líquido	950.468	127.603	228.545	1.306.616	30.806	1.337.422
Taxas anuais de depreciação (média ponderada) - %		4-20	5-20			

(*) A Companhia baixou os recebíveis registrados da rubrica "Clientes" e reincorporou 2.218,5 hectares úteis como propriedades para investimento, reconhecidos pelo seu valor justo, no montante de R\$47.133, conforme demonstrado na nota explicativa 8.1.e.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro abaixo demonstra o valor justo das propriedades para investimento, comparados com seus valores contábeis:

Fazenda	Estado	Hectares		Imobiliária	Aquisição	Valor Justo*		Valor de Custo	
		30/06/2026	30/06/2025			30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Fazenda Jatobá	Bahia	8.886	8.868	Jaborandi Ltda	mar-07	356.552	340.104	12.714	12.799
Fazenda Alto Taquari	Mato Grosso	1.373	1.373	Mogno Ltda	ago-07	24.028	29.210	2.814	3.161
Fazenda Chaparral	Bahia	24.841	24.841	Cajueiro Ltda	nov-07	599.072	804.701	91.375	88.641
Fazenda Nova Buriti	Minas Gerais	24.212	24.212	Flamboyant Ltda	dez-07	39.912	70.498	24.334	24.273
Fazenda São José	Maranhão	17.566	17.566	Ceibo Ltda	fev-17	586.089	542.542	121.379	120.103
Fazenda Marangatu y Udra	Boqueron Paraguai	58.523	58.722	Agropecuaria Moroti S/A	dez-13	379.946	487.987	250.365	265.883
Fazenda Arrojadinho	Bahia	16.644	16.644	Agrifirma Bahia Ltda	jan-20	500.697	499.157	180.067	177.176
Fazenda Rio do Meio	Bahia	9.845	5.753	Agrifirma Bahia Ltda	jan-20	288.019	199.813	112.051	66.381
Fazenda Serra Grande	Piauí	4.489	4.489	Imobiliaria Cremaq	mai-20	89.027	88.390	42.932	43.449
Fazenda Acres del Sud	Bolívia	9.882	9.875	Acres Del Sud	fev-21	167.270	198.133	129.869	135.799
Fazenda Panamby	Mato Grosso	10.793	10.793	Mogno Ltda	set-22	308.208	355.302	297.543	298.495
		187.056	183.136			3.338.820	3.615.837	1.265.443	1.236.160

(*) Em 30 de junho de 2026, as propriedades foram avaliadas por empresa independente. O valor de venda comparável das propriedades para investimento é ajustado considerando aspectos específicos de cada propriedade, sendo o preço por hectare o item mais relevante das premissas. O valor justo apresentado é considerado como nível 3 na hierarquia do valor justo e não houve reclassificações entre os níveis durante o exercício.

O preço da soja considerado na data-base do trabalho em 30 de junho de 2026 nos estados brasileiros, foi de R\$105,11 em Bahia, R\$106,19 em Maranhão, R\$106,52 em Mato Grosso, R\$107,22 em Piauí e R\$106,52 em Minas Gerais (R\$108,29 em Bahia, R\$109,38 em Maranhão, R\$109,71 em Mato Grosso, R\$110,42 em Piauí e R\$109,71 em Minas Gerais na data de 30 de junho de 2025). O Dólar de fechamento para o mesmo período foi de R\$/USD 5,58. Este valor representa uma média entre valores arbitrados pelo mercado imobiliário da região em razão da grande instabilidade do valor da saca da soja.

12. Investimentos

O total de investimentos é composto conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Investimentos	1.670.514	1.820.019	1.324	1.335
Ágio	47	47	-	-
Perdas com investimento	-	(2.276)	-	-
	1.670.561	1.817.790	1.324	1.335

	Milhares de ações ou quotas possuídas pela Companhia	Participação o no capital total - %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Ajustes IFRS 16 / CPC 06 (*)	Participação no patrimônio	Lucro (prejuízo) do período	Ajustes IFRS 16 / CPC 06 (*)	Resultado da equivalência
	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026	30/06/2026			30/06/2026		
Subsidiárias										
Imobiliária Araucária Ltda.	69.301	100	94.182	174	94.008	(4)	94.004	(996)	-	(996)
Imobiliária Cremaq Ltda.	30.256	100	31.400	641	30.759	1.044	31.803	1.480	1.107	2.587
Imobiliária Jaborandi Ltda.	44.445	100	82.211	2.914	79.297	10.470	89.767	5.733	(1.961)	3.772
Imobiliária Cajueiro Ltda.	59.219	100	306.578	7.001	299.577	13.350	312.927	16.728	20	16.748
Imobiliária Mogno Ltda.	289.176	100	383.922	15.755	368.167	20.225	388.392	(2.693)	3.438	745
Imobiliária Ceibo Ltda.	103.945	100	114.649	467	114.182	639	114.821	9.196	1.647	10.843
Imobiliária Flamboyant Ltda.	863	100	647	-	647	-	647	(2)	-	(2)
Palmeiras S.A.	104.101	100	354.342	58.570	295.772	-	295.772	11.993	-	11.993
Agropecuária Moroti S.A.	68.962	100	-	-	-	-	-	1.689	-	1.689
Agrifirma Agro Ltda.	289.681	100	926.418	528.805	397.613	4.623	402.236	(8.937)	(587)	(9.524)
Agropecuária Acres Del Sud S.A.	902	100	73.197	26.225	46.972	-	46.972	(4.209)	-	(4.209)
Ombú Agropecuária S.A.	484	100	47.709	9.446	38.263	-	38.263	3.314	-	3.314
Yuchán Agropecuária S.A.	97	100	79.009	13.256	65.753	-	65.753	(3.431)	-	(3.431)
Yatay Agropecuária S.A.	282	100	-	-	-	-	-	1.590	-	1.590
Joint Venture e outros investimentos										
Cresca S.A.		50	-	(68)	68		68	(7)	-	(7)
Agrofy Global		1,66	-	-	1.256		1.256	-	-	-
			2.494.264	663.186	1.832.334	50.347	1.882.681	31.448	3.664	35.112

* A Companhia tem contratos de arrendamentos de terras com suas controladas. A adoção do CPC 06/IFRS 16 resultou em diferenças entre o resultado da controladora e do consolidado que foram ajustadas na equivalência patrimonial da controladora, de forma que o resultado da controladora e o resultado consolidado fossem iguais, conforme previsto no ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Movimentação dos investimentos

	30/06/2025	Aumento (redução) de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Incorporação (a)	Efeito de conversão	Reclassificações	30/06/2026
Imobiliária Cremaq Ltda.	30.416	-	(1.200)	2.587	-	-	-	31.803
Imobiliária Jaborandi Ltda.	154.595	-	(68.600)	3.772	-	-	-	89.767
Imobiliária Araucária Ltda.	139.450	-	(44.450)	(996)	-	-	-	94.004
Imobiliária Mogno Ltda.	427.237	-	(39.590)	745	-	-	-	388.392
Imobiliária Cajueiro Ltda.	310.421	-	(14.242)	16.748	-	-	-	312.927
Imobiliária Ceibo Ltda.	113.778	-	(9.800)	10.843	-	-	-	114.821
Imobiliária Flamboyant Ltda.	644	5	-	(2)	-	-	-	647
Palmeiras S.A.	26.185	46.627	-	11.993	161.003	49.964	-	295.772
Agropecuária Moroti S.A.	223.781	-	-	1.689	(161.003)	(64.467)	-	-
Agrifirma Agro Ltda.	242.593	-	(43.000)	(9.524)	-	-	-	190.069
Agropecuária Acres Del Sud S.A.	47.111	6.218	-	(4.209)	-	(2.148)	-	46.972
Ombú Agropecuária S.A.	36.361	684	-	3.314	-	(2.096)	-	38.263
Yuchán Agropecuária S.A.	-	-	-	-	68.169	-	(2.416)	65.753
Yatay Agropecuária S.A.	66.112	-	-	1.590	(68.169)	467	-	-
Cresca S.A.	79	-	-	(7)	-	(4)	-	68
Agrofy Global	1.256	-	-	-	-	-	-	1.256
	<u>1.820.019</u>	<u>53.534</u>	<u>(220.882)</u>	<u>38.543</u>	<u>-</u>	<u>(18.284)</u>	<u>(2.416)</u>	<u>1.670.514</u>
Ágio Agrifirma Agro Ltda.	47	-	-	-	-	-	-	47
	<u>1.820.066</u>	<u>53.534</u>	<u>(220.882)</u>	<u>38.543</u>	<u>-</u>	<u>(18.284)</u>	<u>(2.416)</u>	<u>1.670.561</u>
Perdas com investimentos								
Yuchán Agropecuária S.A.	(2.276)	6.915	-	(3.431)	-	(3.624)	2.416	-
	<u>1.817.790</u>	<u>60.449</u>	<u>(220.882)</u>	<u>35.112</u>	<u>-</u>	<u>(21.908)</u>	<u>-</u>	<u>1.670.561</u>

- (a) Agropecuária Moroti S.A. foi incorporada pela controlada Palmeiras S.A. assumindo seus ativos e passivos a partir da data de 17 de abril de 2026. Yatay Agropecuária S.A. foi incorporada pela controlada Yuchán Agropecuária S.A. assumindo seus ativos e passivos a partir da data de 01 de junho de 2026. Para mais informações, vide Nota Explicativa 3.1.

	30/06/2024	Aumento (redução) de capital	Dividendos	Equivalência patrimonial	Efeito de conversão	30/06/2025
Imobiliária Cremaq Ltda.	31.270	-	(3.700)	2.846	-	30.416
Imobiliária Jaborandi Ltda.	233.071	-	(83.000)	4.524	-	154.595
Imobiliária Araucária Ltda.	188.369	-	(49.500)	581	-	139.450
Imobiliária Mogno Ltda.	358.183	-	(40.788)	109.842	-	427.237
Imobiliária Cajueiro Ltda.	326.213	-	(96.995)	81.203	-	310.421
Imobiliária Ceibo Ltda.	117.054	-	(8.700)	5.424	-	113.778
Imobiliária Flamboyant Ltda.	649	-	-	(5)	-	644
Palmeiras S.A.	23.956	15.048	-	(11.771)	(1.048)	26.185
Agropecuária Moroti S.A.	228.284	-	-	(324)	(4.179)	223.781
Agrifirma Agro Ltda.	309.427	(111.211)	(8.505)	52.882	-	242.593
Agropecuária Acres Del Sud S.A.	51.032	-	-	(3.175)	(746)	47.111
Ombú Agropecuária S.A.	39.575	-	-	(2.565)	(649)	36.361
Yatay Agropecuária S.A.	66.880	-	-	364	(1.132)	66.112
Cresca S.A.	1.478	-	-	(1.424)	25	79
Agrofy Global	1.256	-	-	-	-	1.256
	<u>1.976.697</u>	<u>(96.163)</u>	<u>(291.188)</u>	<u>238.402</u>	<u>(7.729)</u>	<u>1.820.019</u>
Ágio Agrifirma Agro Ltda.	47	-	-	-	-	47
	<u>1.976.744</u>	<u>(96.163)</u>	<u>(291.188)</u>	<u>238.402</u>	<u>(7.729)</u>	<u>1.820.066</u>
Perdas com investimentos						
Yuchán Agropecuária S.A.	(2.020)	-	-	(522)	266	(2.276)
	<u>1.974.724</u>	<u>(96.163)</u>	<u>(291.188)</u>	<u>237.880</u>	<u>(7.463)</u>	<u>1.817.790</u>

b) Empresa controlada indiretamente

A Companhia mantém participação indireta no capital das empresas Agrifirma Bahia Agropecuária e Companhia Agrícola Novo Horizonte por meio da sua subsidiária Agrifirma. O quadro abaixo demonstra os valores do ativo, passivo e resultado do Grupo Agrifirma consolidado em 30 de junho de 2026:

	Participação (%)	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo) do período
Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda.	99,99	144.442	275	144.167	4.764
Companhia Agrícola Novo Horizonte	100	137.767	69.767	68.000	(10.063)

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Participação em Joint Venture

A Companhia mantém participação em Joint Venture da Cresca S.A., empresa de comercialização de produtos agropecuários. As informações resumidas com base nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS® *Accounting Standards*, e a conciliação com o valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas abaixo ao valor justo da data da aquisição, movimentado até de 30 de junho de 2026:

	30/06/2026	30/06/2025
Ativos	136	164
Circulante	80	121
Caixa e equivalentes de caixa	80	121
Não circulante	56	43
Outros não circulantes	56	43
Passivos	-	6
Circulante	-	6
Fornecedores, impostos e empréstimos	-	6
Total ativos líquidos	136	158
Participação da Companhia - 50%	50%	50%
Participação da Companhia nos ativos líquidos	68	79

	30/06/2026	30/06/2025
Custo dos produtos vendidos	-	(5)
Prejuízo bruto	-	(5)
Despesas comerciais	(8)	156
Despesas administrativas	(16)	(31)
Outras receitas/despesas	(4)	(2.879)
Despesa financeira	14	(89)
Prejuízo do exercício	(14)	(2.848)
Participação da Companhia - 50%	(7)	(1.424)

13. Imobilizado

	Controladora					
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos e Máquinas Agrícolas	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em andamento
Em 30 de junho de 2024	53	34.959	9.555	2.141	46.708	185
Aquisições	-	12.226	580	791	13.597	3.417
Incorporação de ativo de controladas	-	462	10.667	46	11.175	-
Baixas	(45)	(349)	(1.258)	(25)	(1.677)	-
Transferências	-	3.598	-	-	3.598	(3.598)
Transferências entre imobilizado x PPI	-	89	33	-	122	-
Depreciação	(8)	(4.155)	(2.519)	(346)	(7.028)	(12.023)
Em 30 de junho de 2025	-	46.830	17.058	2.607	66.495	4
Aquisições	5	11.138	4.103	328	15.574	503
Baixas	-	(738)	(901)	(109)	(1.748)	-
Transferências	5.702	(5.240)	29	16	507	(507)
Transferências entre imobilizado x PPI	17.415	2.071	-	-	19.486	-
Depreciação	(254)	(4.849)	(1.832)	(367)	(7.302)	(8.653)
Em 30 de junho de 2026	22.868	49.212	18.457	2.475	93.012	-

Custo total	30.884	73.992	38.616	4.175	147.667	-	130.721	278.388
Depreciação acumulada	(8.016)	(24.780)	(20.159)	(1.700)	(54.655)	-	(73.598)	(128.253)
Em 30 de junho de 2026	22.868	49.212	18.457	2.475	93.012	-	57.123	150.135

Taxas anuais de depreciação (média ponderada) - %

3

7

7

10

20

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e Instalações	Veículos e Máquinas Agrícolas	Móveis e utensílios	Total em operação	Imobilizado em andamento	Imobilizado Total
Em 30 de junho de 2024	53	60.754	22.803	3.839	87.449	185	202.130
Aquisições	-	13.610	9.602	866	24.078	3.466	78.838
Aquisições - combinações de negócios	-	14.084	3.889	76	18.049	-	18.049
Baixas	(45)	(5.273)	(6.183)	(31)	(11.532)	-	(11.552)
Transferências	-	3.627	20	-	3.647	(3.647)	-
Transferências entre imobilizado x PPI	-	89	62	-	151	-	22
Depreciação	(8)	(8.072)	(11.131)	(619)	(19.830)	-	(54.625)
Efeito de conversão	-	(51)	(3)	(5)	(59)	-	(193)
Em 30 de junho de 2025	-	78.768	19.059	4.126	101.953	4	232.669
Aquisições	5	11.542	4.356	629	16.532	577	63.002
Baixas	-	(738)	(1.329)	(109)	(2.176)	-	(3.408)
Transferências	5.703	(5.202)	29	26	556	(556)	-
Transferências entre imobilizado x PPI	20.323	2.501	-	-	22.824	(25)	23.081
Depreciação	(284)	(8.884)	(2.269)	(638)	(12.075)	-	(36.715)
Efeito de conversão	-	(188)	(16)	(24)	(228)	-	(662)
Em 30 de junho de 2026	25.747	77.799	19.830	4.010	127.386	-	277.967
Custo total	34.555	135.574	42.924	7.808	220.861	-	579.234
Depreciação acumulada	(8.808)	(57.775)	(23.094)	(3.798)	(93.475)	-	(301.267)
Em 30 de junho de 2026	25.747	77.799	19.830	4.010	127.386	-	277.967

Taxas anuais de depreciação (média ponderada) - %

3 7 7 10 20

14. Direitos de uso

	Controladora			
	Terra – Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Veículos e Máquinas Agrícolas	Direito Uso Total
Em 30 de junho de 2024	317.858	754	3.416	322.028
Novos contratos	7.864	4.873	6.779	19.516
Incorporação de contratos de controladas	-	-	9.793	9.793
Remensuração	15.920	-	-	15.920
Baixas	-	-	(50)	(50)
(-) Amortização	(60.174)	(729)	(3.084)	(63.987)
Em 30 de junho de 2025	281.468	4.898	16.854	303.220
Novos contratos	13.111	151	4.418	17.680
Remensuração	(12.363)	-	(64)	(12.427)
Baixas	(1.031)	-	(339)	(1.370)
(-) Amortização	(50.641)	(790)	(6.345)	(57.776)
Em 30 de junho de 2026	230.544	4.259	14.524	249.327
Custo total	572.515	7.871	27.529	607.915
Depreciação acumulada	(341.971)	(3.612)	(13.005)	(358.588)
Saldo contábil, líquido	230.544	4.259	14.524	249.327

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Terra – Fazendas	Edifícios e benfeitorias	Veículos e Máquinas Agrícolas	Direito Uso Total
Em 30 de junho de 2024	222.614	1.046	10.176	233.836
Novos contratos	7.864	5.056	15.188	28.108
Combinação de negócio (Nota 2.3)	41.817	-	-	41.817
Remensuração	35.800	-	-	35.800
Baixas	(791)	-	(1.836)	(2.627)
(-) Amortização	(49.610)	(830)	(6.306)	(56.746)
Efeito de conversão	(102)	(1)	8	(95)
Em 30 de junho de 2025	257.592	5.271	17.230	280.093
Novos contratos	17.724	151	5.962	23.837
Remensuração	(14.845)	-	59	(14.786)
Baixas	(677)	(141)	(449)	(1.267)
(-) Amortização	(44.505)	(938)	(6.500)	(51.943)
Efeito de conversão	(358)	(7)	(25)	(390)
Em 30 de junho de 2026	214.931	4.336	16.277	235.544
Custo total	475.918	8.301	40.363	524.582
Depreciação acumulada	(260.987)	(3.965)	(24.086)	(289.038)
Saldo contábil, líquido	214.931	4.336	16.277	235.544

15. Arrendamentos a pagar e obrigações correlatas

	Controladora	Consolidado		
	Arrendamentos operacionais - IFRS 16	Arrendamentos operacionais - IFRS 16	Restauração do canavial	Total
Em 30 de junho de 2024	407.159	286.605	75.455	362.060
Novos contratos	19.517	28.109	-	28.109
Combinação de negócios (Nota 2.3)	-	44.565	-	44.565
Incorporação de contratos de controladoras	9.794	-	-	-
Remensuração	15.920	35.800	-	35.800
Pagamentos	(97.708)	(78.762)	-	(78.762)
Baixas	(43)	(1.980)	-	(1.980)
Juros	60.645	49.742	(2.210)	47.532
Atualização	(6.372)	(11.444)	-	(11.444)
Variação cambial	-	(96)	-	(96)
Em 30 de junho de 2025	408.912	352.539	73.245	425.784
Novos contratos	17.680	23.837	-	23.837
Remensuração	(12.427)	(14.786)	-	(14.786)
Pagamentos	(104.396)	(88.418)	-	(88.418)
Baixas	(304)	(529)	-	(529)
Juros	70.004	59.888	(295)	59.593
Atualização	2.540	2.540	-	2.540
Variação cambial	-	(456)	-	(456)
Em 30 de junho de 2026	382.009	334.615	72.950	407.565
Circulante	111.324	83.613	-	83.613
Não Circulante	270.685	251.002	72.950	323.952

Atualmente os principais contratos da Companhia passíveis de aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 se referem a operações de parcerias agrícolas e arrendamento de terras, além de outros contratos de menor relevância que envolvem o aluguel de maquinários, veículos e imóveis.

A Companhia possui contrato de parceria agrícola para cultivo de cana-de-açúcar (Parceria IV) abrangendo 15 mil hectares agricultáveis, que estabelece a obrigação de recomposição do canavial na entrega do contrato. O acordo tem duração de 15 anos e entrega prevista para 2032, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

As baixas ocorrerão sempre que houver o pagamento efetivo do arrendamento, além da

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

atualização periódica pela variação da soja ou cana-de-açúcar. Os impactos do ajuste a valor presente, serão reconhecidos no Resultado Financeiro.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de terceiros e aluguéis de prédios, assim distribuídos:

Denominação	Localização	Moeda	(escopo IFRS 16)	
			Controladora	Consolidado
Fazenda Avarandado (Parceria II)	Ribeiro Gonçalves - PI	R\$	55.051	55.051
Fazenda ETH (Parceria III)	Alto Taquari - MT	R\$	7.277	7.277
Fazenda Agro-Serra (Parceria IV)	São Raimundo de Mangabeira - MA	R\$	-	72.950
Fazenda Xingu (Parceria V)	Região do Xingu - MT	R\$	42.314	42.314
Fazenda Regalito (Parceria V)	Região do Xingu - MT	R\$	39.188	39.188
Fazenda Serra Grande II (Parceria VII)	Baixa Grande do Ribeiro - PI	R\$	26.198	26.198
Fazenda Unagro (Parceria VII)	Santa Cruz - Bolívia	R\$	-	7.397
Fazenda São Domingos (Parceria IX)	Comodoro - MT	R\$	47.925	47.925
Fazenda Alto da Serra (Parceria X)	Brotas - SP	R\$	32.992	32.992
Fazenda Zaroni (Parceria X)	Novo São Joaquim - MT	R\$	-	53.520
Arrendamentos Intercompany	N.A.	R\$	110.118	-
Aluguéis de veículos	N.A.	R\$	2.825	4.104
Serviços com ativos identificados	N.A.	R\$	13.018	13.018
Terrenos - Outros	N.A.	R\$	5.103	5.103
Aluguéis de veículos e escritório no Paraguai	Assunção - Paraguai	R\$	-	528
		R\$	382.009	407.565

Os passivos de arrendamento acima demonstrados, qual fazem parte do escopo do CPC 06 (R2)/IFRS 16, apresentam uma taxa de desconto com intervalo de 7,04% a 21,69%.

Abaixo segue demonstrado fluxo de realização dos pagamentos dos arrendamentos supramencionados:

	Controladora	Consolidado
1 ano	111.324	83.613
2 anos	63.883	55.902
3 anos	50.505	43.310
4 anos	41.820	34.861
5 anos	33.126	30.420
Acima de 5 anos	81.351	159.459
	<u>382.009</u>	<u>407.565</u>

A Companhia também possui contratos de arrendamentos de terras com suas controladas (arrendamentos *intercompany*), por um prazo médio de 14 anos, a composição desses arrendamentos está demonstrada na nota explicativa 30.

O valor das despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo, que possuem prazo contratual inferior a 12 meses e não contêm opção de compra, bem como de contratos de arrendamento de ativos de baixo valor, não foram reconhecidos como passivos de arrendamento, por se enquadrarem nas exceções previstas no CPC 06 (R2) / IFRS 16. Esses contratos foram reconhecidos diretamente no resultado do exercício, de acordo com regime de competência ao longo de seu período de vigência, nas rubricas de "Custos das vendas" e "Despesas gerais e administrativas", conforme montantes de "Arrendamento e aluguéis em geral" na nota explicativa 23.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Contas a pagar e outras obrigações

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Fornecedores		32.705	55.512	60.664	103.659
Fornecedores – Risco Sacado		1.431	-	4.014	-
Tributos a pagar	16.1	522	2.031	8.835	16.659
Dividendos a pagar		15	32.785	15	32.785
Adiantamentos de clientes		26.089	6.417	33.794	16.767
Outras obrigações		425	2.104	2.793	6.160
Total circulante		61.187	98.849	110.115	176.029
Tributos a pagar	16.1	-	-	17.007	38.120
Outras obrigações		-	-	6.875	8.699
Total não circulante		-	-	23.882	46.819

A Companhia mantém convênio de risco sacado com instituições financeiras com o objetivo de otimizar a liquidez de sua cadeia de suprimentos e a gestão de seus compromissos com fornecedores estratégicos. Nessa modalidade, o fornecedor cede à instituição financeira o direito de recebimento dos títulos, passando a receber antecipadamente os respectivos valores. A instituição financeira, por sua vez, torna-se a credora da operação. A transferência do direito de recebimento dos títulos da Companhia, a critério do fornecedor, não muda o prazo de pagamento como também não implica no pagamento de juros por parte da Companhia, na medida que o custo financeiro de tal transferência é de responsabilidade do fornecedor.

Durante o período, a Companhia movimentou R\$ 6.236 em operações de risco sacado, com prazo médio de pagamento dessas operações de 232 dias. Esse prazo médio de pagamento é similar para os fornecedores que não optam por antecipar seus recebíveis através da operação denominada “Fornecedores - risco sacado”.

16.1 Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
ISS a pagar	342	384	458	722
Impostos retidos	157	266	281	500
PIS e COFINS a pagar	-	-	2.671	4.754
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	4.248	7.866
IVA (Paraguai/Bolívia)	-	-	1.084	1.030
Outros impostos a pagar	23	1.381	93	1.787
Total circulante	522	2.031	8.835	16.659
PIS e COFINS a pagar	-	-	4.040	15.175
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	12.967	12.805
IVA/IRAGRO (Paraguai/Bolívia)	-	-	-	10.140
Total não circulante	-	-	17.007	38.120

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Indexador	Taxa		30/06/2026	30/06/2025	Controladora		30/06/2026	30/06/2025
		30/06/2026	30/06/2025			30/06/2026	30/06/2025		
Custeio agrícola	Pré + CDI	9% a 16%	8% a 15%	157.172		84.151		423.785	197.647
Custeio agrícola (USD)	Pré	5% a 6%	3% a 7%	-		47.719		45.316	122.883
Custeio agrícola (PYG)	Pré	11%	11%	-		-		-	12.364
Investimento e Expansão	Pré	3% a 9%	3% a 10%	31.459		37.898		42.933	50.283
Financiamento de maquinário	Pré	10%	9% a 12%	7.655		3.097		8.713	4.509
Financiamento cana de açúcar	Pré	6%	6%	-		-		5.810	14.001
Debêntures	Pré + IPCA	5% a 12%	5% a 12%	503.995		489.564		503.995	489.564
(-) Custos da transação				(4.938)		(5.732)		(6.252)	(5.732)
				695.343		656.697		1.024.300	885.519
Circulante				264.320		154.532		475.018	355.841
Não Circulante				431.023		502.165		549.282	529.678

Referências:

USD - Moeda dos Estados Unidos (Dólar)

PYG - Moeda do Paraguai (Guarani)

IPCA - Índice nacional de preço ao consumidor

CDI - Certificado de depósito interbancário

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures de circulante e não circulante prazo apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
1 ano	264.320	154.532	475.018	355.841
2 anos	256.414	195.656	317.681	214.531
3 anos	82.763	196.520	134.145	198.023
4 anos	42.938	34.674	44.411	36.177
5 anos	43.284	34.674	44.757	36.177
Acima de 5 anos	5.624	40.641	8.288	44.770
	695.343	656.697	1.024.300	885.519

Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	30/06/2025	Controladora				
		Contratação	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Apropriação de juros	Variação cambial
Custeio agrícola	84.151	225.358	(154.709)	(12.428)	14.800	-
Custeio agrícola (USD)	47.719	-	(45.196)	(2.365)	1.270	(1.428)
Financiamento para Investimento e Expansão	37.898	-	(6.329)	(2.753)	2.643	-
Financiamento de maquinário	3.097	4.360	(356)	(87)	641	-
Debêntures	489.564	-	-	(36.944)	51.375	-
Operações de risco sacado	-	37.500	(37.500)	(1.915)	1.915	-
(-) Custos da transação	(5.732)	(1.206)	-	-	2.000	-
	656.697	266.012	(244.090)	(56.492)	74.644	(1.428)

	30/06/2024	Controladora				
		Contratação	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Apropriação de juros	Variação cambial
Custeio agrícola	7.881	115.901	(39.703)	(4.384)	4.456	-
Custeio agrícola (USD)	-	96.934	(46.056)	(1.294)	2.556	(4.421)
Financiamento para Investimento e Expansão	21.623	14.096	-	(799)	2.978	-
Financiamento de maquinário	3.060	-	(190)	(40)	267	-
Debêntures	472.765	-	-	(35.681)	52.481	-
(-) Custos da transação	(7.700)	-	-	-	1.967	-
	497.629	226.931	(85.949)	(42.198)	64.705	(4.421)

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

							Consolidado
	30/06/205	Contratação	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Apropriação de juros	Variação cambial	Saldo final
Custeio agrícola	197.647	500.872	(284.558)	(27.221)	37.045	-	423.785
Custeio agrícola (USD)	122.883	69.556	(138.366)	(7.898)	5.105	(5.964)	45.316
Custeio agrícola (PYG)	12.364	-	(14.974)	(1.827)	595	3.842	-
Financiamento para Investimento e Expansão	50.283	-	(7.374)	(3.267)	3.291	-	42.933
Financiamento de maquinário	4.509	4.360	(704)	(261)	809	-	8.713
Financiamento cana de açúcar	14.001	-	(6.201)	(2.471)	481	-	5.810
Debêntures	489.564	-	-	(36.944)	51.375	-	503.995
Operações de risco sacado	-	44.382	(44.382)	(2.258)	2.258	-	-
(-) Custos da transação	(5.732)	(2.556)	-	-	2.036	-	(6.252)
Em 30 de junho de 2026	885.519	616.614	(496.559)	(82.147)	102.995	(2.122)	1.024.300

	Consolidado							
	30/06/2024	Contratação	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Apropriação de juros	Combinação de negócios (Nota 2.3)	Variação cambial	30/06/2025
Custeio agrícola	104.211	254.045	(159.720)	(16.449)	15.560	-	-	197.647
Custeio agrícola (USD)	16.450	166.752	(77.116)	(5.032)	6.705	21.581	(6.457)	122.883
Custeio agrícola (PYG)	16.458	3.709	(7.324)	(1.484)	1.556	-	(551)	12.364
Financiamento para Investimento e Expansão	29.664	19.095	(1.045)	(922)	3.491	-	-	50.283
Capital de giro	-	-	(82)	(7)	-	89	-	-
Capital de giro (USD)	25.739	-	(25.286)	(1.496)	840	-	203	-
Financiamento de maquinário	3.060	-	(7.656)	(759)	565	9.431	(132)	4.509
Financiamento cana de açúcar	21.291	-	(6.200)	(2.056)	966	-	-	14.001
Debêntures	472.765	-	-	(35.681)	52.480	-	-	489.564
(-) Custos da transação	(7.700)	-	-	-	1.968	-	-	(5.732)
	681.938	443.601	(284.429)	(63.886)	84.131	31.101	(6.937)	885.519

A Companhia mantém convênio de risco sacado com instituições financeiras com o objetivo de otimizar a liquidez de sua cadeia de suprimentos e a gestão de seus compromissos com fornecedores estratégicos. Nessa modalidade, o fornecedor cede à instituição financeira o direito de recebimento dos títulos, passando a receber antecipadamente os respectivos valores, e o custo financeiro é de responsabilidade da Companhia. Movimentação da operação é demonstrada na rubrica “Operações com risco sacado”, e o prazo médio de pagamento é de 129 dias.

(a) Empréstimos e Financiamentos

Cláusulas restritivas

Os financiamentos estão denominados em Reais e reúnem características próprias e condições definidas em contratos com bancos governamentais de desenvolvimento econômico social, que repassam direta ou indiretamente os mesmos. Em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025, os financiamentos da Companhia não possuíam cláusulas restritivas financeiras, apenas operacionais, com as quais a Companhia encontra-se adimplente.

(b) Debêntures

2ª Emissão

No dia 05 de maio de 2021, foram emitidas 240.000 (duzentos e quarenta mil) debêntures no total de R\$240.000, não conversíveis em ações, série única, com prazo total de 7 (sete) anos.

As debêntures serão amortizadas em 2 (duas) parcelas iguais com vencimento em 13 de abril de 2027 e 12 de abril de 2028. Sobre o valor principal incidirão juros remuneratórios correspondentes a IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) mais 5,3658% a.a., os quais serão pagos em 7 (sete) parcelas anuais.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As debêntures foram vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), nos termos da Instrução CVM nº 400/03 e da Instrução CVM nº 600/18. As debêntures contam com garantia real na forma de alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia.

3ª Emissão

No dia 16 de novembro de 2023, foram emitidas 165.000 (cento e sessenta e cinco mil) debêntures no total de R\$165.000, não conversíveis em ações, série única, com prazo total de 7 (sete) anos. As debêntures serão amortizadas em novembro de cada ano a partir de 2027 até 2030. Sobre o valor principal incidirão juros remuneratórios de 12,16% a.a., os quais serão pagos em 7 (sete) parcelas anuais.

As debêntures contam com garantia real na forma de alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Companhia.

Cláusulas restritivas

As debêntures possuem cláusulas restritivas, em que os índices requeridos não poderão ultrapassar 30% da relação, dívida líquida / valor justo das propriedades para investimento e créditos por venda de fazendas, durante a vigência de contrato e atualizada conforme suas respectivas cláusulas contratuais. A não observância, pela Companhia, desses indicadores, durante a vigência das debêntures, poderá acarretar o vencimento antecipado da dívida.

Em 30 de junho de 2026, e durante a vigência das debêntures, a Companhia encontra-se adimplente com as cláusulas restritivas descritas acima.

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma autoridade fiscal e a mesma entidade jurídica.

O exercício fiscal para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social difere do exercício social da Companhia que finaliza em 30 de junho de cada ano.

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025 é a seguinte:

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Ativo				
Não circulante				
Prejuízos fiscais	222.204	166.316	268.866	205.319
Ativos biológicos	-	-	78	-
Arrendamentos a pagar (CPC 06/IFRS 16)	45.088	35.911	53.498	43.653
Ajuste a valor presente e outras provisões	2.723	2.871	31.708	30.747
Hedge	-	-	334	560
Perdas esperadas	289	289	726	726
Diferença no valor de custo das fazendas	170	170	170	170
ILPA	1.462	1.085	1.462	1.085
Outras contas a pagar	818	1.714	1.357	2.798
Impairment sobre investimento	1.654	1.654	1.654	1.654
Valor justo de outros passivos relevantes	-	43	-	43
	<u>274.408</u>	<u>210.053</u>	<u>359.853</u>	<u>286.755</u>
Passivo				
Não circulante				
Ativos biológicos	14.118	15.075	15.124	25.149
Ajuste a valor presente e outras provisões	5.079	4.381	7.311	7.138
Hedge	3.144	2.950	3.145	2.950
Mais valia sobre investimento	1.733	1.733	1.733	1.733
Custos de transações	1.679	1.949	2.126	1.949
Diferenças temporárias relacionadas ao ativo imobilizado	7.555	5.865	9.652	7.602
Depreciação acelerada de bens destinados à atividade rural	62.993	55.620	105.275	92.428
Impostos diferidos sobre mais valia de imobilizado e propriedade para investimento – Aquisição Agrifirma	-	-	18.426	18.541
	<u>96.301</u>	<u>87.573</u>	<u>162.792</u>	<u>157.490</u>
Ativos diferidos líquidos	178.107	122.480	229.292	166.145
Passivos diferidos líquidos	-	-	(32.231)	(36.880)
Saldo líquido	<u>178.107</u>	<u>122.480</u>	<u>197.061</u>	<u>129.265</u>

A movimentação líquida do imposto de renda diferido:

	Controladora	Consolidado
Em 30 de junho de 2024	77.382	68.312
Prejuízos fiscais	52.024	41.966
Ativos biológicos	19.867	11.681
Arrendamentos a pagar (CPC 06/IFRS 16)	6.991	6.097
Ajuste a valor presente e outras provisões	1.168	1.831
Hedge	(22.225)	(21.665)
Custos de transações	669	669
Outras contas a pagar	1.139	2.125
Depreciação acelerada de bens destinados à atividade rural	(11.994)	(10.261)
Impostos diferidos sobre mais valia	-	(135)
ILPA	473	473
Diferenças temporárias relacionadas ao ativo imobilizado	(3.014)	(625)
Aquisições - combinação de negócios (nota 2.3)	-	28.797
Em 30 de junho de 2025	122.480	129.265
Prejuízos fiscais	55.888	63.547
Ativos biológicos	957	10.103
Arrendamentos a pagar (CPC 06/IFRS 16)	9.177	9.845
Ajuste a valor presente e outras provisões	(846)	788
Hedge	(194)	(421)
Custos de transações	270	(177)
Outras contas a pagar	(896)	(1.441)
Depreciação acelerada de bens destinados à atividade rural	(7.373)	(12.847)
Valor justo de outros passivos relevantes	(43)	(43)
Impostos diferidos sobre mais valia	-	115
ILPA	377	377
Diferenças temporárias relacionadas ao ativo imobilizado	(1.690)	(2.050)
Em 30 de junho de 2026	178.107	197.061

Período estimado de realização do ativo diferido:

	Controladora	Consolidado
2026	8.874	33.359
2027	4.802	11.220
2028	12.886	19.199
2029	32.774	40.316
2030 a 2035	215.072	255.759
	<u>274.408</u>	<u>359.853</u>

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(145.636)	92.921	(147.302)	124.648
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
	49.516	(31.593)	50.083	(42.380)
Equivalência patrimonial/Perda com investimentos	11.938	80.879	(2)	(484)
Bônus da Administração	(619)	(726)	(619)	(726)
Variação no valor justo no contas a receber pela venda de fazendas	-	-	3.404	3.744
Despesas não dedutíveis	(34)	(48)	(34)	(48)
Efeito líquido de lucro tributado no exterior	-	(107)	-	(107)
Efeito líquido de controladas tributadas com base no lucro presumido (*)	-	-	7.755	56.057
Outros	(5.174)	(3.307)	(3.294)	(2.685)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	55.627	45.098	57.293	13.371
Corrente	-	-	(10.503)	(19.315)
Diferido	55.627	45.098	67.796	32.686
	55.627	45.098	57.293	13.371
Alíquota efetiva	-38%	49%	-39%	11%

(*) Algumas das imobiliárias têm seu imposto de renda apurado no "regime fiscal presumido", pelo qual o imposto de renda é determinado em uma base simplificada para calcular a renda tributável (32% para receitas de arrendamento, 8% para venda de fazenda e 100% para outros rendimentos). Portanto, o resultado tributável de tais subsidiárias é tributado a uma taxa menor que a taxa aplicável ao lucro real.

19. Aquisições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Agrifirma	-	610	-	610
Fazenda Alto da Serra (a)	18.079	22.530	18.079	22.530
Novo Horizonte	-	-	-	1.305
	18.079	23.140	18.079	24.445
Circulante	6.895	5.777	6.895	7.082
Não circulante	11.184	17.363	11.184	17.363

(a) Refere-se a aquisição de ativos (Tratos culturais, Soqueiras e Preparo de solo), oriundos do contrato de arrendamento realizado em 12 de março de 2024, a obrigação está registrada a valor presente e será liquidada no prazo de cinco anos.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social (em quantidade de ações)

	Número de Ações			
	30/06/2026		30/06/2025	
Cresud	35.138.225	34,2%	35.138.225	34,2%
Charles River Capital	9.651.606	9,4%	9.428.001	9,2%
Elie Horn	6.098.269	5,9%	6.072.969	5,9%
Kopernik	6.993.800	6,8%	-	-
Administradores	1.222.274	1,2%	1.174.774	1,1%
Tesouraria	3.067.987	3,0%	3.067.987	3,0%
Outros	40.511.283	39,5%	47.801.488	46,6%
Total ações do capital integralizado	102.683.444	100%	102.683.444	100%
Total de ações em circulação	63.254.958		63.302.458	

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independente da reforma estatutária, até o limite de R\$3.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$1.587.988 (R\$1.587.988 em 30 de junho de 2025).

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de Capital

As Reservas de Capital são constituídas de valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo Resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Em 30 de junho de 2026, a reserva de capital da Companhia era de R\$6.475 (R\$8.193 em 30 de junho de 2025).

Ágio na emissão de ações

A reserva de ágio na emissão de ações foi constituída na aquisição da subsidiária Agrifirma em 27 de janeiro de 2020. A transação foi realizada por meio da transferência de ações e gerou diferença entre o aumento do capital social e o acréscimo do patrimônio líquido, dando origem à reserva. Criou-se a reserva, de natureza contábil, porque o aumento do capital foi calculado com base no patrimônio líquido da Agrifirma Holding (empresa incorporada no processo) em 30 de junho de 2019, enquanto o aumento patrimonial considerou apenas uma das três classes de ações envolvidas no acordo (Ações não restritas). As outras duas classes de ações que compõem o preço foram classificadas no passivo (Nota explicativa 19).

O quadro abaixo demonstra a formação da reserva:

	Quantidade de ações	Valor (R\$)
Ações não restritas	4.402.404	97.569
Ações com restrição de venda	812.981	18.018
Ações emitidas na relação de troca inicial / Aumento do capital	5.215.385	115.587
Ações não restritas (relação de troca final) / Aumento patrimonial	4.044.654	82.021
Reserva de ágio na emissão de ações		(33.566)
Transferência (devolução) de ações		35.798
		2.232

Adicionalmente, o acordo de compra da Agrifirma prevê a possibilidade de reajuste de preço, caso determinadas contingências, identificadas na data da transação, se materializem e causem prejuízos para a Companhia ou para os acionistas vendedores. O contrato garante às partes a possibilidade de liquidar a obrigação em dinheiro ou em ações da Companhia. Para isso, um certo número de ações transacionadas no acordo seguia bloqueadas como garantia. Durante o exercício, o saldo remanescente bloqueado foi baixado pelo término do período de bloqueio e pelos acordos firmados posteriormente que permitiram a liberação antecipada.

Pagamento baseado em ações

As provisões contabilizadas referentes ao Plano ILPA totalizam R\$4.300. Já o montante remanescente dos planos encerrados apresenta um saldo de (R\$1.976), resultando em um saldo em aberto de R\$2.324 em 30 de junho de 2026 (R\$1.216 em 30 de junho de 2025) (Nota explicativa 24).

c) Reservas de lucro

Reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76 e artigo 36, alínea (a) do Estatuto Social, 5% (cinco por cento) do lucro líquido da Companhia apurado ao final de cada exercício social, será,

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigatoriamente e antes de qualquer outra destinação, aplicado para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo da reserva, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o inciso 1º, do artigo 182, da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva de investimento e expansão

Conforme artigo 36, alínea (c), do Estatuto Social e artigo 196 da Lei 6.404/76, a Companhia poderá destinar a parcela remanescente do lucro líquido ajustado do exercício social findo, à reserva para investimento e expansão, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

d) Dividendos

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apurou prejuízo líquido do exercício de R\$ 90.009, não havendo, portanto, base de cálculo positiva para constituição de reserva legal (artigo 193 da Lei 6.404/76) ou para pagamento de dividendo obrigatório sobre o lucro do período (artigo 202 da Lei 6.404/76). Nos termos do artigo 189, parágrafo único, da Lei 6.404/76, o prejuízo do exercício foi absorvido pelo saldo da Reserva para Investimento e Expansão, reserva de lucros constituída em exercícios anteriores nos termos do artigo 37, "c", do Estatuto Social e do artigo 196 da Lei 6.404/76, que passou de R\$ 394.687 para R\$ 304.678, sem necessidade de utilização da reserva legal, cujo saldo permaneceu inalterado em R\$ 105.093.

Não obstante o prejuízo do exercício, a administração propôs a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 30.000, a serem pagos à conta do saldo remanescente da Reserva para Investimento e Expansão. Essa distribuição está amparada pelo artigo 201 da Lei 6.404/76, que permite à companhia pagar dividendos à conta de reserva de lucros existentes.

Com isso, a Reserva para Investimento e Expansão, que totalizava R\$ 394.687 em 30 de junho de 2025, foi reduzida (i) em R\$ 90.009 pela absorção do prejuízo do exercício e (ii) em R\$ 30.000 pela proposta de distribuição de dividendos, totalizando R\$ 274.678, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(90.009)	138.019
(-) Constituição de reserva legal (5% do lucro líquido)	-	(6.901)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	(90.009)	131.118
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	-	(32.780)
(-) Dividendos adicionais propostos	-	(42.220)
Dividendos propostos sobre o lucro	-	(75.000)
(-) Absorção do prejuízo do exercício pela reserva (art. 189, § único)	(90.009)	-
(-) Dividendos propostos à conta da Reserva para Investimento e Expansão (art. 201)	(30.000)	-
Total de dividendos	(30.000)	(75.000)
Constituição (redução) de reserva para investimentos e expansão	(120.009)	56.118
Total ações do capital integralizado (lote de mil)	102.683	102.683
(-) Ações em tesouraria (lote de mil)	(3.068)	(3.068)
(=) Ações em mercado (lote de mil)	99.615	99.615
Dividendo por ação (R\$)	(0,30)	(0,75)

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em razão das novas regras trazidas pela Lei nº 15.270/25, em caso de aprovação dos dividendos propostos os valores atribuídos a acionistas podem estar sujeitos a tributação, inclusive à retenção de imposto de renda na fonte.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 30 de junho de 2026, os efeitos da variação da taxa de câmbio resultante da conversão das informações financeiras das empresas no exterior, apresentaram o efeito negativo de (R\$21.908) ((R\$7.463) em 30 de junho de 2025), sendo o efeito acumulado de R\$89.016 (R\$110.924 em 30 de junho de 2025).

f) Ações em tesouraria

Nos termos do art. 20, item XII, do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei ou pelo Estatuto Social, deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação.

Ações em tesouraria	Quantidade de ações	Valor (R\$)
Em 30 de junho de 2025	3.067.987	43.648
Em 30 de junho de 2026	3.067.987	43.648

21. Informações por segmento de negócios

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

As informações sobre segmentos são baseadas em informações utilizadas pela Companhia para avaliar a performance dos segmentos operacionais e tomar as decisões relacionadas à alocação de recursos financeiros. A Companhia apresenta seis segmentos: (i) imobiliário, (ii) grãos, (iii) cana-de-açúcar, (iv) pecuária, (v) algodão e (vi) outros, representados, basicamente, por serviços e culturas não significativos. Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados no Brasil, no Paraguai e na Bolívia.

O segmento grãos tem como atividade principal a produção e a comercialização de soja, milho e feijão.

O segmento cana-de-açúcar inclui a comercialização do produto in natura.

O segmento imobiliário apresenta o resultado proveniente das operações com propriedades ocorridas nas subsidiárias da Companhia.

O segmento pecuário consiste em um projeto de produção e venda de bezerros de corte após o desmame, caracterizando-se como atividade de cria, recria e engorda de gado.

O segmento algodão tem como atividade principal a produção e a comercialização de algodão em pluma e caroço.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A principal métrica de desempenho avaliada pela Diretoria Executiva é o lucro ou prejuízo bruto.

A seguir as informações de resultado e de ativos selecionados por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras:

	Consolidado 30/06/2026						
	Atividade Agrícola						Não Alocado
	Total	Imobiliária	Pecuária	Grãos	Algodão	Cana	Outros (a)
Receita Líquida	891.652	10.079	39.464	549.099	94.599	197.462	949
Ganho com venda de fazenda	2.078	2.078	-	-	-	-	-
Movimentação de valor justo de ativos biológicos	32.080	-	834	73.076	(15.446)	(23.063)	(3.321)
Reversão de provisão de produtos agrícolas após a colheita	(1.074)	-	-	(1.061)	-	-	(13)
Custo das vendas	(828.422)	(1.764)	(38.967)	(535.499)	(97.810)	(159.512)	5.130
Lucro (prejuízo) bruto	96.314	10.393	1.331	85.615	(18.657)	14.887	2.745
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas com vendas	(72.546)	-	(267)	(53.942)	(18.248)	(89)	-
Despesas gerais e administrativas	(67.953)	-	-	-	-	-	(67.953)
Outras receitas operacionais	(8.732)	-	-	-	-	-	(8.732)
Resultado operacional	(52.917)	10.393	1.064	31.673	(36.905)	14.798	2.745
Equivalência patrimonial	(7)	-	-	-	-	-	(7)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(52.924)	10.393	1.064	31.673	(36.905)	14.798	2.745
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	496.200	321.852	64	65.553	18.107	13.830	-
Despesas financeiras	(590.578)	(364.941)	(135)	(52.894)	(8.371)	(15.844)	-
Resultado antes dos impostos	(147.302)	(32.696)	993	44.332	(27.169)	12.784	2.745
Imposto de renda e contribuição social	57.293	(5.989)	(338)	(15.073)	9.237	(4.347)	(933)
Lucro (prejuízo) líquido do período	(90.009)	(38.685)	655	29.259	(17.932)	8.437	(73.555)
Total do ativo	3.706.838	2.132.939	66.490	454.907	78.216	239.995	87.980
Total do passivo	1.681.529	425.644	-	786.121	56.294	120.772	-

- a) Montante referente, em sua maioria, a rateio de mão de obra e outros custos da área de apoio às fazendas e custos com resíduos, custos de outros produtos (milheto, sorgo).

	Consolidado 30/06/2025						
	Atividade Agrícola						Não Alocado
	Total	Imobiliária	Pecuária	Grãos	Algodão	Cana	Outros (a)
Receita Líquida	877.443	9.325	25.470	431.978	87.890	322.189	591
Ganho com venda de fazenda	180.086	180.086	-	-	-	-	-
Movimentação de valor justo de ativos biológicos	122.671	-	17.728	71.798	(5.421)	41.812	(3.246)
Reversão de provisão de produtos agrícolas após a colheita	(8.069)	-	-	(5.732)	(2.174)	-	(163)
Custo das vendas	(833.910)	(2.151)	(23.805)	(422.135)	(82.544)	(284.684)	(18.591)
Lucro (prejuízo) bruto	338.221	187.260	19.393	75.909	(2.249)	79.317	(21.409)
Receitas (despesas) operacionais							
Despesas com vendas	(59.511)	(6.927)	(466)	(38.722)	(13.369)	(27)	-
Despesas gerais e administrativas	(67.488)	-	-	-	-	-	(67.488)
Outras receitas operacionais	(4.753)	-	-	-	-	-	(4.753)
Resultado operacional	206.469	180.333	18.927	37.187	(15.618)	79.290	(21.409)
Equivalência patrimonial	(1.424)	-	-	-	-	-	(1.424)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	205.045	180.333	18.927	37.187	(15.618)	79.290	(21.409)
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	337.510	154.412	947	64.522	8.559	6.021	-
Despesas financeiras	(417.906)	(190.499)	(2.018)	(33.249)	(2.007)	(17.857)	-
Resultado antes dos impostos	124.649	144.246	17.856	68.460	(9.066)	67.454	(21.409)
Imposto de renda e contribuição social	13.371	(13.326)	(6.071)	(23.276)	3.082	(22.934)	7.279
Diferido	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	138.020	130.920	11.785	45.184	(5.984)	44.520	(14.130)
Total do ativo	3.834.877	2.375.913	68.279	437.265	129.965	255.144	80.913
Total do passivo	1.657.148	450.229	-	327.525	(152)	6.101	-

- a) Montante referente, em sua maioria, a rateio de mão de obra e outros custos da área de apoio às fazendas e custos com resíduos, custos de outros produtos (milheto, sorgo).

As contas patrimoniais estão representadas principalmente pelas contas “Contas a receber e outros créditos”, “Ativos biológicos”, “Estoque de produtos agrícolas” e “Propriedades para investimento”.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Informações sobre concentração de clientes

No período findo em 30 de junho de 2026, a Companhia possui 3 clientes que representam individualmente 10% ou mais das receitas consolidadas, totalizando 45,1% de seu faturamento total. Dos 3 clientes, 1 concentra 65,2% das receitas do segmento de cana de açúcar e 2 concentram 42,3% das receitas do segmento grãos/algodão. Não existem clientes nos outros segmentos que concentrem 10% ou mais da receita em relação ao faturamento total.

b) Informações geográficas consolidadas

As receitas e os ativos não circulantes, exceto instrumentos financeiros e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, benefícios de pós-emprego e direitos provenientes de contratos de seguro do Consolidado, estão distribuídos da seguinte forma:

	No país		Subsidiárias no exterior	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita líquida	811.056	813.303	80.596	64.140
	No país		Subsidiárias no exterior	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Ativo não circulante	1.915.815	1.665.648	427.566	466.077

22. Receitas

a) Vendas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de grãos	408.784	327.671	563.828	442.530
Receitas de algodão	79.964	86.548	99.146	90.583
Receitas de cana	56.867	100.088	199.604	325.265
Receitas de pecuária	31.264	17.390	40.591	26.457
Receitas de arrendamento	6.094	1.823	13.443	11.868
Outras receitas	4.405	4.956	5.604	5.026
Receita operacional bruta	587.378	538.476	922.216	901.729
Deduções de vendas				
Impostos sobre vendas	(15.576)	(12.332)	(30.564)	(24.286)
Receita líquida de vendas	571.802	526.144	891.652	877.443

A receita da venda de ativos biológicos é reconhecida no momento em que ocorre a transferência do controle dos ativos ao cliente, geralmente no ato da entrega física dos ativos ou conforme estipulado contratualmente. Esse reconhecimento ocorre em um momento específico, conforme previsto no parágrafo 114 do CPC 47 / IFRS 15, que determina que a entidade deve reconhecer receita quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho, transferindo o controle de um bem ou serviço ao cliente.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Ganho com venda de fazenda

	Rio do Meio II (*)	Marangatú II	Consolidado 30/06/2026
Venda de fazenda	1.254	3.163	4.417
Ajuste a valor presente	(249)	(104)	(353)
Receita bruta na venda da fazenda	1.005	3.059	4.064
Tributos sobre a venda	(37)	(47)	(84)
Valor residual da fazenda vendida	(293)	(1.609)	(1.902)
Ganho com venda de fazenda	675	1.403	2.078
Tributos sobre o lucro	(31)	-	(31)
Lucro líquido na venda de fazenda	644	1.403	2.047

(*) Em cumprimento as obrigações vinculadas às vendas de exercícios anteriores, foi reconhecida uma receita líquida de R\$1.005 referente medições oficiais da fazenda Rio do Meio. Este procedimento está relacionado ao conceito de contraprestação variável previsto no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.

	Rio do Meio II	Alto Taquari IV	Preferência	Consolidado 30/06/2025
Venda de fazenda	16.797	185.044	141.272	343.113
Ajuste a valor presente	(3.010)	(61.770)	(37.034)	(101.814)
Receita bruta na venda da fazenda	13.787	123.274	104.238	241.299
Tributos sobre a venda	-	(4.499)	(3.805)	(8.304)
Valor residual da fazenda vendida	(3.748)	(14.642)	(34.519)	(52.909)
Ganho com venda de fazenda	10.039	104.133	65.914	180.086
Despesas com venda	-	(3.699)	(3.126)	(6.825)
Tributos sobre o lucro	-	(3.796)	(3.211)	(7.007)
Lucro líquido na venda de fazenda	10.039	96.638	59.577	166.254

A receita decorrente da venda de propriedades rurais é reconhecida quando todos os critérios para a transferência do controle do ativo são atendidos, o que inclui a assinatura do contrato de compra e venda, a quitação ou início do pagamento conforme acordado, e a transferência dos riscos e benefícios ao comprador. Nos casos em que há cláusulas contratuais que impliquem em obrigações adicionais ou condições suspensivas, a Companhia avalia se o reconhecimento da receita deve ocorrer ao longo do tempo, conforme os critérios de desempenho contínuo previstos na norma.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Despesas por natureza

	Controladora				Consolidado			
	Custo dos produtos Vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos produtos Vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Depreciação e amortização	35.618	-	2.041	37.659	72.243	-	2.710	74.953
Despesa com pessoal	25.200	3.727	37.636	66.563	37.359	4.185	43.973	85.517
Despesa com prestação de serviços	73.263	-	5.555	78.818	173.986	-	7.720	181.706
Arrendamento e aluguéis em geral	26.098	-	268	26.366	51.194	-	707	51.901
Custo da matéria prima	286.497	-	-	286.497	372.651	-	-	372.651
Valor justo do custo dos produtos agrícolas	76.203	-	-	76.203	112.815	-	-	112.815
Frete e armazenagem	-	39.940	-	39.940	-	48.602	-	48.602
(Reversão) de perdas esperadas com recebíveis	-	-	-	-	-	(203)	-	(203)
Venda de fazenda	-	4	-	4	-	6.928	-	6.928
Manutenção, despesas com viagem e outras	7.873	-	8.760	16.633	13.662	-	12.378	26.040
Em 30 de junho de 2025	530.752	43.671	54.260	628.683	833.910	59.512	67.488	960.910
Depreciação e amortização	42.233	-	2.719	44.952	76.301	-	3.239	79.540
Despesa com pessoal	31.340	4.477	37.666	73.483	53.225	5.011	44.080	102.316
Despesa com prestação de serviços	76.998	-	6.909	83.907	152.074	-	8.560	160.634
Arrendamento e aluguéis em geral	28.638	-	152	28.790	48.669	-	471	49.140
Custo da matéria prima	328.825	-	-	328.825	404.872	-	-	404.872
Valor justo do custo dos produtos agrícolas	35.966	-	-	35.966	76.400	-	-	76.400
Frete e armazenagem	-	52.209	-	52.209	-	67.528	-	67.528
Provisão de perdas esperadas com recebíveis	-	-	-	-	-	7	-	7
Manutenção, despesas com viagem e outras	12.362	-	7.943	20.305	16.881	-	11.603	28.484
Em 30 de junho de 2026	556.362	56.686	55.389	668.437	828.422	72.546	67.953	968.921

24. Pagamento Baseado em Ações

Em 02 de outubro de 2017, a Assembleia Geral aprovou a criação de um plano de remuneração de longo prazo baseado em ações ("Plano ILPA"). Nos termos do Plano ILPA, os participantes terão direito a um determinado número de ações se permanecerem na Companhia durante o período de carência e atingirem determinados indicadores-chave de desempenho ("KPIs").

O Plano ILPA estabelece que o Conselho de Administração terá amplos poderes para implementá-lo. As ações a serem outorgadas no âmbito do Plano ILPA não poderão exceder, em nenhum momento, o limite cumulativo de 2% das ações de emissão da Companhia.

As ações são concedidas se os participantes permanecerem na Companhia até o final do período de carência e atingirem determinados KPIs. A valorização do preço da ação AGRO3 é um dos pilares do programa e se um percentual mínimo não for atingido, os participantes não terão direito ao recebimento de quaisquer ações. Se o KPI de valorização das ações for atingido, o número de ações concedidas será dividido em três faixas com base no nível de realização de outros três KPIs, sendo ajustado pelos dividendos por ação distribuídos no período de *vesting*. Os indicadores de desempenho incluem, além do preço da ação AGRO3, rentabilidade operacional, vendas de fazendas e capitalização de recursos.

Em 01 de julho de 2023, iniciou o 3º Plano ILPA, o valor justo do benefício está estimado em R\$13,34 e R\$15,94, dependendo do perfil do participante e tem vigência de três anos. Na mensuração do valor justo do benefício foi considerada a cotação da ação AGRO3 na data da outorga e projetada a faixa provável de cotação da ação no final do período de *vesting*. O valor da despesa é ajustado por conta dessa revisão e os efeitos são reconhecidos prospectivamente.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total de ações que poderão ser exercidas até 30 de junho de 2026, é definido conforme atingimentos dos KPIs, e dividido nas categorias abaixo:

	<u>Top</u>	<u>Target</u>	<u>Piso</u>
Plano completo – total de ações	765.779	544.172	357.656

As principais premissas adotadas na mensuração do valor justo dos instrumentos concedidos no âmbito do 3º Plano ILPA, com base em modelos de precificação que consideram variáveis de mercado e características específicas do plano, são:

Valor da ação no início do plano 03/07/2023	R\$24,85
Projeção da ação - DI	R\$32,90
Volatilidade anual	34,1%
Início	01/07/2023
Vencimento	30/06/2026
Taxa DI - 1 dia	9,8%
Volatilidade do valor da ação no período	R\$14,68
Modelagem	Black-Scholes

O Plano ILPA é contabilizado seguindo as disposições do IFRS 2, tendo em vista que a Companhia recebe serviços dos participantes e, em troca, assume o compromisso de entregar ações próprias. As provisões contabilizadas referentes ao Plano ILPA totalizam R\$4.300. O montante remanescente dos planos encerrados é de (R\$1.976), resultando em um saldo em aberto de R\$2.324 em 30 de junho de 2026 (R\$1.216 em 30 de junho de 2025).

A expectativa de entrega de ações no KPI “Piso” após o período de *vesting* está demonstrado abaixo:

	<u>Quantidade de ações</u>
Saldo em 30/06/2024	-
Outorgadas	357.656
Canceladas	(44.483)
Saldo em 30/06/2025	313.173
Canceladas	(28.449)
Saldo em 30/06/2026	284.724

25. Outras despesas operacionais, líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Ganho/Perda na venda de imobilizado	(2.377)	(877)	(2.528)	1.056
Despesas com novos negócios (i)	(862)	(4.804)	(862)	(4.804)
Ganhos/Perdas com demandas judiciais	(2.025)	1.300	(2.862)	338
Despesas com indenizações	-	(290)	-	(290)
Doações	(400)	(1.000)	(772)	(1.314)
Despesas tributárias	(778)	-	(1.838)	-
Ganho por compra vantajosa	-	-	-	348
Outros	(208)	(1.588)	130	(88)
	(6.650)	(7.259)	(8.732)	(4.754)

(i) Refere-se à despesa de intermediação incorrida no processo de aquisição da Novo Horizonte, prospecção de novos negócios e indenizações com venda de fazenda.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2026
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas financeiras					
Receitas de aplicações financeiras		10.688	5.811	23.703	19.297
Juros ativos		3.837	1.413	6.526	1.413
Variações cambiais (ii)		14.066	23.998	33.289	25.492
Valor presente em contratos de arrendamento (iii)		10.321	-	10.993	2.210
Valor justo de recebíveis de fazendas e outros passivos (iv)		-	-	287.580	108.563
Resultado realizado com derivativos (v)	7	103.248	69.737	103.248	69.737
Resultado não realizado com derivativos (vi)	7	30.194	108.915	30.861	110.798
		172.354	209.874	496.200	337.510
Despesas financeiras					
Despesas de aplicações financeiras		(676)	(466)	(1.244)	(983)
Despesas bancárias		(2.407)	(3.963)	(3.577)	(5.154)
Juros passivos		(74.538)	(64.609)	(103.744)	(84.350)
Variações monetárias (i)		-	-	-	(57)
Variações cambiais (ii)		(8.821)	(22.410)	(9.692)	(25.114)
Valor presente em contratos de arrendamento (iii)		(79.825)	(61.471)	(70.209)	(49.510)
Valor justo de recebíveis de fazendas e outros passivos (iv)		-	-	(282.481)	(93.202)
Resultado realizado com derivativos (v)	7	(84.281)	(112.456)	(90.008)	(112.456)
Resultado não realizado com derivativos (vi)	7	(29.623)	(43.548)	(29.623)	(47.080)
		(280.171)	(308.923)	(590.578)	(417.906)
		(107.817)	(99.049)	(94.378)	(80.396)

Os saldos líquidos são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Variações monetárias (i)	-	-	-	(57)
Variações cambiais (ii)	5.245	1.588	23.597	378
Atualização dos arrendamentos (iii)	(69.504)	(61.471)	(59.216)	(47.300)
Atualização dos recebíveis/aquisições de fazendas (iv)	-	-	5.099	15.361
Resultado realizado com derivativos (v)	18.967	(42.719)	13.240	(42.719)
Resultado não realizado com derivativos (vi)	571	65.367	1.238	63.718

27. Lucro (prejuízo) por ação

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado do período atribuível aos acionistas controladores	(90.009)	138.019
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	99.615	99.615
Efeito da diluição - ações (em milhares)	-	543
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas ajustado pelo efeito da diluição	99.615	100.158
Resultado básico por ação	<u>(0,9036)</u>	<u>1,3855</u>
Resultado diluído por ação - em reais	<u>(0,9036)</u>	<u>1,3780</u>

28. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza cível, ambiental, trabalhista e fiscal. As provisões para as eventuais perdas prováveis de desembolso financeiro decorrentes destas ações e procedimentos são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião dos assessores legais internos e externos.

Provisões para ações judiciais por natureza são:

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trabalhista

A Companhia responde por reclamações trabalhistas, que tem como objeto a relação empregatícia entre a Companhia, alguns de seus ex-funcionários e empresas que lhes prestam serviços e os respectivos empregados. Além disso, a Companhia discute administrativamente dois Autos de Infração lavrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Riscos prováveis

	Controladora		
	Trabalhista	Cível	Total
Saldos em 30 de junho de 2024	653	-	653
Adições	830	-	830
Atualizações monetárias	46	-	46
Reversões	(637)	-	(637)
Pagamentos	(120)	-	(120)
Saldos em 30 de junho de 2025	772	-	772
Adições	3.321	40	3.361
Atualizações monetárias	(799)	-	(799)
Reversões	(550)	-	(550)
Pagamentos	(8)	(40)	(48)
Saldos em 30 de junho de 2026	2.736	-	2.736

	Consolidado			
	Trabalhista	Cível	Ambiental	Total
Saldos em 30 de junho de 2024	670	-	29	699
Adições	948	-	-	948
Atualizações monetárias	47	-	-	47
Reversões	(655)	-	(9)	(664)
Pagamentos	(238)	-	-	(238)
Saldos em 30 de junho de 2025	772	-	20	792
Adições	4.818	40	-	4.858
Atualizações monetárias	(734)	-	-	(734)
Reversões	(1.205)	-	(20)	(1.225)
Pagamentos	(80)	(40)	-	(120)
Saldos em 30 de junho de 2026	3.571	-	-	3.571

Fazenda Acres del Sud

A subsidiária da Companhia, Acres Del Sud, discute um processo administrativo com o intuito de realizar o saneamento da Fazenda Las Londras e aperfeiçoar o direito de propriedade sobre o referido imóvel. Neste processo, o Instituto Nacional de Reforma Agrária da Bolívia ("INRA"), em 25 de novembro de 2021, emitiu a Resolução Final, pela qual declarou a ilegalidade da posse de 4.435 hectares da Las Londras ("RASS nº 0504/2021"). Em 20 de outubro de 2025, o Tribunal Agroambiental, por meio de sentença agroambiental plurinacional, anulou a Resolução Final RASS nº 0504/2021. Tendo em vista a anulação da RASS nº 0504/2021, a Acres del Sud ingressou com nova Ação de Amparo Constitucional visando a retomada do imóvel e, em 02 de junho de 2026, foi proferida sentença na Ação de Amparo Constitucional nº 02/2026, determinando que os invasores cessem todos os atos de perturbação da posse e promovam a desocupação do imóvel. Aguardam-se os próximos passos para retomada do saneamento e da retomada da posse do imóvel. Com base na opinião da assessoria externa, o risco permanece classificado como possível, sem constituição de provisão.

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza cível, trabalhista, ambiental, fiscal e procedimentos administrativos de natureza fiscal que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificado pela Companhia e por seus assessores legais externos como possível e estão assim representadas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Processos cíveis	8.185	6.226	10.996	13.704
Processos fiscais	-	6.296	934	7.154
Processos ambientais (*)	-	-	11.223	-
	8.185	12.522	23.153	20.858

(*) Controladas da Companhia fazem parte de processos de natureza ambiental ajuizadas pelo IBAMA, compreendendo: (i) Ação Civil Pública, relacionada a supostas irregularidades ambientais, atualmente em fase de instrução; e (ii) discussões administrativas e judiciais relacionadas ao mesmo conjunto de fatos, decorrentes de auto de infração e termo de embargo. O caso encontra-se pendente de julgamento administrativo e judicial, havendo decisão liminar suspendendo os efeitos da autuação administrativa. Com base na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, tais demandas foram classificadas como contingências possíveis, não havendo provisão constituída nesta data.

Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Processos trabalhistas	-	-	5.616	5.997
Processos ambientais	-	547	-	547
	-	547	5.616	6.544

29. Compromissos

a) Contratos de venda para entrega futura

A BrasilAgro e suas controladas possuem contratos de venda para entrega futura com alguns clientes, conforme demonstrado a seguir:

						Controladora
Produto	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Preço
<u>Safra 2025/26</u>						
Soja	Fev26-Jul26	51.907	3	scs	R\$	110,70
Soja	Abr26-Jul26	78.323	4	scs	US\$	22,53
Algodão em Pluma	Ago26-Nov26	1.000	3	ton	R\$	10.661,54
Algodão em Pluma	Ago26-Nov26	1.566	4	ton	US\$	1.453,07
Algodão em Pluma	Ago26-Nov26	800	2	ton	**	**
Milho	Mai26-Ago26	223.843	7	scs	R\$	54,82
Milho	Mai26-Set26	250.000	2	scs	**	**
<u>Safra 2026/27</u>						
Soja	Fev27-Mar27	16.667	1	scs	R\$	110,00
Soja	Fev27-Mar27	141.667	4	scs	US\$	20,89
Soja	Fev27-Mar27	66.667	2	scs	**	**

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Consolidado
Produto	Data de entrega	Quantidade	Contratos	Unidade	Moeda	Preço
Safra 2025/26						
Soja	Fev26-Jul26	96.573	4	scs	R\$	109,45
Soja	Abr26-Jul26	86.656	4	scs	US\$	22,30
Algodão em Pluma	Ago26-Nov26	1.500	4	ton	R\$	10.583,98
Algodão em Pluma	Ago26-Nov26	2.016	5	ton	US\$	1.459,42
Algodão em Pluma	Ago26-Nov26	800	2	ton	**	**
Milho	Mai26-Ago26	298.843	9	scs	R\$	55,07
Milho	Mai26-Ago26	142.719	5	scs	US\$	10,31
Milho	Mai26-Set26	250.000	2	scs	**	**
Safra 2026/27						
Soja	Fev27-Mar27	16.667	1	scs	R\$	110,00
Soja	Fev27-Mar27	141.667	4	scs	US\$	20,89
Soja	Fev27-Mar27	66.667	2	scs	**	**
Cana	Abr26-Dez26	1.144.765	1	ton	*	*

* O preço aplicado no faturamento de cana-de-açúcar sofre variação de acordo com a Consecana do mês faturado.

Para o contrato de cana-de-açúcar em BRL, temos o compromisso de entregar 1.250.000 toneladas, mas caso a produtividade exceda essa quantidade, entregaremos/venderemos o excedente para esse mesmo cliente.

** Para alguns contratos, estamos adotando a estratégia de travar componentes do preço (CBOT, prêmio ou custo).

30. Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Controladora Resultado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Serviços e insumos agrícolas						
Biond S.A.	-	-	-	-	-	250
Imobiliária Cajueiro Ltda.	-	23.775	-	-	-	23.775
Companhia Agrícola Novo Horizonte	-	-	-	-	469	497
Imobiliária Mogno Ltda.	-	-	-	-	-	1.349
Agrifirma Agro Ltda.	-	48.150	-	-	1.015	1.013
	-	71.925	-	-	1.484	26.884
Planos de remuneração						
Administração	1.584	1.380	-	-	-	-
	1.584	1.380	-	-	-	-
Mútuo						
Agropecuária Acres Del Sud S.A.	-	6.519	-	-	(242)	(480)
Yuchán Agropecuária S.A.	-	6.275	-	-	(255)	(116)
Agrifirma Agro Ltda.	-	15.405	-	-	(188)	(215)
	-	28.199	-	-	(685)	(811)
Despesas Compartilhadas						
Agrifirma Agro Ltda.	15.328	441	-	-	-	-
Palmeiras S.A.	683	160	650	32	-	-
Agropecuária Moroti S.A.	-	240	-	655	-	-
Agropecuária Acres Del Sud S.A.	1	-	14	14	-	-
Yuchán Agropecuária S.A.	-	49	-	-	-	-
Ombú Agropecuária S.A.	-	203	66	69	-	-
Helmir S.A.	406	428	-	-	-	-
Cresud S.A.C.I.F.Y.	1.048	744	2.629	2.681	-	-
	17.466	2.265	3.359	3.450	-	-
Total Partes relacionadas	19.050	103.769	3.359	3.450	799	26.073
Circulante	-	100.123	-	-	-	-
Não Circulante	19.050	3.646	3.359	3.450	-	-

	Ativo		Passivo		Resultado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Arrendamento de terras						
Agrifirma Bahia Agropecuária Ltda.	17.257	21.849	22.255	27.415	5.768	6.812
Imobiliária Cremaq Ltda.	6.963	7.510	11.783	11.976	3.095	3.466
Imobiliária Mogno Ltda.	24.030	27.221	44.908	45.416	10.563	11.741
Imobiliária Cajueiro Ltda.	18.156	26.688	31.172	38.933	8.864	14.614
Imobiliária Ceibo Ltda.	28.327	-	28.893	-	13.447	-
Imobiliária Jaborandi Ltda.	3.744	-	7.776	-	410	-
	98.477	83.268	146.787	123.740	42.147	36.633

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Planos de remuneração				
Administração	1.584	1.380	-	-
	1.584	1.380	-	-
Cresud S.A.C.I.F.Y.	1.303	991	2.646	2.694
Helmir S.A.	406	451	7.580	5.707
	1.709	1.442	10.226	8.401
Total Partes relacionadas	3.293	2.822	10.226	8.401
Não Circulante	3.293	2.822	10.226	8.401

b) Remuneração da Administração

As despesas com remuneração da Administração foram registradas na rubrica de “despesas gerais e administrativas” e são compostas como segue:

	Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração do conselho e diretoria executiva	13.526	12.432
Bônus	1.822	2.135
Remuneração global	15.348	14.567
Remunerações em ações	1.025	1.025
	16.373	15.592

Em 16 de setembro de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global dos Administradores da Companhia no valor de R\$17.897, para o exercício corrente.

31. Seguros

A Companhia e suas controladas mantém seguros (i) de responsabilidade civil com cobertura para todos os funcionários ativados em suas fazendas, (ii) sobre maquinários, (iii) de vida, a todos os funcionários, bem como (iv) o seguro “D&O” (Diretores e Ofícios), para seus diretores e demais membros da administração da Companhia. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. A Companhia avaliou o risco dos prédios e instalações das fazendas de propriedade do Grupo, assim como de seus estoques e ativos biológicos e concluiu não haver necessidade de seguros de outras naturezas em função da baixa probabilidade de riscos.

Segue abaixo quadro demonstrativo das responsabilidades cobertas por seguros e os respectivos montantes em 30 de junho de 2026:

Modalidade seguro	Cobertura R\$
Prédio e Conteúdo	3.500
Responsabilidade Civil (D&O)	55.000
Responsabilidade Civil, Profissional e Geral	10.800
Maquinário/Automóveis	80.829
Seguro Garantia	3.073
Incêndio/Raio/Explosão/Danos Elétricos	13.940
Multirisco Rural	134.983

BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 30 de junho de 2026

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Eventos Subsequentes

Até a data da elaboração e preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram constatadas e nem é de conhecimento da Administração da entidade, a deflagração ou existência de eventos subsequentes que eventualmente pudessem gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros para fins de divulgação.
